



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0230/14	DATA: 27/03/2014	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - RJ	INÍCIO: 09h26min	TÉRMINO: 15h02min	PÁGINAS: 126

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Representante da ONG Davida.
MARIA JOVITA BELFORT - Mãe de Priscila Belfort (desaparecida).
ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Mãe de Thaís de Lima Barros (desaparecida).
SILVANIA MARIA DE SOUZA - mãe de Larissa Andrade de Souza (desaparecida).
RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - tia de Larissa Gonçalves Santos (desaparecida).
MARISA DREYS DA SILVA XAVIER - Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal.
WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Presidente do Portal Kids e do Movimento Mães do Brasil.
EBENÉZER MARCELO MARQUES DE OLIVEIRA - Coordenador do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Rio de Janeiro.
LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA - Gerente do projeto SOS Crianças Desaparecidas, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA.
FERNANDO MARINHO DE MELO - Oficial Superior de Máquinas da Marinha Mercante (depoente).

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
Participaram da reunião os Deputados Estaduais Paulo Ramos e Jânio Mendes.
Há expressões ininteligíveis.
Há breves intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.
Houve exibição de imagens.
Houve exibição de vídeo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Declaro aberta a 85ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas e consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Quero dizer que o Deputado Arnaldo Jordy, que é o Presidente da CPI, deve estar chegando daqui a alguns minutos.

A presente reunião destina-se à audiência pública para a oitiva de vários convidados e convidadas e à tomada de depoimento. Há informação de que o preso Fernando Marinho de Melo está presente. Nós estamos inclusive pedindo à assessoria que possa verificar se ele está acompanhado de advogado. Senão, vamos solicitar um advogado dativo ou então um defensor público para que possa acompanhá-lo na sua oitiva.

O primeiro a ser ouvido seria o nosso Thaddeus Blanchette, da ONG Davida, porque ele tem uma defesa de tese e não vai poder ficar aqui. Depois nós ouviremos a convidada, D. Jovita Belfort, mãe de Priscila Belfort.

Eu convido o Sr. Thaddeus Blanchette, da ONG Davida, para que possa tomar assento à mesa e iniciar a sua fala.

Primeiro, antes de passar a palavra ao expositor, peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo o orador ser aparteado no momento em que estiver fazendo a sua explanação. Cada Deputado inscrito terá o prazo de até 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo os convidados de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Os Deputados interessados em interpellá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Então, com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Thaddeus Blanchette, da ONG Davida.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Boa tarde. Eu só soube ontem deste evento, estou vindo de uma defesa de tese e estou indo para outra defesa de tese. Então, os meus comentários terão que ser extemporâneos. Eu não tive tempo de produzir, de preparar nada. Vários de vocês já têm me ouvido em outras oportunidades. Então, eu também peço desculpas se eu estou batendo no



mesmo tambor que vocês já ouviram em várias ocasiões, mas é importante salientar esses fatos, porque não estão sendo divulgados pela mídia.

Nós estamos prestes, a nossa ONG Davida, enquanto sociedade, a cometer um enorme erro, que é desviar dinheiro, recursos e tempo, que todos nós sabemos que não há muito, da luta antitráfico, para uma luta contra a prostituição em geral. Isso já está acontecendo internacionalmente nos Estados Unidos e em vários países da Europa, onde se define como traficada qualquer prostituta estrangeira que cruza uma fronteira, independente das suas condições, independente se ela é explorada ou não explorada.

Vocês sabem muito bem, pelo Protocolo de Palermo, que a definição do Protocolo de Palermo era justamente tirar um pouco do antigo foco da luta internacional contra a prostituição e refocalizar o tráfico em cima da questão de trabalho escravo ou de trabalho em condições semelhantes à escravidão. Exploração sexual, pelo Protocolo de Palermo, é dentro desse contexto, não é feito, por exemplo, esse conceito não é construído para mirar em pessoas adultas que se engajam em prostituição consensual, consentida e sem exploração. No entanto, nos Estados Unidos, na Europa, em várias outras áreas do mundo, cada vez mais os esforços antitráfico estão sendo utilizados para justamente reprimir e atacar pessoas, homens e mulheres envolvidos no comércio do sexo, independente se essas pessoas são ou não exploradas, independente se essas pessoas são independentes ou se encontram situações beirando a escravidão.

Eu acho que todo mundo aqui pode concordar que forçar alguém a se prostituir ou impedir a saída de alguém da prostituição é propriamente exploração sexual, e alguém que promove uma migração, nesse sentido, para forçar alguém a se prostituir ou para impedir a saída de alguém da prostituição, deve ser entendido como traficante. Nós concordamos com isso. Agora, temos muito medo... Aqui no Brasil estamos vendo casos, vários casos com mulheres com quem a gente trabalha, em que a mulher migra ilegalmente para a Espanha para trabalhar como prostituta, sabe que vai trabalhar como prostituta. Uma vez lá, é presa pelas autoridades espanholas e pressionada para dizer que é vítima de tráfico. Se ela não diz que é vítima de tráfico, ela é tratada como criminosa, porque ela violou leis de



trabalho — não pode trabalhar sem visto de permanência, ou visto de residência, ou visto de trabalho — e violou leis de imigração.

Então, a situação, em muitos casos, em termos mais do que uma dúzia de casos recordados disso no Rio de Janeiro, é você ter uma trabalhadora sexual indo migrar, ilegalmente ou irregularmente, para trabalho sexual, mas não sendo traficada, presa na Espanha ou presa na Itália e forçada a depor como traficante, vítima de tráfico, senão é colocada como criminosa. Em muitos casos, essas mulheres recebem uma ameaça assim *“Ou você testemunha ou você denuncia quem foi seu traficante ou nós sabemos que você faz parte do esquema, e nós vamos tratar você como traficante”*. Em muitos casos, na Espanha, na Europa, na Itália, nos Estados Unidos, dinheiros que estão sendo colocados na luta contra o tráfico estão sendo utilizados pragmaticamente para reprimir imigração irregular, particularmente se isso envolve prostituição.

Com tanto dinheiro sendo gasto no mundo, você iria imaginar que a gente, com essas acusações constantes do que têm 4, 5, 10, 15 milhões de pessoas traficadas no mundo, você iria imaginar que a gente iria ter encontrado até agora, 12 anos após o Protocolo de Palermo, vários casos de mulheres traficadas por fins de exploração sexual, mas esse não tem sido o caso.

Na Inglaterra, em 2009, eles fizeram a maior operação de todos os tempos da história inglesa contra tráfico de pessoas no âmbito de exploração sexual. Mobilizaram 55 distritos policiais, prenderam 556 pessoas e encontraram zero traficantes, mas encontraram um monte de imigrante ilegal e irregular que foi deportado.

Nos Estados Unidos, no período entre 2008 e 2012, o Governo Federal gastou mais do que 40 milhões de dólares em repressão ao tráfico, fez um levantamento ao Departamento de Justiça; quantas pessoas foram presas, assim, com acusação de tráfico nessa época? Trezentos, 330, por aí. Quantas dessas pessoas eram vítimas de exploração sexual ou envolvidas em exploração sexual? Cento e oitenta. No mesmo período, mais do que 240 mil mulheres foram presas para prostituição nos Estados Unidos. Então, é interessante! Prendem-se 240 mil pessoas para prostituição e só conseguem encontrar 180 vítimas do tráfico, traficantes, não é?



A retórica sobre o elo, a ligação entre prostituição e tráfico de pessoas, tem sido extremamente exagerada. Nós, da Davida, queremos recuperar condições boas e dignas de trabalho e de cidadania para as pessoas que escolhem e optam por trabalhar dentro do trabalho sexual, mas não achamos que essas pessoas devem ser transformadas em vítimas nem em criminosas, e estamos tremendamente preocupados que isso seja o intuito dessa nova onda de pânico moral frente ao tráfico de pessoas.

Por que isso está acontecendo? O que isso está causando aqui, no Rio de Janeiro? Nos últimos 4 anos, nos preparativos para a Copa do Mundo e para os Jogos Olímpicos, houve várias operações do Ministério Público e da Polícia da Cidade do Rio de Janeiro para prender prostitutas e supostos traficantes e aliciadores e para fechar pontos de prostituição aqui, no Rio de Janeiro. Não conseguiram fechar muitos desses pontos, mas conseguiram colocar as vidas de vários trabalhadores sexuais em risco.

Só vou recontar um desses casos, que foi motivado pelo Ministério Público em 2012. As informações que eu tenho aqui vêm do Juiz Rubens Casara, que foi o juiz que finalmente concedeu o *habeas corpus* nesse caso. O Ministério Público, em 2012, antes da Rio+20, organizou uma invasão, uma operação contra todas as casas de prostituição, só na Zona Sul, não é? Vila Mimosa, Zona Norte pode ter prostituição, mas eles fizeram uma *blitz* total na Zona Sul. Isso incluía invadir várias das boates internas da Zona Sul, inclusive a Boate Centaurus. Vários de vocês devem saber que é um ponto de prostituição de luxo aqui da cidade.

A polícia envolvida na operação filmou todas as moças que trabalharam na Centaurus e as ameaçou, dizendo que, se elas não pagassem uma propina na hora, eles iriam colocar as fotos, as imagens delas na Internet. Além disso, o Ministério Público entrou nas cabines, em vários lugares da Centaurus, e recolheu todas as camisinhas para indicar isso como provas materiais de que estava acontecendo um crime lá. Não sei que crime, porque prostituição não é crime no Brasil, mas a gente ficou extremamente chocado, porque a gente está trabalhando há 20 anos para garantir que qualquer um que trabalhe no ramo sexual dessa cidade saiba fazer sexo sadio, utilize camisinhas, proteja-se. E, nessa única operação, quase todos os termos (*ininteligível*) da Zona Sul resolveram retirar as camisinhas das casas. A



ironia é que nesse mesmo tempo a cidade de Nova Iorque parou finalmente, após 20 anos, de utilizar a camisinha como prova material de crime em caso de prostituição. Eles foram proibidos pelo Tribunal Supremo de Nova York a fazer isso. Enquanto isso, o Brasil, que ganhou tanto prêmio, tantos elogios por seu programa anti HIV, por incorporar trabalhadores do sexo na educação sobre HIV e como preveni-lo, está indo no caminho oposto.

Nós estamos aparentemente... O nosso Ministério Público da cidade acha legal desincentivar as prostitutas a utilizarem as camisinhas porque eles querem fechar todas as casas da Zona Sul antes da Copa do Mundo, antes dos Jogos Olímpicos. Isso saiu no ofício trabalhado pelo Juiz Rubens Casara. O Ministério Público deixou muito claro qual o seu objetivo. O objetivo não foi proteger essas mulheres, não foi resgatar vítimas de tráfico. Foi, sim, higienizar a cidade, eliminar a prostituição para o Brasil não parecer feio durante a Copa do Mundo.

Bom, então, a retórica antitráfico nessa cidade está perigando se transformar numa cruzada antiprostituta. Não foi a primeira vez que isso aconteceu no Rio de Janeiro e no Brasil. Em 1910 também tivemos a primeira interação desse pânico antitráfico. Milhares de prostitutas foram presas, milhares de homens que se diziam cafetões foram presos, muita gente deportada. E sabem o que aconteceu? A prostituição continuava como antes. Pouca gente foi de fato condenada por crime de tráfico, poucos traficantes foram encontrados, muitos direitos civis e direitos humanos foram pisoteados no pânico.

Gente, as prostitutas desta cidade e de todas as cidades do Brasil são um dos grupos mais vulneráveis e mais estigmatizados na sociedade brasileira. Por favor, não as transformem num (*ininteligível*) para uma cruzada política moral e contra o tráfico. Vão contra as pessoas que estão escravizando. Nisso as prostitutas do Rio de Janeiro vão te apoiar. Se nós sabemos que nossos direitos vão ser protegidos, mantidos e respeitados, eu acho que você vai encontrar nas prostitutas as melhores aliadas que você pode encontrar para denunciar casos de exploração sexual de criança, para denunciar casos de exploração sexual de mulher.

As prostitutas têm estado na linha de frente dessa luta, bem antes dessa questão do tráfico renascer das cinzas. Por favor, trate a gente como aliado e não como pessoas que têm que ser salvas a contragosto, como a Gabriela Leite, que é a



Presidente da Davida, que infelizmente faleceu em novembro, falou: “*Pecado não é crime*”. Você pode não concordar com a escolha dos homens e das mulheres que vendem sexo, mas pecado não é crime e não deve ser crime. Se você tem pena das pessoas que trabalham no sexo, bacana, mas não criminalize eles. Trabalhe com eles por condições mais dignas. E, finalmente, para com a Copa do Mundo. Eu tenho uns resumos executivos aqui. Este ano a gente traduziu e produziu este manual, organizado pela Global Alliance Against Traffic in Women, que é uma das mais antigas organizações antitráfico do mundo. É uma pesquisa feita sobre as últimas quatro Copas do Mundo e Jogos Olímpicos, demonstrando, extremamente bem documentado, que realmente não tem evidência alguma que existe um elo entre tráfico de pessoas e megaeventos esportivos.

Nos jogos da Alemanha — lembram da Copa do Mundo da Alemanha? — eles estimaram que teria 40 mil mulheres traficadas. Encontraram 5. Jogos da África do Sul: estimaram que teria 50 mil mulheres traficadas. Através de pesquisas das várias universidades da África do Sul aliadas aos grupos dos trabalhadores do sexo e o Ministério Público da África do Sul, eles encontraram zero traficadas. Nos Jogos de Inverno, Jogos Olímpicos do Canadá de 2012, estimaram que teria 20 mil traficados. Zero foram encontrados. Nos últimos seis Super Bowl, campeonato de futebol americano, estimaram — todo ano, feito relógio — que vai ter entre 20 e 50 mil traficados. Encontraram, nos últimos seis Super Bowl juntos, mais ou menos 15.

As pessoas que estão vindo para cá para assistir à Copa do Mundo não são, por serem fãs de esporte, necessariamente traficantes, pedófilos ou qualquer coisa dessa natureza. Eu acho que uma das grandes ironias de tudo isso é que quando a Marcha Mundial da Juventude apareceu aqui no Rio de Janeiro ninguém achava que eles iriam estar trazendo traficantes (*risos*), pedófilos ou criminosos sexuais, apesar do fato de que a Igreja Católica tem um histórico um pouco nefasto nesse campo. Não é uma organização ou instituição que tem uma ficha limpa quando vem com a defesa de direitos sexuais das crianças e das mulheres.

Então, por favor, vamos tratar essa Copa com sobriedade. Nós não temos recursos enquanto Nação para gastar milhões de reais em coisas, jogar milhões de reais fora. Vamos mirar, de fato, em quais são os pontos nevrálgicos da vulnerabilidade para o tráfico. Essas não são as boates de Copacabana. Essas não



são as casas lá da Vila Mimosa. Nós temos um estudo que estamos acabando de fazer agora justamente levantando onde é que estamos encontrando mais exploração sexual de crianças e adolescentes e mais indícios de tráfico de pessoas no Rio de Janeiro. Isso podemos compartilhar com a CPI, se quiserem.

Bom, acho que já estou no meu limite. Aqui eu gostaria de deixar uma cópia deste manual, deste estudo com a Comissão. Eu posso mandar uma versão digitalizada, um pouco melhor. Eu tenho alguns dos resumos executivos aqui para quem quiser ver os dados resumidos sobre a não ligação entre tráfico e megaeventos esportivos nas últimas seis ou oito interações da Copa do Mundo e Jogos Olímpicos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Thaddeus, muito obrigado.

Em primeiro lugar, Thaddeus, a CPI não investiga a questão do combate à prostituição. O que nós estamos investigando aqui é a exploração sexual como trabalho escravo. Nesse caso, nós estamos fazendo isso. Agora, os casos que foram identificados... Primeiro é a chamada servidão de dívida. Ou seja, a pessoa chega lá, e tudo o que se gastou com o traficante ela fica devendo e não sai enquanto não pagar. Ela não recebe. Depois, a obrigação de cumprir uma meta, ou seja, tem que cumprir a meta cada dia, cada noite, obrigada, muitas vezes, quando o cliente é dependente químico, a também consumir drogas. Há casos. E a retenção do passaporte. Então, quando alguém chega, retém o passaporte e o coloca num lugar fechado, trancado, aí está mais do que comprovado o tráfico humano.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Posso colocar três pontos que são pontuais e atendem a essas questões?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Em primeiro lugar, embora o Governo brasileiro fale que está investigando o tráfico, o trabalho escravo, eu tenho que lembrar ao senhor que o nosso único dispositivo legal sobre o tráfico continua sendo o art. 231 do Código Penal, que define tráfico só e unicamente como movimento de prostitutas assistidas por terceiros, independente da questão de exploração.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Por isso que nós estamos propondo uma mudança na legislação...

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Eu li.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ...para punir o esquema todo, desde o aliciador, o recrutador, aquele que sabe da situação e não toma providência. Enfim, nesse sentido, há um projeto. A Comissão deverá ser instalada na próxima semana.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - O Senado passou o projeto de lei ontem — eu vi —, o que é muito bom nesse sentido.

O segundo problema tem a ver com escravidão por dívida ou servidão por dívida. De novo, a meta aqui tem que impedir alguém de sair da prostituição ou forçar alguém a se prostituir, não emprestar dinheiro para a prostituta, porque a gente tem visto muitos casos — vocês sabem muito bem — de pessoas que migram, não têm acesso a capital e muitas vezes pegam dinheiro emprestado. Nós temos muitos casos em que, por exemplo, amigas, irmãs, mães, tios emprestam dinheiro para alguém poder ir embora do país e ir trabalhar como prostituta na Espanha, por acaso. Isso é tratado como se fosse escravidão por dívida, mesmo que não tenha uma cobrança, mesmo que não tenha nenhuma ameaça. A gente acha muito sinistro quando, por exemplo, a rede social da prostituta, que a apoia em situações de risco, acaba sendo criminalizada porque alguém daquela rede emprestou dinheiro.

A terceira questão é sobre o passaporte. O passaporte, se alguém extravia, não é... O extravio do passaporte não é transformação em escrava. É justamente manter aquela pessoa presa sob condições de coerção é que transforma aquela pessoa em escrava.

A gente acha muito assustadora a retórica que o Governo brasileiro promoveu nos seus cartazes — *"Primeiro eles tiram o seu passaporte; depois a sua liberdade"* —, porque ensina às vítimas de tráfico potencial que, se alguém pega seu passaporte, elas agora são escravas. O que se deve saber é que, se você perder seu passaporte, a primeira coisa que deve ser colocado lá é: entre em contato com o consulado brasileiro. Você tem direitos. Ninguém tem direito de tirar seu passaporte. Então, a gente acha um pouco problemática essa constante: *"Ah! Eles tiram meu passaporte"*. Tirar o passaporte, por si, não transforma você em escravo. O que te



transforma e escravo é ameaça, prisão, essas coisas. A gente tem que deixar essas vítimas cientes do fato de que se alguém, seja quem for, pegar seu passaporte, o Governo brasileiro está lá para emitir outro passaporte. O Governo brasileiro não vai falar com a polícia da nação em questão. Isso tem sido uma das grandes maneiras com que os traficantes mantêm a mulher sob controle. Dizem: *"Eu vou pegar seu passaporte e, se você for ao Consulado, o Consulado vai falar para a polícia"*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas o caso é de que se alguém tem retido o passaporte, ou seja, ela não pode exercer o direito que ela tem de ir e vir sem ser molestada. Se ela sair, ela pode ser presa pela polícia por não estar com o passaporte. Então, nesse caso, o passaporte é retido para que ela continue cumprindo a determinação daquela organização criminosa. Então, nesse sentido, não é o fato... Por que retiveram o passaporte? Aí já tem uma força que está impedindo aquela pessoa de sair na hora em que quiser, de dar uma passeio na cidade, depois voltar. Se ela quer mesmo exercer a profissão da prostituição, quer dizer, não tem nenhum problema. Agora, ao reter o passaporte, ela é obrigada para que ela possa cumprir aquelas metas, os passos, como se diz, e a servidão por dívida, que ela não vai sair dali sem pagar tudo aquilo que ela deve, pela preparação dela no país onde ela foi recrutada e, muitas vezes, enganada. Tem caso de gente que foi lá não porque ia ser prostituta. Tem gente que foi lá porque disseram: *"Você vai ser dançarina na Suíça"*. E não foi ser dançarina. Ela dançou outra coisa.

Então, nesse sentido é que a gente está preocupado com isso aqui. Nesse aspecto, nem a CPI do Tráfico Humano, nem tampouco a CPI que investiga a exploração sexual está pressionando a questão da prostituição de adulto. Ela será punida no momento em que essa pessoa é obrigada a realizar uma atividade que desrespeita a sua dignidade como ser humano.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - O problema é que, na prática, isso não é o caso, meu senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, mas os casos que nós estamos investigando são nesse sentido. Então, a orientação para quem está fazendo isso, a orientação nossa, como membro da CPI, é no sentido de que aquilo está caracterizado como tráfico humano. A própria Convenção de Palermo define.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ela já define: recrutamento, transporte, enfim, uma série de questões que são colocadas.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Cárcere privado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Cárcere privado.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Sim. Por situações assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, o que nós consideramos é o primeiro artigo da Convenção de Palermo, que coloca o que significa tráfico humano.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Posso colocar uma coisa que é pragmática?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Claro.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Eu estou entrevistando prostitutas migrantes para a Espanha e para a Itália faz 10 anos, e várias coisas que o senhor falou aí não vão ao encontro com a experiência da grande maioria das pessoas que eu estou entrevistando. Vai ao encontro com alguns indivíduos, sim, mas esse é que é o problema.

Primeiro, você não precisa de um passaporte para sair andando pela cidade. O passaporte você precisa para fazer viagens internacionais. Deixe-me continuar com o raciocínio, porque isso é uma coisa que várias prostitutas falaram para mim.

O problema de reter o passaporte é que justamente é um pé no saco — desculpe-me o termo — ir pra lá conseguir outra coisa, outro passaporte. Também os traficantes dizem para elas que o próprio Consulado brasileiro está trabalhando de mãos dadas com a polícia para evitar, para expulsar elas do país, caso elas cheguem lá. O grande medo de quem vai para a Europa não é ser prevenida de voltar ao Brasil. O grande medo delas é ser deportada da Espanha, da Itália.

Então, o que acontece? Como elas estão lá ilegalmente e, em muitos casos, já ficaram além da condição de seu visto, o passaporte já está bichado. Ou seja, se elas saem da Espanha, sendo que elas ficaram além do visto necessário, elas têm o quê? Trinta dias, quarenta dias, seis meses que elas podem ficar na Espanha, mas ficam um ano, dois anos. Ela já tem um passaporte que vai ser retido na saída.

O problema que elas encontram é mais cárcere privado e mais dívidas que você não consegue pagar. Quero deixar muito claro o que eu estou tentando dizer



aqui. Não estou tentando dizer que a retenção do passaporte não seja uma peça desse jogo, mas não é a peça-chave do jogo. A chave é a ameaça.

E o que acontece? Quando o Governo fica falando para a viajante: "*Olha, eles tiram seu passaporte e você vira escrava*", o Governo não está dizendo para aquela pessoa o que ela precisa saber: que o Consulado brasileiro é seu aliado e não aliado da polícia de imigração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Thaddeus, o fato é que, como você diz, não é como se a CPI estivesse realizando isso. A CPI não faz isso aqui. A CPI está preocupada com aquele que está fazendo tráfico: é o traficante, é a organização criminosa que está levando, enganando pessoas, ludibriando pessoas, tirando a dignidade dessas pessoas. É isso que a gente está investigando. Então, essa sua proclamação de que não atinge as prostitutas... Nós não estamos fazendo isso daqui, porque, na realidade, quando aquela prostituta que está lá e está sendo ameaçada em cárcere privado, ela vem e presta depoimento de forma livre, sem qualquer pressão por parte da Comissão.

Mas eu queria, antes de passar a palavra à Deputada Liliam Sá, registrar a presença do Deputado Estadual Jânio Mendes — seja bem-vindo, Deputado. Também quero registrar a presença da Dra. Marisa Dreys, da Polícia Rodoviária Federal, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que também vai falar nesta CPI.

Com a palavra a Deputada Liliam Sá para interrogar.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Bom dia. Eu saúdo todos nesta manhã. Que Deus abençoe esta reunião de hoje.

Olha, Thaddeus, eu cheguei um pouco atrasada, mas estava ouvindo você falar. Você elucidou algumas versões, desmistificou muita coisa, mas o propósito desta CPI é identificar pessoas traficadas. Quando você diz: "*Eu acho muito perigoso dizer que o perigo não está em reter o passaporte...*" Quando eu não tenho meu passaporte comigo, eu não posso fugir a hora que eu quiser, eu não posso ir embora na hora em que eu quiser. Está certo que o visto, passados os 6 meses, seja lá o que for, se essa pessoa que tiver condições for retida, ela vai voltar para o país dela. O problema está no cárcere privado das pessoas, e as pessoas serem enganadas por organizações criminosas aqui no nosso País, com proposta de



trabalho, para trabalharem como modelo, para trabalharem como bailarina, para trabalharem como dançarina, chegam lá e não ser nada disso. A pessoa já sai daqui com uma dívida, não consegue pagar essa dívida, fica em cárcere privado, em condições insalubres.

Como nós vimos, a Polícia Federal mesmo, na Espanha, desbaratou mulheres que estavam nessas condições. O Senador Marcelo Crivella, alguns anos atrás, teve que sair do País para trazer essas meninas de volta, para repatriar muitas dessas meninas que estavam em péssimas condições, que estavam em cárcere privado, queriam sair do país e não podiam porque tinham dívidas e tudo.

Então, a nossa Comissão é nesse sentido. Quantas crianças desaparecem? Temos mães de crianças aqui desaparecidas, no auditório, que não sabemos se foram para a pedofilia, para o tráfico humano, para o que foi. Nós temos que investigar.

Então, eu acho muito perigoso quando se fala que o problema não está em reter o passaporte. Sim, está. É um dos problemas: reter o passaporte e outros problemas também, a dívida delas. Essas organizações têm que ser denunciadas.

Nós não estamos aqui criminalizando a profissional do sexo. A prostituição no País não é crime. Se você se prostituir, mas explorar sexualmente uma pessoa é crime, é rufianismo, é crime! Então, nós estamos aqui para combater isto: as pessoas que não querem ser exploradas, as pessoas que são enganadas, e não aquelas que são profissionais, que a gente respeita. Cada um faz o que quer com o seu corpo.

Você, como representa uma ONG e faz um excelente trabalho, não pode deixar transparecer — porque está sendo gravado isto, vai ser divulgado — que não tem perigo nesse sentido. A gente tem que saber que a nossa voz está sendo ouvida dentro dos lares, dentro das casas.

Quando você fala sobre a Igreja, que a Igreja não tem lá um papel muito importante, mas a gente está combatendo. O Papa Francisco está fazendo um excelente trabalho. A gente não pode criminalizar pessoas porque existe pedofilia, prostituição em todos os sentidos: na Igreja Católica, na Igreja Evangélica, em todos os setores. Nós não podemos aqui levantar bandeira de nada. Nós queremos apenas resolver esses casos.



Hoje nós vamos ouvir o Fernando Melo Marinho, que foi acusado. Nós conseguimos, através da CPI, que fosse rejuogado o caso de desaparecimento de meninas em nosso Estado. Então, nós não queremos que as nossas mulheres, as nossas meninas saiam do País, enganadas, com passaporte...

O Padre Luiz Couto, aqui, sabe muito bem que existe um lugar aqui no nosso País onde são feitos registros, certidões, documentos falsos são tirados, para levar essas meninas para fora do País, e até mesmo meninos. Já existe o tráfico interno de meninos que estão sendo levados de um Estado para outro, estão sendo enganados, para se prostituírem também. Nós vimos isso agora, lá do Nordeste para São Paulo.

Então, nós respeitamos esse trabalho, mas nós não podemos nos furtar de defender, neste sentido de combate e de fazermos uma campanha maciça que não se deve deixar... A pessoa que vai para algum país não deve entregar seu passaporte; ela deve denunciar se sentir que existe alguma coisa diferente daquilo que foi combinado para ela sair para trabalhar.

Nós sabemos que existem trabalhos dignos fora. Eu mesma tenho amigas, que trabalham na Espanha, que são percussionistas; bailarinos que saíram daqui para companhias sérias, para trabalhar em Paris, para trabalhar na Espanha, em todos os lugares, em companhias sérias. A nossa preocupação é com os modelos, com os manequins, com esses grupos de músicos, que, às vezes saem daqui para ganhar a vida lá fora... O Brasil tem um acervo cultural muito grande e saem espetáculos daqui. Tem casas de *shows* maravilhosas lá fora que usam os nossos bailarinos, as nossas bailarinas, os modelos, que vão lá fazer modelos de fantasia, de tudo. Mas esses grupos que saem daqui têm que sair sabendo que vão ser lá fora tratados com dignidade; e não sair daqui para serem escravizados em outro país.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Dra. Liliam, você chegou atrasada e eu acho que você não ouviu uma coisa importante que eu falei. Como a senhora é chefe da CPI e é uma figura importante dentro desse negócio aí... A gente está falando, eu e você, há 2 anos, sobre isso.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Isso, isso... Eu respeito. É só neste caso do passaporte que eu discordo de você. É só isso.



O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Mas, espere aí. Temos casos, muitos casos que nós temos pegado entre as prostitutas de Copacabana em que elas reportam terem sido coagidas pelas polícias da Espanha e da Itália para testemunhar, para dizerem que são vítimas de tráfico, porque elas têm duas opções quando estão presas num bordel dentro da Espanha e da Itália: ou elas são tratadas como criminosas, e em muitos casos ameaçadas de serem declaradas traficantes, ou elas podem dizer: “*Ah, eu sou traficada*”. Nós temos mais de uma dúzia de casos desses.

Então, como alguém que é representante brasileira, você não acha que a gente deve tomar um pouco de cautela ou pelo menos investigar um pouco como as polícias da Itália e da Espanha, particularmente, estão usando esta questão do tráfico para construir acusações falsas de tráfico, em nome de manter fora das suas fronteiras indesejáveis que vêm do lado sul do hemisfério? E vocês falam: “*Ah, a gente só vai falar das pessoas que são...*” — sim, senhor, traficadas.

Aquela casa na Espanha que o *Fantástico* desbandou, com o apoio da Polícia Federal, até agora eu não vi nenhuma evidência de que alguém, naquela casa, estava sendo de fato coagido ou forçado a trabalhar. De fato, a mulher que foi mandada de volta para a Bahia deu uma entrevista para nós e falou que..., deu uma entrevista a uma pesquisadora de São Paulo, que estava aqui, ano passado, num evento do Ministério Público, e falou que ela estava contra. Ela não queria voltar para o Brasil, ela não queria ser deportada. E há de se perguntar qual é a seriedade da luta contra o tráfico de pessoas nesses casos, quando se deixa o *Fantástico* filmar, durante o horário nobre da sua telenovela, e você prende um monte de gente... E a diferença entre traficado e não traficado é se tem visto de permanência, porque os brasileiros que estavam trabalhando naquele bordel, que tinham visto de permanência, não eram traficados, não eram repatriados, ninguém levantou nenhuma acusação. Só os brasileiros que estavam trabalhando irregularmente é que foram repatriados, e repatriados em 48 horas!

Olhem, os senhores que trabalham com organizações da polícia sabem se, de fato, em um caso de máfia internacional, um todo poderoso, que está recrutando essas mulheres, escravizando-as, você vai tirá-las, em 48 horas, do país onde aconteceu o crime? Eles as mandaram de volta para a Bahia, para encontrar com o



Governador da Bahia... Então, me desculpem, eu sei que tem muita gente séria dentro dessa área, lutando mesmo, mas também tem muita gente que está pegando essa bandeira e construindo casos, porque é bonito sair na mídia. E ninguém está pensando qual é o custo na vida dessas mulheres. Agora, se a senhora tem, neste caso do *Fantástico*, informações reais de que aquelas mulheres estavam sendo escravizadas, eu gostaria de ver, porque até agora nada saiu na mídia. E, como eu falei: em 48 horas, todo mundo deportado! Se foi uma máfia que as contrataram aqui, por que as deportaram para o Brasil? Não seria um perigo?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas elas têm medo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Thaddeus, é o seguinte: o fato é que nós ouvimos diversas pessoas que foram repatriadas, em caráter reservado, sigiloso, elas quiseram, pelo receio de que houvesse alguma coisa. Então, nesse sentido, o que nós estamos investigando... Nós não vamos fazer o papel que a polícia faz — ela tem o seu papel, também. Agora, nós, a partir do momento... E ela prestou um depoimento, foi gravado. Agora, não pode ser revelado, porque é mais para a questão de investigação. Mesmo aquela baiana de que você fala esteve conosco, durante mais de 3 horas, deu um grande depoimento em que colocou como era a situação toda. Outra brasileira ficou lá na Espanha, não quis voltar. Mas ela quis voltar, primeiramente porque a denúncia foi feita a partir da mãe dela.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Sim, ela foi deportada. Ela não quis voltar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, nesse sentido, nós não vamos discutir. O que nós estamos fazendo é aquilo que é tráfico; o que não é tráfico não é da nossa competência. E também nós não vamos agora trabalhar nisso aqui, mas não se preocupe com isso porque a CPI não faz esse trabalho, está bem? Então, se você tem mais alguma coisa a acrescentar...

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Muito obrigado por terem me deixado participar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A gente agradece... Este texto, aí...



O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Este é o resumo executivo do texto que a gente está entregando para vocês. E a gente vai ler o relatório final de vocês com muita atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Está o.k. Muito bem, obrigado e parabéns pelo trabalho que a ONG Davida realiza. Está bem? Obrigado.

Eu quero registrar a presença do Deputado Paulo Ramos, do PSOL. E eu queria ver se o Deputado Paulo... Ele disse que tem outra...

O SR. DEPUTADO PAULO RAMOS - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Luiz Couto; a minha querida amiga, Deputada Liliam Sá; quero cumprimentar a todos.

Por coincidência está aqui o Deputado Jânio Mendes, que é Relator de uma CPI, aliás, de duas, tratando praticamente do mesmo tema, embora uma tenha se dirigido muito mais ao tráfico de crianças. E eu, vindo pra cá, não ia poder permanecer, porque presido agora outra audiência pública da Comissão de Trabalho, mas o Deputado Jânio Mendes está a par de tudo. Mas, por coincidência, está no jornal *O Dia*, de hoje, uma matéria sobre uma brasileira que foi traficada. E a Charlotte foi a motivação primeira para que nós requerêssemos aqui a nossa CPI. É uma situação grave — e detalhes, depois tenho certeza que o Deputado Jânio Mendes acrescenta —, porque ela própria investigou e identificou o orfanato de onde saiu. Para nós causa uma estranheza muito grande, porque nós fizemos contato e, não obstante todo esse esforço dela, a Polícia Federal não está dando a devida atenção. É lá em São Paulo o orfanato trocou de nome. Mas pode ser também, para vários casos, um certo fio de meada.

Mas eu vim aqui muito mais para cumprimentá-lo e também aproveitar para lembrar... Eu sei que o Deputado Jânio Mendes vai lembrar que nós ouvimos aqui uma delegada de Minas Gerais. No Estado de Minas Gerais — ela está há 12 anos à frente desse trabalho —, e esta delegada estruturou uma rede de informações, que permite a ela, com uma velocidade muito grande, por vezes, localizar as pessoas. Então, eu pedi a palavra só para deixar o nome dela e sugerir que ela seja ouvida pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza.



O SR. DEPUTADO PAULO RAMOS - Mas eu peço desculpas, porque eu vou lá presidir... Vim aqui só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RAMOS - Ainda mais sabendo que a Deputada Liliam Sá ia estar aqui, eu vim logo correndo. Abraços! E toda a sorte aí. Eu peço desculpas a todos que vão prestar depoimento e que vão colaborar nesse árduo trabalho, que é uma tarefa muito grande. O Deputado Jânio Mendes é meu comandante aqui também, na Assembleia. Obrigado a todos.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu queria agradecer a presença ao Deputado Paulo Ramos e registrar a presença de Miguel Mesquita, Superintendente de Promoção dos Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro.

Também quero registrar a presença de Elisabete Martins de Lima Barros, mãe de Thaís de Lima Barros, que vai ser ouvida também; de Raquel Gonçalves da Silva, tia de Larissa Gonçalves Santos, que também será ouvida como convidada; e também de Evandro Brás de Lima, tio de Thaís de Lima Barros, que também será ouvido.

A Charlotte foi convidada, mas está hoje depondo na Polícia Federal, em São Paulo, e não pôde vir. Mas ela quer falar à CPI. Precisamos fazer outro requerimento e, com certeza, ela será ouvida.

Vamos agora ouvir e convidar para a Mesa a Sra. Jovita Belfort, mãe de Priscila Belfort.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Bem, eu quero dar um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Bom dia!

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Eu quero dar o meu depoimento como vítima. É um pouco diferente aí do Thaddeus, né, que falou. Eu acho que a Deputada Liliam marcou muito bem. Eu não quero entrar neste detalhe da prostituição por livre espontânea vontade, porque eu acho que ele explanou muito bem e não é o nosso propósito, como vítima.

Eu estive na CPI do Deputado Paulo Ramos por duas vezes. Inclusive, fui eu que trouxe a Delegada, de Belo Horizonte, porque eu estou numa luta! Eu falei: *“Eu já perdi tudo”*, que era minha filha. *“Então, eu não tenho medo de mais nada, de*



perder mais nada”, que seria a minha própria vida. E eu falei: “Enquanto essa delegacia não for colocada aqui no Estado do Rio de Janeiro, no molde de excelência de Belo Horizonte, eu não paro”.

Nós estávamos com uma manifestação, eu e as ONGs Rio de Paz e Meu Rio, para fazer agora, dia 29. Nós tínhamos mães que estavam dispostas a ficarem amarradas, de preto, porque nós estamos assim, esses anos todos. Faz 10 anos que minha filha desapareceu. Eu tenho contato com as mães da Candelária — que é de 1995. As mães de Acari infelizmente todas já morreram, com seus filhos que foram desaparecidos, e é isso. Eu tenho quatro *stents*, porque as pessoas vão perdendo a saúde, porque o tempo vai passando e nada, nada, e nada é feito. Então, mas, com a graça de Deus, porque a gente tem que contar com Deus, infelizmente neste País... Hoje é quarta, né? Na terça-feira...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Quinta. Hoje é quinta.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Ah, hoje é quinta. Então, na terça-feira, nós obtivemos uma resposta do Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro de que ele aprovou finalmente a delegacia. Só lembrando que, desde 1995, essa delegacia é pedida. Então, nós estamos em 2014, estamos chegando lá. Então, assim, eu peço até inclusive a colaboração de vocês para ficarem em cima, porque eu não sei muito bem desse prazo, até quando pode — eu não sei se delegacia tem prazo para ser inaugurada —, mas ela precisa ser feita para ontem. Então, o Secretário oficializou que ele vai realmente fazer, que é necessária essa delegacia. A Dra. Cristina esteve aqui...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Deu prazo?

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Não, não deu prazo. E é isso que a gente quer. Então, a Dra. Cristina esteve aqui e um pessoal da Polícia Civil esteve em Belo Horizonte. E eles ficaram, assim, realmente..., porque lá funciona. Nós temos, lá, 80% dos casos resolvidos anualmente. Ela esteve, por acaso, na terça-feira, no programa do Jô Soares. Eu achei até assim... Essas coincidências, assim, de o Beltrame falar e ela estar lá. E uma coisa que a gente não pensa: é o tráfico humano em nosso País, internamente. Isto é uma coisa que pesquisa não tem. Infelizmente a polícia também não dá importância. Por quê? Eu sofri isso na pele, e acredito, porque eu conheço várias pessoas, que quando você chega até a polícia...



Primeiro que existe essa cultura que tem que ter 24 horas, 48 horas, mas, na realidade, não existe nada disso, não existe essa lei. O que existe, e que a Dra. Cristina inclusive deixou muito bem claro nesta CPI, aqui do Deputado Paulo Ramos, é que você, como parente, sabe se aquela pessoa tinha que chegar ou não. Foi o que aconteceu com Priscila. Daí eu comecei a ligar para as pessoas. Priscila não apareceu em lugar nenhum. Liguei para os órgãos, para o Corpo de Bombeiros, para o Departamento de Trânsito, enfim, nada. Nesse dia, inclusive, ali onde ela trabalhava, no centro da cidade, não teve nada, nem atropelamento, nada, nada, nada. E ali eu vi que tinha acontecido alguma coisa. Meu filho é uma pessoa pública, tem contatos, porque infelizmente no Brasil a gente ainda conta com o QI — quem indica. Se, principalmente, você tem bons contatos, aquilo anda um pouco melhor. E ali a gente fez, à noite, o registro do desaparecimento da Priscila. Mas não é o que acontece com a maioria, principalmente na Baixada é um suplício. Primeiro que a pessoa já é... Chega lá ou ela é traficante, ou ela é coisa. A pessoa não dá atenção nenhuma. Infelizmente é isso. Eu escutei: *“Mãe, quando acabar o verão, sua filha chega. Ela está ali, deve estar...”* Eu respirei duas vezes e falei: *“Olha, minha filha não é burra. Ela tem dinheiro dela. Ela trabalha. E ela tem liberdade dentro de casa”*. E a Priscila estava com 28 anos. Então, se fosse esta a questão, ela não precisaria de fugir. Simplesmente, como ela morou nos Estados Unidos, ela iria falar: *“Mãe, estou indo embora, vou morar com o meu namorado...”* Ela já tinha uma vida... Ela tinha um namorado. Então, assim, e você tem que engolir seco. Você não vai dar um soco na cara de um sujeito desses, né? Então, assim, o desaparecido, realmente, não é considerado um crime.

Aqui, no Rio de Janeiro, até então, porque essa delegacia vai ser feita, se Deus quiser, você dá a queixa no seu distrito e, depois de 15 dias, essa queixa vai para a Seção de Homicídios. São raríssimos os casos, nesses 15 dias, que alguma coisa é feita. Aí vai para a Delegacia de Homicídios. Bem, a gente sabe que infelizmente carece a nossa polícia de gente. Eu não sei quantos mil processos, um pouquinho de inspetor, com casos que estão aí na primeira página, cobrança da sociedade. Então, o desaparecido fica eternamente desaparecido nessa situação.

Como eu falei com a Dra. Martha Rocha porque, na época, eu levei o caso da delegacia a ela, eu disse a ela: *“É um crime, porque o desaparecido são duas*



peças que são vítimas: a família e a própria vítima". E você já ter que entrar numa Delegacia de Homicídio e falar: *"Minha filha morreu"*. Se ela morreu não tem muita coisa a investigar, assim como é feito em Belo Horizonte.

Uma das coisas que a Dra. Cristina falou na CPI, eu achei muito interessante: *"Que polícia não pode ter medo de estatística"*. Por quê? Não foi ela que cometeu o crime. E a primeira coisa que ela fez foi realmente levantar a realidade do Estado de Belo Horizonte (sic), onde tem mais Municípios em relação aos outros Estados. E aí o queixo dela caiu, porque, na realidade, é muito maior do que se fala, como aqui no Rio de Janeiro também, se a gente tiver uma estatística real. Mas não é culpa da polícia, né? A pessoa que sai de casa, a pessoa que é subtraída, não é culpa da polícia. Mas o que acontece? Não se tem uma estatística real dos casos: o que é que é desaparecido por...

O desaparecido é um leque tão grande, né, desde o tráfico humano, o tráfico de órgãos, que a gente sabe que acontece, não adianta a gente fechar o olho. Eu fico triste de uma CPI tão importante, a sociedade... É uma coisa que ela deparou aqui: a sociedade do Rio de Janeiro não tem o mesmo valor que a sociedade de Belo Horizonte dá aos casos de desaparecidos. A sociedade lá é totalmente envolvida com a polícia nesse caso. Então, o que é que acontece? Você tem as pessoas que vão embora mesmo, por problemas familiares, desde o adulto até a criança, tem a questão das drogas. Então é um leque tão grande que temos que ter pessoas muito bem especializadas, para ter aquele olho clínico. E, quando chega o caso, a pessoa já sabe de onde ela vai partir para a investigação.

Minas Gerais é o único Estado que cumpre o que diz a Constituição — eu não sei muito bem qual é o artigo da nossa Constituição — e fecha todas as fronteiras. Eles têm um *software*, que vai para tudo quanto é lugar, desde Corpo de Bombeiros, todas as Secretarias de Estado, órgãos, e até aeroporto, rodoviária, tudo. E isto não é feito, quando há o relato de que uma criança daqui do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil está desaparecida. Inclusive, como ela tem muito boas estatísticas, o tráfico humano, hoje, hoje, 2013, 2014, é muito grande. Inclusive tem relatos de índias que foram subtraídas da aldeia que hoje ela conseguiu resgatar, que estavam fazendo de escravas. Eram feitas não só de escravas sexuais como também braçais. E assim muitas coisas são feitas quando a gente quer mesmo resolver.



Então, eu peço à CPI, é um dado real, infelizmente eu acredito que nem a própria Polícia Federal nem a Polícia Civil tem hoje a verdade desse tráfico humano, do que é que está acontecendo em nosso País, dentro e fora.

Eu peço que a gente possa multiplicar o interesse da sociedade, porque é uma dor tão grande para uma família! Eu tive essa noção quando a mãe do João Hélio, aquele menino que foi arrastado quando os bandidos roubaram o carro dela... Ela agora está morando em São João, aqui no Estado do Rio, e sempre me liga no Natal. Ela diz: *“Jovita, quando estou muito desesperada eu penso em você, porque eu enterrei meu filho”*. O desaparecido, por mais que você, às vezes, tenha a evidência da morte, como é o caso da Patrícia, aquela ali cujo carro foi baleado... Eles têm esperança, a mãe dela tem esperança. A mãe dela agora é que consegue, um pouco, viver, sair de casa, porque ela viveu uma depressão. Eu tive uma depressão também horrível; aliás, todas nós, não é? O coração começa a pifar.

A gente não pode mais fechar os olhos, porque é uma realidade hoje o tráfico humano, seja para o que for. A gente não pode mais se calar, tem que estar nos jornais. A polícia tem que estar a par disso, para ter respeito por esses familiares e vontade.

Por isso essa delegacia é a coisa mais importante hoje, eu acredito, para as mães que eu conheço e para mim. Sem ela, os casos vão durar 10 anos, 15 anos, 20 anos, e isso eu acho que é a coisa mais perversa que a gente hoje pode ter. Eu conheci uma coisa pior do que a morte: ter uma filha desaparecida. É uma coisa que só quem passa, só quem passa é que pode dizer o que é que é isso. Eu não estou sentada, como eu digo, não é? Eu posso falar de cadeira o que é isso, e outras mães.

Então, eu peço mesmo empenho à sociedade, a todos os órgãos, aos Deputados, porque a gente precisa, precisa de vocês. Foi como eu disse à Dra. Martha Rocha: *“Dra. Martha Rocha, a gente precisa da polícia”*. Eu não sei por que demorou tanto essa delegacia, porque é uma coisa que a sociedade quer, as mães querem, não é? Eu acho assim, eu não consegui até hoje... Na minha cabeça não fechou porque essa delegacia ainda não existe.

É lógico que a gente não quer uma delegacia como a de São Paulo, em que, de 3 em 3 meses, muda o delegado, porque quando pegam algum barão ali,



literalmente, que está fazendo tráfico humano, eles conseguem, conseguem, conseguem que aquele delegado vá embora. A média de mudança de um delegado numa delegacia de São Paulo é de 3 em 3 meses.

A de Belo Horizonte tem este detalhe: ela está à frente da delegacia há 13 anos. E ninguém pensa em tirá-la de lá, porque a sociedade eu acho que vai para a rua, Belo Horizonte inteira. Lá eles contam com oito 0800; eles estão sempre ali dando o retorno à mãe, às pessoas que querem denunciar. E outra coisa que ela viu muito: a questão de tráfico de criança. Hoje você tem uma lei no Brasil pela qual você leva pessoas para serem testemunhas e consegue fazer um novo registro de nascimento. Com isso, com uma boa investigação, ela já conseguiu resgatar muitas crianças.

E o pior de tudo, como ela diz, eu não sei muito bem: por tráfico de drogas, é caro para você sair da prisão, pagar essa coisa que se paga aí para não responder, não é? Eu vi esse chofer: pagou um salário mínimo. Ela diz que o mais barato é o tráfico humano, o tráfico de criança. O maior medo dela é quando pega alguém por isso; ele entra por uma porta e sai por outra, porque é muito barato. Se você não tem condição de dar o sequestro, porque o tráfico de criança, de adolescente e de adulto... Até hoje eu me pergunto: será que Priscila também não foi traficada? Eu não sei! Porque existe o tráfico de maior, entendeu? Às vezes, até me pergunto: com tanta prostituta... Uma coisa que, no Brasil... A gente anda pela praia e vê. Eu moro ali, já morei em Copacabana, em Ipanema. Meu Deus! Por que não vai procurar uma prostituta? Ele tem que traficar uma pessoa para fazer sexo com ela, para ter ali aquela escrava sexual.

Além disso, outra coisa que foi feita: as pessoas que se suicidam. Hoje em dia, tem pessoas na Internet que ensinam a se suicidar, que te levam a se suicidar. Ela já viu casos em que, se a família não tivesse esperado aquelas 24 horas ou aquelas 48 horas, em 6 horas pegariam a pessoa com vida. Isso foi um *serial killer*. Ela até contou, no *Jô Soares*, sobre esse caso.

O caso da Priscila também, se puder colocar... A gente não sabe. O problema é que com o desaparecido pode ocorrer tudo, tudo. Invente aí uma história: pode. Isso deixa qualquer pessoa louca. Eu não sei como ainda eu não estou louca. São



os amigos, são as outras mães, são as pessoas que estão aí. Então eu peço mesmo...

Na segunda-feira, eu estive com o pessoal da Associação dos Magistrados e a pessoa dos Direitos Humanos. Eu perguntei a ela: *“É tanto caso no jornal, por que que não procura?”* Nunca, nunca ninguém dos Direitos Humanos ou de qualquer associação procurou a mim e as outras mães também.

Infelizmente, as Mães de Acari, que estavam procurando seus filhos desaparecidos, hoje todas estão mortas. As da Candelária, só tem uma que consegue pegar ônibus. Também tem um problema: para subir nos ônibus, depois que você tem uma certa idade, tem que ter alguém para te puxar e tem que descer de bunda aquelas escadas, uma outra coisa muito perversa para as pessoas mais idosas.

Enfim, eu deixo o meu relato, como vítima, do que a gente passa. Eu espero que não só esta CPI mas o Deputado Paulo Ramos, os Direitos Humanos e a polícia cobrem essa delegacia, porque só assim, como tem sido em Belo Horizonte, será combatido o tráfico e se terá a resposta certa em questão de estatísticas.

Qualquer dúvida, se alguém quiser saber...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Sra. Jovita.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pode ficar. A Deputada Liliam Sá quer fazer algumas perguntas.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com a palavra a Deputada Liliam Sá.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Jovita, depois desse relato emocionante...

Eu já sofri muito com as mães de Acari, com as mães da Candelária, com as mães da Cinelândia, das crianças desaparecidas. Já chorei muito com vocês. Nós sabemos da dor que é você ir dormir pensando no seu filho, naquela criança que você alimentou, que você tratou com tanto carinho, com tanto amor, e não saber se ela está sendo escrava em algum lugar, se ela está morta, se ela está precisando de você. Você chega até a ouvir os gritos dessa pessoa ecoar dentro da sua cabeça, não é? Um pedido de socorro, muitas das vezes.



A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Eu tenho horror quando chove, porque a Priscila detestava chuva.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É verdade.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Então, quando chove neste Rio de Janeiro, aquilo não é nada! Eu nem sei se ela está viva.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu sei como é.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Mas parece que eu morro a cada dia.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - No caso da Priscila, foram levantadas várias hipóteses, até de tráfico de drogas. Falaram coisas horríveis até então.

Eu quero dizer a você que eu apresentei um projeto... Eu estou pedindo a esta CPI... Eu faço parte de duas CPIs. Aqui eu sou membro desta CPI do Tráfico de Pessoas, e da do Combate à Exploração Sexual eu sou autora e Relatora. O Deputado Luiz Couto faz parte das duas, e o Deputado Arnaldo Jordy, que é o Presidente, também faz parte dessas duas, porque há uma coligação entre o tráfico e a exploração sexual.

Eu quero dizer a você que eu apresentei um projeto que é um alerta emergencial, porque só vai funcionar através de lei. Eu estava pedindo aqui ao Deputado Luiz Couto que a gente faça uma reunião com o Presidente da Câmara dos Deputados, que já passou pela CCJ, para ver se agora a gente consegue colocar para votar. É muito importante esse projeto, porque, na hora em que for dado o alerta emergencial, vão fechar as fronteiras, vai ter Corpo de Bombeiros, vai ter a Polícia Civil, a Polícia Federal, Polícia Rodoviária. Todo mundo vai estar envolvido nessa questão do desaparecimento.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Então, doutora, eu aconselho que você tenha um contato com a Dra. Cristina, porque, dentro da delegacia, isso faz parte da Delegacia de Desaparecidos, que é o que acontece lá.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É. Nós pedimos já...

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Quando chega o relato de uma criança, principalmente criança e adolescente — como eu disse aqui, é o único Estado da nossa Federação que faz isso na hora —, todos os bombeiros de todo o Estado de Minas Gerais, que tem o maior número de Municípios, todas as fronteiras, tudo... Na



hora sai o retrato, todas as características. E outra coisa é o banco de dados da pessoa, é a arcada dentária...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Tem que fazer um banco de DNA.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Banco de DNA. Então, isso...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Envelhecimento.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Isso tudo dentro de uma boa delegacia de desaparecidos isso faz parte, é da delegacia de desaparecidos.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Nós já pedimos, enquanto... Eu fui Vereadora por três mandatos e agora estou no meu primeiro mandato de Deputada Federal. Nós fizemos várias audiências, e essas mães — a Elisabete; a Raquel, que está aqui, e a Val — sabem disto: nós pedimos ao Governador e nós fizemos também um requerimento ao Governador com a CPI da Exploração, quando nós estivemos aqui no Rio de Janeiro. Entregamos na mão do Vice-Governador, que vai ser Governador agora, o Pezão...

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Quando?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - No ano passado, pedindo uma delegacia para ele, uma delegacia especializada. Por quê? Nós estivemos com a Martha Rocha, quando ela estava ainda à frente do trabalho, em dezembro agora, e ela vai fazer o DNA. Ela prometeu fazer o DNA. Nós estamos para voltar agora, porque ela fez uma força-tarefa.

Fomos à Maria do Rosário também, no mês de fevereiro, pedir à Ministra que colocasse... Ela agora tem lá uma equipe forense especializada nessa questão de desaparecimento, de tráfico e colocou à disposição da cidade do Rio de Janeiro.

Então, nós vamos fazer esse trabalho agora, neste mês agora de abril, aqui no Rio de Janeiro, e vamos sensibilizar cada vez mais o Governador, o Secretário, porque depende das verbas, depende de o Governador assinar a rubrica para fazer a delegacia.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Olha, eu para falar a verdade...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não adianta só o Secretário dizer que vai fazer. Ele vai ter que precisar do Governador.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Pois é. Eu, para falar a verdade, quando fui pedir, eu perguntei à Dra. Martha Rocha: *“O que precisa para essa delegacia?”*



Dinheiro?” E a resposta dela foi: “Não”. Por quê? Porque tem a cidade da polícia. Passaram agora, como eles deram ali — eu acho que muita gente viu — quantos inspetores foram formados. Mão de obra tem. Eu perguntei a ela: “Então o que é? Aí ela disse: “E, a gente tem que...” Realmente, para mim é um buraco negro por que essa delegacia ainda não foi feita, sendo que no Rio de Janeiro, em relação ao número de desaparecidos, é a segunda do País. É lógico que a primeira é São Paulo.

Então eu peço que fique mesmo, como se diz, no pé do Secretário e, do Governador, porque tudo já está pronto, não tem nada que impeça. Nada! Então é uma vontade política. Infelizmente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza, Sra. Jovita, nós da CPI queremos fazer como aquela viúva lá do Evangelho...

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Ah, pois é. Eu estou fazendo isso. Eu disse: “*Olhe, se for preciso eu me atirar do Corcovado para essa delegacia sair e dar a minha vida, eu dou, porque não é por mim*”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É claro.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - São tantas as mães que eu conheço e que sofrem dia após dia, sem ter uma mão para auxiliar. Você já imaginou ter um parente seu e saber que nada foi investigado depois de 7 ou 8 anos. Gente, um tiro na cabeça é pouco, é pouco, infelizmente, é pouco.

Então eu agradeço. Realmente, eu conto com a força política desta Casa para essa delegacia sair rápido, porque já está tudo esquematizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza.

A SRA. MARIA JOVITA BELFORT - Obrigada.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Deus te abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, a gente agradece a sua contribuição.

O nosso Presidente já chegou. Então...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Está dando entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ele está dando entrevista?

Vamos ouvir agora a Sra. Elisabete Martins de Lima Barros, que é mãe de Thaís de Lima Barros.



A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Bom dia.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Só quero agradecer, mais uma vez, à Deputada Liliam Sá, que sempre nos apoia, que sempre está conosco nessa caminhada. Há muitos anos ela já conhece o caso da minha filha.

Eu sou Elisabete Martins de Lima Barros. Minha filha, Thaís de Lima Barros, de 9 anos, foi raptada. É um desaparecimento do qual ninguém sabe. Ninguém ouve, ninguém ouve a voz de uma mãe.

O meu coração está pulsando, mas o da minha filha eu não sei se ainda pulsa. E muito fácil para as pessoas dizer: *“Está desaparecida uma criança”*, *“Ah, foi encontrada outra criança desaparecida”*, mas a minha filha não está desaparecida, ela não fugiu de casa, ela foi raptada, ela foi levada por um homem, foi levada! Isso é muito ruim para nós — eu, meu irmão, minha família, que está sempre ao meu lado, meu marido, meu filho.

Minha filha hoje pode estar — pode estar — com 20 anos. Não sei como que está o rosto da minha filha. O rosto da minha filha era esse, hoje em dia eu não sei. Não sei se ela está viva ou não.

O que eu quero pedir a vocês, suplicar, é que — a CPI a gente sabe que vai parar — a investigação não pare, porque eu estou sobrevivendo. Eu não vivo, eu sobrevivo.

Meu pai tem 89 anos. Eu não sei se meu pai vai estar vivo para a gente saber o que aconteceu com a Thaís. Eu não sei se eu vou aguentar até lá. A gente não sabe — foi o que a Jovita disse — o nosso dia de amanhã, não sabe se, de repente, o nosso coração vai parar de uma hora para outra.

Eu quero que seja o real, que o que aconteceu com a minha filha apareça: se ela está viva, se ela está morta, se ela foi traficada para tráfico humano ou para retirada de órgãos. Eu quero saber, eu tenho direito como mãe e como cidadã. Eu pago meus impostos todos os dias. Todo mês está lá pago, tudo direitinho, bonitinho. Cadê o direito da minha filha de ir e vir? O direito foi embora, porque ela foi raptada. Ninguém sabe, ninguém viu.

Isso é o cúmulo, porque a gente chega à delegacia para fazer o BO e ouve: *“Deve estar na casa de um namoradinho”*. Minha filha estava com 9 anos, e eu ouvi



isso do policial. Como a Jovita disse, a gente tem que pensar dez vezes antes de dar um soco numa pessoa dessas, despreparada, porque está despreparada.

Precisa, sim, haver uma delegacia própria, delegados e inspetores preparados, porque muitos não são preparados. Eu consegui fazer o BO da minha filha no mesmo dia, mas eu ouvi de outras mães que elas não conseguiram.

No caso da Larissa, o homem entrou na casa, mexeu em várias coisas. Ela ficou dias — dias! — sem tocar em nada para fazer o exame, e não foi feito. Sabe por quê? Porque pobre não tem direito. Foi isso o que o policial disse a ela. Pobre não tem direito de viver, de respirar, mas pobre tem direito de votar, de trabalhar. Cadê o direito da gente, como cidadão? É muito fácil falar para a sociedade, bater no peito e dizer que está fazendo alguma coisa. Quando a gente vai ver, muitos não fazem, são poucos que fazem.

Até hoje eu agradeço à Deputada Liliam Sá e também à Deputada Andreia Zito, porque estão sempre ali; sempre que a gente pede um auxílio, elas estão ali, sempre nos ajudando e nos apoiando.

E fora isso, quem investiga somos nós mães, porque quando a gente chega à delegacia, perguntam: “*Você trouxe mais alguma denúncia?*” Eu digo: “*Não, eu vim aqui para saber se tem alguma denúncia*”, e eles dizem: “*Mas vocês têm que trazer denúncia*”. Ou seja, nós mães temos que investigar.

O Portal Kids investigou muita coisa junto com alguns policiais preparados, sim. Houve muitos policiais bons, e existem muitos, mas infelizmente sempre são trocados. Os policiais e delegados preparados sempre estão nessa troca. Constantemente, a gente tem que ficar contando a historinha de como sumiu a minha filha até hoje. Toda vez a mesma história. Isso é muito cansativo e estressante para a gente, porque a gente já sofre demais.

Todos os dias, quando eu vou dormir, eu peço a Deus para que me oriente, para que alguma coisa venha a acontecer para que essa história não fique assim, impune! É uma criança de 9 anos, 9 anos! Eu tive que passar por psicólogo, meu filho passou por psicólogo, e nada até agora. Há 12 anos eu vivo isso, 12 anos sem a minha filha. Sabe quando ela foi raptada? Dia 22 de dezembro de 2002! Não foi em 2014, não, foi em 2002! Ela foi levada!. É só isso que eu quero deixar. Não quero dizer mais nada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, D. Elisabete. Eu só queria manifestar a minha solidariedade, pois sei do seu sofrimento. Esse também é um caso em que foi acusado o Sr. Fernando como responsável pelo sequestro da sua filha.

Muito obrigado, viu?

Registro a presença da D. Silvânia Maria de Souza, mãe de Larissa Andrade de Souza, e a convido para que ela possa também fazer o seu depoimento.

E convido o Presidente para que assuma.

A SRA. SILVÂNIA MARIA DE SOUZA - Um bom dia para todos.

O que eu tenho para dizer aqui é pouco, porque as mães já disseram tudo o que eu queria dizer. Essa aqui é minha filha, que hoje, atualmente, está com 16 anos. Eu quero deixar bem claro que existem os sequestros de duas Larissas: a Larissa de Honório Gurgel e a Larissa da Barreira do Vasco.

O que acontece? A minha filha foi sequestrada no dia 14 de março de 2007. Parou um táxi à minha porta e levou a minha filha e algum objeto. Alguns meses depois, foi levada a Larissa da Barreira do Vasco praticamente da mesma forma, e esse homem que está sendo acusado está preso. Será que ele está tendo mais direitos humanos do que essas crianças?

Eu preciso pedir à CPI, eu preciso pedir às autoridades que investiguem. Eu quero investigação sobre o caso da Larissa de Honório Gurgel. Como todo mundo sabe, existe o tráfico de crianças. Essas crianças não são levadas para brincar de boneca, essas crianças não são levadas para ser manequim de loja.

Eu quero pedir às autoridades um pouquinho mais de atenção para o caso dessas crianças. Quando eu estou me alimentando, quando eu estou comendo, eu pergunto: *“Será que a minha filha já almoçou? Será que ela está viva? Será que ela está morta?”*

Há 2 anos, eu saí para o trabalho às 4 e meia da manhã. Quando eu atravessasse a rua, parou um carro. O cara me xingou de tudo quanto é nome e disse: *“Dá a sua bolsa”*. Ele me xingou de tudo quanto é nome. A minha visão ficou escura, a minha perna tremia, ele fez um terror psicológico na minha cabeça para pedir a minha bolsa. Ali na hora, eu disse: *“Com certeza, com a minha filha também foi assim”*. A pessoa que levou fez um terror psicológico. E a criança vai.



Imaginem a mim quando aquele levou a minha bolsa, fazendo um terror psicológico na minha cabeça: o meu chão desabou, eu fiquei cega, ele levou um pedaço de mim, que foi a minha bolsa, e eu fiquei assim... Eu disse: *“Meu Deus, imagine o dia em que esse homem levou a minha filha, como é que ela deve ter se sentido. Ele deve ter usado o nome da mãe, o nome do pai, o nome da irmã, e a levou.”*

Imaginem esse homem ter pego a minha filha, colocado em uma casa e a oferecido para vender ao tráfico... Sei lá, gente! É uma dor muito grande. Eu preciso da investigação do caso da Larissa de Honório Gurgel. Eu preciso pedir à polícia que investigue mais, uma polícia inteligente — inteligente! — para investigar esse homem que está preso, porque é da mesma forma, as idades das crianças são as mesmas, e ele não escolhe qualquer uma criança. As crianças têm perfil, têm idade para ele levar.

Então, eu peço: investiguem mais esse homem que está preso. Mas não vale a pena só ele estar preso. Ele tem que dizer o que aconteceu, o que ele fez, se ele matou, se ele vendeu. O que ele fez tem que ser investigado. Não adianta, de repente, ele está lá preso e está fortinho. Está forte, está bem alimentado. Sete anos passam rápido.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. SILVÂNIA MARIA DE SOUZA - Pois é. Então, isso tem que ser investigado. A polícia inteligente tem que investigar esse homem e saber o que ele fez. Não basta só jogá-lo numa cela, gente! Não basta só chegar e jogá-lo numa cela, e daqui a pouco ele está solto por bom comportamento.

Os direitos humanos hoje em dia estão mais para um traficante, para esses criminosos, do que para um trabalhador. O que eu quero dizer, como eu disse, é pouco: eu só quero investigação, eu só quero saber o que aconteceu com a minha filha. Eu tenho uma filha de 14 anos em casa que hoje tem medo. Ela foi para a escola, quando, no ônibus, um senhor se sentou ao lado dela, ela ficou desesperada, ela ficou com trauma. As crianças têm trauma! As crianças têm medo!

Então, não basta também só uma delegacia, outra delegacia. Isso precisa ser investigado. Precisa-se de mais investigação. É muito duro, gente, é muito triste uma mãe que tem um filho sequestrado conforme foi a minha filha e as filhas das outras



mães. Quando a gente liga a televisão e vê o mesmo caso, a gente sofre junto, a gente sofre junto. Então, eu quero só pedir à CPI, à Polícia, a todas as autoridades que venham a investigar mais esse homem que está preso. E só isso o que eu peço, tá?

Aqui eu agradeço pelo meu depoimento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado.

Eu quero convidar também a Raquel Gonçalves da Silva, tia da Larissa Gonçalves Santos. *(Pausa.)*

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Eu queria dar bom dia a todo mundo e dizer que eu sou a tia da Larissa, que a mãe dela não está aqui porque a mãe dela morreu 9 meses antes de ela ser sequestrada. Por isso, como, desde pequena, eu cuidei dela, eu estou aqui, assumindo papel de mãe dela.

Essa é que é a Larissa. Ao fechar os olhos, eu posso me lembrar do dia 31 de janeiro de 2008, quando um homem entrou na minha casa. Ele não pegou a Larissa na rua. Ele entrou dentro da minha casa e tirou ela de dentro de casa. Ela estava junto com o meu filho. E levou ela! Eu passei 5 dias na rua. Cinco dias sem comer! Cinco dias sem dormir! Cinco dias indo de delegacia em delegacia, procurando uma resposta. E ninguém sabia onde estava. O que eu escutava dizer era: "*ela pode estar na casa de um colega*"; "*Ela pode estar na casa de um amigo*"; "*Olha, essa menina já é grande, ela não está com namorado?*" E foi árduo!

Eu procurei o Ministério Público porque as coisas não andam como parece, como deveriam andar. Tive que procurar o Ministério Público várias vezes. Tive acesso à Promotora do caso. E assim começou a andar o processo da Larissa.

Quando foi no final de 2012, o homem que levou a Larissa, reconhecido por sete testemunhas, inclusive pelo meu filho, que no depoimento dele, ele fala claramente. Eu estava sentada do lado, e o delegado — dois delegados —, quando ele fala que a Larissa falou pra ele que não ia com ele. E ele: "*mãe, ele botou o dedo na cada dela e disse assim: você vai comigo porque eu quero*". E assim ele levou a Larissa. E até hoje eu não tenho notícias da Larissa.

Esse homem foi condenado. Está preso. Só que até hoje, eu não sei o que ele fez com a Larissa. Eu preciso saber. Eu preciso dormir. Meu filho precisa viver, porque quando começou isso tudo, eu não falava. *(Choro.)* Eu não falava! Eu não



conseguia falar. Eu fiquei 1 mês sem falar. Foi difícil! O meu filho ficou sem falar. Escrevia redações e redações, na escola, contando como foi pra ele, como foi o dia em que esse homem tirou a Larissa de casa.

Então, eu gostaria de pedir aos senhores que não parassem. Que não parassem! Porque essas crianças, elas podem estar mortas? Podem. Mas também elas podem estar vivas, sendo escravizadas em outro país, porque a procura do desaparecido, do sequestrado, do raptado, não é expandida a outros países, não é expandida a outro Estado. Ela é mais aqui dentro do Estado do Rio de Janeiro.

Eu gostaria de dizer para a Deputada Liliam: a senhora citou o DNA. No início deste mês, eu estive na Delegacia de Homicídios. De lá, fui orientada pelo policial a procurar o Instituto Forense. Estava com a mãe da Thaís de Lima Barros. Lá, fomos ao Instituto Forense. Fomos atendidas. Só que lá não há nenhum pedido de DNA. Ninguém pediu DNA nenhum! Nós estamos na estaca zero. Entendeu? Vamos ter que bater em delegacia para poder ver onde está.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não, mas a gente tem a reunião na Civil pra fazer. Já fomos à Ministra Maria do Rosário, à Polícia Federal, que também colocou o departamento deles à disposição. Mas a gente precisa fazer reunião lá, na delegacia, resultado daquela reunião...

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Isso, isso.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - ...que nós tivemos no mês de dezembro, pra poder, ali, estabelecer as metas e ver o que que eles fizeram, porque a Martha Rocha se afastou, e entrou agora o Dr. Fernando.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Isso. Correto.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E nós vamos continuar com ele.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Isso. Só que ela fez ligações. A D. Elisabete está ali, ela estava comigo, ligou para a Civil, ligou para vários lugares, e lá disseram para ela que não foi pedido nenhum DNA. Então, nós precisamos que esse DNA seja feito.

E, também, o que nós precisamos é que haja progressão de imagem, como a Elisabete falou aqui. A Larissa tinha 11 anos. Larissa, dia 12 de fevereiro, fez 18. Meu filho tinha 7 anos. Ele foi levado à delegacia e foi levado ao júri, entendeu? E ele o reconheceu. Então, eu acho impossível...



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Reconheceu o Fernando?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Reconheceu o Fernando Marinho de Melo como sequestrador da Larissa.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Fernando Marinho de Melo.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Então, eu acho impossível, diante de um juiz, diante de um delegado, sete pessoas que não têm convívio com a gente — moram, sim, na localidade, mas eu não tenho convívio —, se prestar a esse papel, a acusar uma pessoa. Até porque, não há interesse nenhum da nossa parte em acusar ninguém. O que nós queremos é resposta. Onde estão essas crianças? O que foi feito dessas crianças?

Então, eu queria pedir a vocês que vocês não parassem, que os senhores não parassem. Mesmo que a CPI acabe — e eu sei que vai acabar —, mas que os senhores ajudassem a localizar não só a Larissa, mas muitas Larissas. Muitas Larissas, porque não é só uma criança acusada desse homem. Pela Larissa, ele está condenado, mas ainda falta. Tem a outra Larissa, tem a Thaís, tem a Michele. São muitas crianças.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mariana Zheng, Ana Paula...

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - São 15 meninas das quais esse homem é apontado como sequestrador.

Então, eu gostaria de agradecer a todos, entendeu? Muito obrigada por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pergunto se algum membro da CPI gostaria de fazer alguma pergunta para a D. Raquel.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Raquel, nesse caso do DNA, vocês foram por vontade própria lá, para fazer o DNA, ou vocês estavam com algum pedido da Civil?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Não, porque, após aquela reunião que foi feita lá na Civil, a gente ficou aguardando, porque houve um telefonema... A Delegada pediu os nossos telefones, que iria entrar em contato para fazer esse pedido. Nós passamos o telefone, só que, ao demorar muito... Nós temos o costume de saber o que está acontecendo, até pra a gente poder ficar informada da situação. Então, fomos à Homicídios. Quando a gente chegou à Homicídios, explicamos, fomos bem atendidas, os policiais atenderam tudo direitinho, só que ele



falou que era melhor a gente ir ao Instituto Forense, porque lá seria o lugar ideal para que nós viéssemos a saber.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas aí não tinha um pedido da Delegada? Não tinha nada?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Isso. Não tinha nada.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Ah, então está bom. É bom entender isso.

O SR. DEPUTADO JÂNIO MENDES - Deputada. Deputada.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Pois não. Pois não.

O SR. DEPUTADO JÂNIO MENDES - Uma pergunta. Ele está preso e condenado apenas pelo sequestro de Larissa ou por outros crimes?

A SRA. SILVÂNIA MARIA DE SOUZA - Não. Pelo sequestro de Larissa, mas ele já está indiciado pelo sequestro da Thaís. E estivemos no Fórum de Bangu, quinta-feira passada, e, talvez, no decorrer de 30 dias, foi informado para nós lá, que possa ter já a data de audiência.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Deixe-me explicar a prisão do Fernando Melo Marinho. A CPI da Exploração Sexual esteve com o Desembargador Paulo Rangel, junto com a Portal Kids, e nós pedimos para que ele fosse julgado novamente, porque havia ocorrido um julgamento em que ele foi condenado a 2 anos por roubo qualificado e pelo sequestro da Larissa, mas em regime aberto. Aí, o Desembargador fez um novo julgamento e aplicou a pena de 7 anos em regime fechado. Aí, ele fugiu. Ele iria ser preso lá em Brasília, na CPI, e ele fugiu. A advogada dele tentou entrar com *habeas corpus* e não conseguiu. Aí, ele se entregou na DPCA em fevereiro...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É, mas ele estava na DPCA quando eu liguei. Trouxeram pra... Ele se entregou na 35 da Pavuna e ficou na DPCA. E hoje, a CPI vai ouvi-lo.

Só para esclarecer, para que as pessoas possam entender todo esse processo. Eu acho que a Wal pode explicar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

Deputado Arnaldo Jordy.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Primeiro, bom dia a todos e a todas.

Eu quero me penitenciar aqui pelo atraso. Ontem, em Brasília, foi um dia de chuva e, ao mesmo tempo, de votações importantes no Congresso. Então, eu acabei perdendo o voo por conta do tráfego intenso. Quando cheguei, tinham fechado a porta do avião. E quase que a Liliam e o Luiz Couto também perdem. O único voo que tinha era hoje de manhã e, portanto, eu só pude chegar agora. Mas queria perguntar... Quer dizer, esse... O seu filho, que é primo da Thaís...

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Da Larissa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Da Larissa, perdão. Ele estava junto com ela quando essa pessoa adentrou na casa, aproveitando a ausência da mãe, é isso?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - A ausência da mãe... Sim. Mas ele adentrou e levou-a junto com um aparelho de televisão.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Segundo o depoimento do meu filho, bateram na porta — porque na minha casa tem que subir dois lances de degrau para adentrar na minha casa — e a Larissa desceu. E, depois, a Larissa subiu...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eles estavam na sua casa?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Na minha casa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ela estava na sua casa?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - É, porque ela mora comigo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ah, sim.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Ela mora comigo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ah, sim. A mãe faleceu e você criou a Larissa. Está certo.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Isso! Isso

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - E você não estava? Estava...?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Levando a irmã para o hospital, porque estava com dengue.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Perfeito.



A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - E, quando a Larissa subiu, subiu um homem atrás. Ele falou, no depoimento dele, que, assim que esse homem entrou, ele falou assim: *“Mãe, ele desligou a televisão na minha cara”*. Disse que ele desligou a televisão e falou assim: *“Eu vou levar esse rádio”*.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Mas ele se apresentou como? Como...?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Não. Ele não se apresentou. Segundo o depoimento do menino ele não se apresentou.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ele simplesmente adentrou...?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Adentrou na casa. E disse que pegou no rádio e falou assim: *“Vou levar esse rádio. Não, não vou levar esse rádio não, vou levar essa televisão.”* E falou assim: *“E você vai comigo”*. E a Larissa virou para ele e falou assim: *“Eu não vou contigo, porque minha tia não deixa”*. E, segundo o depoimento do meu filho, ele pôs o dedo na cara dela e falou: *“Você vai comigo, porque eu quero”*.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Essa pessoa seria o Sr. Fernando Marinho?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Isso. Isso. Segundo as testemunhas e o meu filho. Aí, disse que ele falou assim: *“Larissa, eu vou contigo”*. E a Larissa, já com a cabeça abaixada, falou: *“Não, Gabriel, você não vai, que você vai ficar com medo”*. Eu acredito que ela já estava com medo. E, segundo as testemunhas, quando ele desceu, o fio da televisão arrastava nos degraus. Ela olhava só para o chão e estava muito pálida. Dali, a gente não soube mais o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Além do seu filho, que tinha, à época...

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Sete anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sete anos. Estavam só os dois dentro de casa? Alguém mais viu esse cidadão adentrando...?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Viu. Foram mais seis adultos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Da vizinhança?



A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Seis adultos da vizinhança que viram e foram também ao júri. Teve um reconhecimento no Tribunal e foram também ao reconhecimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Está certo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, D. Raquel Gonçalves da Silva. Nós perguntamos se o Sr. Evandro Braz de Lima teria alguma coisa mais a acrescentar no caso de Thaís de Lima Barros. (*Pausa.*) Obrigado.

Nós vamos agora passar para o Presidente e a Dra....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dra. Marisa Dreys, da Polícia Rodoviária Federal, Presidente da Comissão de Direitos Humanos dessa Instituição, que já esteve conosco também aqui na CPI, na vinda da CPI aqui no final de 2011, salvo engano, prestando a sua contribuição. Pode usar a tribuna, doutora.

A SRA. MARISA DREYS DA SILVA XAVIER - Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente da Mesa, demais integrantes, o Deputado Luiz Couto e também o Deputado Jânio Mendes. E, em especial, bom dia à Deputada Liliam Sá. Sem a ajuda da assessoria da Deputada, que me socorreu, eu não teria conseguido chegar aqui e trazer para vocês a apresentação porque me ocorreu aqui um pequeno percalço. E bom dia a todos os integrantes que estão aqui e principalmente pais e mães de pessoas desaparecidas. Bom dia, Thaddeus, com que estivemos lá na reunião sobre tráfico. E cumprimento também o nosso Presidente da Comissão de Tráfico de Seres Humanos, o Ebenézer.

Eu trouxe uma apresentação muito breve para vocês sobre as atividades da Polícia Rodoviária Federal na área combate ao tráfico de seres humanos e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Antes de começar, eu gostaria de dizer que me tocou muito o coração o depoimento das duas mães, da mãe da Larissa e da tia da Larissa, e depois eu quero inclusive anotar os telefones de vocês. E por que isso? Porque a gente, como braço repressivo e ostensivo, a gente precisa muito ajudar.

Então a apresentação que eu vou trazer para vocês aqui é para que vocês saibam do que as polícias são capazes de fazer e, principalmente, do que a polícia a que eu pertença, a Polícia Rodoviária Federal, é capaz de fazer, para que vocês possam cobrar, cobrar o tempo todo, cobrar da Polícia Rodoviária Federal, cobrar



dos demais colegas, das demais polícias. Porque isso é uma dor de vocês do ponto de vista pessoal, mas é uma dor de toda a sociedade solidária. Então, a gente tem que se mexer. Eu vou mostrar para vocês aqui com o que a gente trabalha, para que vocês possam ver o que vocês podem exigir de nós.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, aqui é a Polícia Rodoviária Federal. Contamos com 9.500 policiais. Temos direito a 13 mil policiais, e é uma luta. Todo ano nós tentamos trazer pessoas para dentro, porque valorizamos a luta. São 21 superintendências, 5 distritos, delegacias e postos de fiscalização.

A gente atua basicamente nas rodovias e em alguns pontos fixos. Ali está 60 mil; mas atualmente já é um pouco mais, 65 mil. Mas por que eu estou trazendo isso para vocês? Para vocês verem o quanto nós somos capilares, como nós podemos estar presentes em vários lugares ao mesmo tempo se nós conseguirmos trabalhar integrados e com comunicação. Integrados com as outras polícias e com comunicação com a sociedade. A polícia não faz nada sozinha.

É uma atividade de fiscalização, policiamento e atendimento, basicamente preservação da ordem pública. Inclusive, quando a gente fala preservação da ordem pública, isso é feito dentro do Estado Democrático de Direito, é lógico, mas é sempre bom a gente reafirmar isso, esse nosso compromisso. E a incolumidade das pessoas e do patrimônio que nos circundam.

Que vantagens essa polícia que está falando para vocês traz para poder trazer benefícios às pessoas? Mobilidade operacional. A gente consegue se mobilizar muito rápido, estar muito rápido em muitos lugares. Já fizemos algumas operações com o apoio da Deputada Liliam Sá, algumas com outras instituições, com a OIT — a gente vai passar aqui um pouquinho. Então, às vezes, a gente olha e fala: *“Mas eles são poucos”* ou *“Eu não vejo tantos”*. Mas nós nos mobilizamos muito rápido. Temos uma logística boa, a atuação é padronizada.

Algumas ações em geral de segurança pública. Por quê? Porque, quando a gente olha para um policial e vê um braço repressivo nele, muitas vezes a gente esquece que a presença desse policial em outros campos, como educação, proximidade com a sociedade, pode abrir condições de essa sociedade vir buscar, na polícia, aquilo que ela está precisando. E é para isso que a polícia serve, porque,



se for para ficar longe das pessoas, não adianta nada. Tem que estar aqui para atender aos desejos das pessoas.

Uma das áreas que a gente mais valoriza é o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. *“Ah, mas você está falando de ética”*. Estou falando de ética, mas eu também estou falando de tráfico, porque essas crianças não vêm para cá porque elas querem não. Ou elas vêm trazidas, ou elas vêm sequestradas, ou elas vêm por cumplicidade da família.

Então, o que nós fazemos efetivamente? De 2 em 2 anos, a Polícia Rodoviária Federal faz o que chamamos de mapa da exploração sexual de crianças e adolescentes. E o que é isso? Nós mapeamos pontos de vulnerabilidade nas rodovias ou no entorno delas. E como isso é feito? Isso é feito junto com a OIT, com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e também com consultorias universitárias. Por quê? Porque existem critérios para que esses pontos sejam considerados. A partir desses pontos, nós podemos embasar políticas públicas, aumento de policiamento, um foco muito determinado. E nós temos tido bons retornos desse mapeamento: crianças ou adolescentes que são apanhados nesses locais e que a gente às vezes não enxergaria como uma situação de exploração, não necessariamente sexual, mas também de mão de obra; criança lavando pneu; criança lavando motor sem ser na condição... Bom, por ser criança não poderia ser nem ser na condição de aprendiz, mas mesmo pré-adolescentes e 12 anos, porque às vezes apresenta um corpo, um físico um pouco mais avantajado. Imagina-se logo que é uma mão de obra barata, que criança e adolescente é mão de obra barata. Então, é para isso que o nosso mapeamento serve. Atualmente, ele está em andamento. Agora, neste momento, policiais de todo o Brasil estão passando nas rodovias, estão mapeando esses pontos, para que eles venham a ser publicados e, uma vez publicados, venham a embasar ações na área de segurança pública e educação.

Também combate ao trabalho escravo ou, como a gente fala hoje, ao trabalho assemelhado a escravo. Pessoal, a gente pensa que não existe, principalmente a gente aqui no Rio de Janeiro. Existe, sim, nas usinas de cana, em São Paulo, nas costureiras, bolivianos, maranhenses. Todo tido de exploração de humano por humano existe aqui.



Então, a gente leva muito a sério esse tipo de trabalho. Nós temos uma Comissão Nacional de Direitos Humanos e temos comissões estaduais também. Mas, além disso, nós temos o compromisso da administração, que nos possibilita trabalhar, senão a gente não consegue.

Então, aqui é operação de libertação junto com o Ministério do Trabalho, com o Ministério Público do Trabalho, com muitas promotorias que nos auxiliam, que nos trazem denúncias. E isso é muito importante, para que a gente possa também trocar com outras polícias.

Bom, aqui o Protocolo de Palermo, que vocês todos já conhecem. O que a gente sempre fala em todas as nossas palestras: nos postos de gasolina, quando a gente vai — e a gente tem ido bastante—, nos cinemas rodoviários, o consentimento da vítima é irrelevante, porque muitas vezes ela nem sabe que é vítima; como é que ela vai consentir? Se ela soubesse que iria viajar para ser explorada, que iria viajar para ser alvo de mentira e de todo o tipo de maldade, ela não iria aceitar. Então, não tem isso. Consentimento da vítima é irrelevante, a parte mais importante.

E é importante também, e que a gente sempre fala, que toda a rede, o recrutamento, transporte, transferência, alojamento de criança para fins de exploração são considerados também tráfico de pessoas. Mas por que isso é importante? Para que as pessoas se sintam comprometidas, para que as pessoas se sintam alvo da fiscalização. E a gente sabe que isso é só o primeiro passinho, que tem muito para acontecer lá na frente, é um crime de difícil qualificação.

Aqui é o tráfico de seres humanos. Para todos esses outros balões serve o tráfico de seres humanos: remoção de órgãos; servidão, que é o trabalho assemelhado a escravo; adoção ilegal; trabalho escravo; outros crimes; exploração sexual. A Polícia Rodoviária Federal, como nós somos uma polícia ostensiva, nós não somos uma polícia judiciária, nós focamos a nossa atenção na exploração sexual e no trabalho escravo.

A gente pensa que não é rentável. É sim. É a terceira atividade do crime organizado mais rentável. E a gente fala assim: mas por quê? Bota uma turma de 20 trabalhadores para trabalhar sem pagar direito trabalhista e, depois, bota outra pagando. Veja a diferença que dá. Dá lucro ou não dá, pessoal? Dá. Infelizmente! É mercantilização do ser humano. Dá sim. E a gente tem que reconhecer isso, que é



para poder ficar mais fácil combater, e acreditar que isso existe. Muitas vezes existe uma tendência a não acreditar que existe.

Depois, essa configuração do crime é dificultada, por quê? Porque muita gente diz o seguinte: *“Olha, no meu país”*... Que é o caso dos bolivianos, quando a gente às vezes flagra pessoas de outras nacionalidades, principalmente na América do Sul, e que vêm de países onde eles são tão explorados, eles dizem: *“Mas aqui, a exploração, pelo menos, é melhor”*. Mas isso não pode ser desculpa para a gente admitir que algum brasileiro, alguma pessoa lucre através da exploração do outro. Então, assim, a gente está muito atento.

As principais vítimas do tráfico são as mulheres. E por que são as mulheres? Porque a gente já tem uma história de vulnerabilidade muito grande, em várias áreas do conhecimento. Especificamente no trabalho, mais ainda. Então somos nós, sim, essas que abastecem às vezes essas redes. E a movimentação interna abastece a mão de obra escrava. E é difícil de combater, pessoal. É difícil! Muitas vezes a gente para os ônibus, a gente tem denúncia, mas, se as pessoas dizem *“Não, a gente sabe que vai acontecer; estamos indo”*, tem local, tem endereço... Isso só funciona se a gente tiver integração com as polícias civis, porque a gente não pode ir além também. A gente não pode investigar. A gente pode acompanhar, mas o trabalho de investigação é da Polícia Judiciária. Então, é basicamente nisso que se resume o trabalho da polícia ostensiva.

Além disso, sobre aquela história que todo mundo já sabe, de endividamento por ameaças, algumas quadrilhas usam, sim, as rodovias federais, e a gente tem que pegar isso com inteligência. Falou a mãe da Thaís... Eu fiquei com vontade de levar a mãe da Thaís e a tia da Larissa, que disseram que a gente tem que trabalhar a polícia com inteligência... Quase que eu levantei e levei as duas para trabalharem com a gente lá, porque é isso mesmo, mãe. Polícia sem inteligência não funciona nada. Não adianta ficar exibindo arma, não adianta ficar exibindo viatura, colete, não. Tem que ser com inteligência, tem que ser com investigação, tem que ser com troca de comunicação, e sem nenhum tipo de vaidade para ninguém. Assim, vamos trabalhar juntos, porque é o que a sociedade quer da gente. É a resposta que a gente tem que dar para ela.



Inicialmente esse transporte era realizado em ônibus que era fretado. Agora não é mais: eles pagam passagem para dificultar para a gente. E o sucesso da gente está na entrevista ao transportador. Então, o que acontece? O policial rodoviário atualmente é treinado para entrar dentro do ônibus, para conversar com os passageiros, conversar com os motoristas. Dá trabalho. E às vezes a gente ainda é mal interpretado. Quando se para o ônibus, se a linha for uma linha de pessoas humildes, é mais fácil. Mas, se for uma linha cuja passagem é mais cara... Eu sei, porque eu tenho atualmente 19 anos de polícia, 15 deles passados em chão de rodovia. Eu sei o que é entrar no ônibus de madrugada e acordar as pessoas. Elas não gostam. Mas é importante. É importante que a gente veja, que a gente olhe quem está lá dentro.

Os esforços que a gente tem feito como polícia para participar do combate a esse crime: criação da Divisão de Combate ao Crime e fortalecimento dos NOE — os Núcleos de Operações Especiais. Mas por quê? *"Você acabou falar que a questão não é de armas."* Mas também a gente não pode se resumir a uma fiscalização do dia a dia. A gente tem que ter gente especializada, se não a gente não consegue fazer a operação.

Articulação e cooperação técnica com outros órgãos de enfrentamento, principalmente os órgãos que recebem denúncia: o Disque 100, as ouvidorias. Nós criamos uma ouvidoria agora. É uma busca de um contato com o cidadãos e com as pessoas que trabalham no mesmo sentido, porque ninguém faz nada sozinho. A gente é só uma pecinha dessa grande engrenagem.

O mapeamento dos pontos vulneráveis. Esse mapeamento está sendo bom, está levando a visão desse problema para fora também do nosso País, o que é importante. A gente, como brasileiro, pensa que isso só acontece aqui. À medida que eu fui começando a estudar esse assunto e a me aprofundar cada vez mais nele, fui percebendo que isso acontece também em outros lugares. Nos Estados Unidos também existem organizações para pessoas desaparecidas. Eu estive há pouco lá e que vi que lá têm cartazes iguaizinhos aos que a gente encontra aqui, do SOS Crianças Desaparecidas. Aí a gente fica pensando: *"Poxa, mas eu achei que fosse só lá em casa"*. Não é não, pessoal! A maldade humana, infelizmente, é democrática no sentido de atingir a todos;



A participação integrada com a rede de enfrentamento; o enfrentamento ao trabalho escravo por meio de convênios com as delegacias regionais e o Ministério do Trabalho. Digo mais uma vez: não fazemos nada sozinhos. Temos que ter apoio para trabalhar. E a gente se sente feliz em dar esse apoio.

Tivemos agora uma operação em Goiânia agora, dentro da CEASA, onde resgatamos uma boa quantidade de crianças trabalhando, carregando peso, carregando caixa pesada. Aí às vezes as pessoas falam: “*Mas ele precisa ajudar o pai*”. Espera aí! Não!. É o pai que precisa sustentar o filho. Não é colocar o filho no mundo para ele sustentar o pai! Isso aí está de cabeça para baixo. Carregar uma caixa pesada, sobrecarrega a coluna de uma criança e vai prejudicá-la para o resto da vida. Além disso, ela não vai ter bom rendimento escolar. O filho da classe média, o filho de alguém que tem atenção, está no Inglês, está no balé, está fazendo curso de computação. Para quê? Para não ser submetido a esse tipo de exploração. Esse filho, não! Esse filho está lá. Então, a gente fez uma grande ação com o Ministério Público do Trabalho lá e tivemos sucesso.

Capacitação continuada dos nossos agentes. Nós temos operações específicas contra tráfico de seres humanos e exploração sexual. Nós também temos o curso de formação dos policiais, são 24 horas/aulas de direitos humanos, e dentro dessas aulas a gente foca — falou de novo a mãe da Larissa dessa vez, a mãe da Larissa, e disse sobre direitos humanos, na verdade, falou alguma coisa sobre direitos humanos, e eles têm que atingir a todos, principalmente aqueles que estão sob os cuidados do Estado.

O Estado não pode ser mais um violador, mas esse mesmo Estado também não pode se esquecer das vítimas. Por quê? O que é isso? Tem que olhar para a vítima, sim, como uma vítima de violação, pode não ter sido diretamente, mas foi uma pessoa que, muitas vezes, por algumas ou muitas omissões ou outros descompromissos desse mesmo Estado, sofreu algum tipo de crime. Tem que olhar para a vítima, sim. A senhora está certa inteiramente. Silvânia, não é? D. Silvânia, está certa.

Mais uma vez a ação do DPRF, operações integradas com outros órgãos em pontos críticos, essas operações são pesadas. Atualmente, nós temos duas denúncias em andamento. É complicado, pessoal, não é simples. A gente não pode



chegar e entrar em qualquer lugar, muitas vezes fora da rodovia — a gente vai, mas sozinho, isso também não é legal porque também não seria democrático. Existe uma ordem que a gente tem que seguir.

Então, nós levamos promotores, nós levamos pessoas da infância e da adolescência, representantes, nós levamos promotores, e é difícil reunir todo o mundo, mas a gente vai. E é importante que se faça.

Ações de rotina no plantão. O que são essas ações? Pessoas que, às vezes, entrevistam alguém num ônibus ou acham uma situação esquisita. O policial, ele parte muito dessa experiência. Ele diz: *“Olha, eu não sei o que é que é, mas tem alguma coisa errada”*. E quando a gente ouve o depoimento das mães, a gente tem mais vontade ainda de não desistir, às vezes de se arriscar. Às vezes, a pessoa fala: *“Mas o senhor está abusando, o senhor está usando de abuso de autoridade.”* Não estamos, não. A gente quer descobrir o que está acontecendo. Cooperar, ajuda a gente, porque tem muita gente sofrendo, porque o policial muitas vezes não faz ou, às vezes, faz e não tem também ali o resultado. Mas é importante pelas palavras de vocês — vou até gravar um vídeo depois com vocês —, para levar para os nossos alunos que estão sendo formados, para verem a dor que vem nas palavras.

É muito importante para nós, que estamos na ponta, levar para eles também, para eles entenderem o quanto é importante a gente insistir numa suspeita, mesmo que a gente fique com medo também, porque a gente também tem emprego, a gente também tem que se preocupar.

Então, ações educativas voltadas para a conscientização da população e dos servidores, que a gente faz; de Governo em conselhos, fóruns. Dentro do que a gente pode, a gente está sempre lá com o Ebenézer e está em outros conselhos também, para ver — não é, Ebenézer? — no que a gente pode colaborar. A polícia tem que estar à disposição para servir, é essa a nossa razão de ser, não outra.

Então, acordos de cooperação técnica e convênios. Isso para quê? Para deixar a gente sempre com embasamento jurídico, para ninguém quebrar a nossa ação lá na frente. Isso é muito importante também. E ações específicas.

Já estou terminando, pessoal.

Fatores adversos. A gente tem alguns, nós não somos perfeitos, temos problemas, sim. Temos sempre problema de efetivo — e a gente está correndo atrás



de concurso. Às vezes, as delegacias da Polícia Federal são distantes dos pontos, a gente tem que resolver isso mais uma vez, como falou a mãe da Larissa, com inteligência, fazer o contato anterior, levar essas pessoas para lá.

Desconhecimento da legislação específica por grande parte da população, algumas barreiras de comunicação quando a gente trabalha com estrangeiros, rede de apoio distante, mas tudo isso dá para vencer; se tiver vontade política, organização e inteligência dá para vencer.

E os fatores positivos, que é a aproximação com esses órgãos de fiscalização, a parceria com a Secretaria de Direitos Humanos. Para quê? Para receber o Disque-Denúncia, para sermos confiáveis, para estarmos do lado, para darmos as respostas, não é receber o Disque-Denúncia e deixar em cima da mesa e ver amanhã, não. É para receber o Disque-Denúncia e fazer agora, e é o que a gente tenta.

Aproximação com os Ministérios Públicos, atuação no combate ao crime, convênio com a ANTT. Por que o convênio com a ANTT é legal? Porque a gente não fiscaliza o documento de transporte de passageiro, a gente não fiscaliza especificamente a lista de passageiros, a gente pode ter acesso a ela, mas é importante que o motorista saiba sempre que ele pode ser parado pelo convênio, porque ele vai ter a lista, e nessa lista vai ter que ter o nome das pessoas. Isso facilita na hora de encontrar uma pessoa.

Capacitação continuada dos agentes, campanhas e as parcerias nos organismos e entidades.

São desafios incrementar, aumentar os recursos humanos, promover a integração com os demais órgãos, realizar as operações sistemáticas, enfim, estar presente. Isso é o mais importante.

Fiscalizar o transporte coletivo. Pessoal, o maior desafio de todos, mesmo, é conseguir estar perto da sociedade, para servir a vocês, pessoal, para servir aqueles que precisam de nós, porque essa é a nossa razão de ser. Aqui está o nosso telefone, da Comissão de Direitos Humanos, nosso *e-mail*, o *e-mail* da Ouvidoria também, para quem quiser entrar em contato conosco, fazer denúncia de todo o tipo, falar o que quer que seja, solicitar a presença dos nossos policiais. A gente está aí para atender vocês, pessoal.



Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dra. Marisa Dreys. Parabéns pelo belo trabalho que a Polícia Rodoviária faz. Nós somos testemunhas, na CPI, não só no Rio de Janeiro, e você realmente é uma entusiasta da causa, até porque, para fazer a diferença, tem que ter convicção e ter sensibilidade. Lamentavelmente, não são todos os agentes que têm essa sensibilidade, esse compromisso, essa vontade política, como foi dito aqui, que você tem.

E nós temos que reconhecer que a Polícia Rodoviária Federal no Brasil inteiro tem sido uma grande parceira não só no sentido de denunciar esses abusos, essas violações de direitos, mas, principalmente, na assistência às vítimas. Parabéns pelo seu trabalho pessoal e pela instituição que você representa, que faz esse belo trabalho na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e dos direitos violados da sociedade brasileira. Obrigado pela sua participação.

Eu pediria um pouco de paciência a todos. Nós estamos aqui e ainda vamos ouvir brevemente três pessoas que pediram inscrição, e depois vamos ouvir o Sr. Fernando Marinho, que já tem o seu defensor, o seu advogado já chegou, e nós tivemos que aguardá-lo porque é um direito dele, e nós não queremos aqui agredir a lei processual brasileira que garante o acompanhamento do seu advogado. E ele não vai ser ouvido sigilosamente. Ele vai ser ouvido aqui publicamente, como é de praxe da CPI.

Nós recebemos um pedido, uma ponderação, mas a decisão nossa é de não acolher. Vamos ouvi-lo aqui publicamente, como temos feito com todos os acusados nesta CPI.

Eu queria convidar a Waltéa Ribeiro, Presidente do Portal Kids e do Movimento Mães do Brasil. Ela, que já esteve conosco na CPI anterior aqui, colaborou muito com o seus depoimentos. Depois vamos ouvir o Ebenézer, que é da Coordenação do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas aqui no Estado Rio de Janeiro, e depois vamos ouvir o Sr. Luiz Henrique, Gerente do Projeto SOS Criança. São essas pessoas que estão inscritas ainda para nos abrilhantar com os seus depoimentos.

Pois não, Waltéa.



A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Eu gostaria de dar bom dia a V.Exas., a todos os senhores e senhoras. Nesta semana, que é a semana do enfrentamento, do combate à criança desaparecida, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a V.Exas. a oportunidade que me dão de, como Presidente da instituição Portal Kids, estar aqui defendendo a causa da criança desaparecida e sequestrada de forma enigmática. E queria começar a agradecer não só a todos os senhores, mas, em especial e principalmente, à Deputada Liliam Sá, porque ela acompanha o nosso trabalho desde o início.

Nós completamos 15 anos no último dia 16 de março e a Deputada Liliam Sá — eu sempre gosto de dirigir essas palavras de gratidão a ela, porque ela foi a única pessoa que não nos olhou com prevenção —, ela sempre teve um olhar isento, desde que nos conheceu, porque quando começamos a trabalhar com esses casos de desaparecimento, me alertou, porque na verdade eu fiz um *site* de pesquisa para pesquisar a pedofilia na Internet, e através de uma denúncia foi revelada uma rede de pedofilia com ramificações no mundo inteiro que era controlada pela Filadélfia, inclusive no Brasil. Veio para cá um agente americano, que era o quarto maior agente no mundo, o José Andrade, em investigações de pedofilia e sequestros de crianças no mundo, ele era embaixador nos Estados Unidos. Ele esteve aqui investigando uma denúncia nossa, e levou todas as 600 denúncias que nessa época a gente já tinha. Ele esteve no Brasil, ele ficou impressionado com o nosso trabalho, e ele levantou a hipótese, ele contou para a gente, revelou que, através das investigações dele, que crianças nos Estados Unidos estavam desaparecendo, sequestradas, para serem usadas em *sites* pornográficos, em exploração sexual, em prostituição, e serem mortas para a magia negra. Ele não citou o tráfico de órgãos naquela época. E muito me espantou, mas quando chegou para gente o caso das meninas que desapareceram misteriosamente, o primeiro foi a Ingrid, em 2001, nós fomos até a casa dela, porque eu sou jornalista, eu tenho um olhar também de muita isenção como a Deputada Liliam, fui até a casa dela, fui à escola, conversei com os colegas da menina, e vi que ali dentro daquele universo não existia nada que levasse aquela menina a sair de casa, até porque ela foi sequestrada, ela desapareceu... Ela estava enrolando brigadeiros para a festa da avó que fazia aniversário, e esta avó morreu com câncer no cérebro sem saber o que aconteceu



com a sua neta. A partir daí, nós fizemos campanhas na televisão e veio uma denúncia da Michele, que a Michele estaria vivendo como menina de rua na Praça Seca. Eu fui até à delegacia com a mãe dela, porque foi para a novela *Senhora do Destino*, foi no ano de 2005, e na delegacia foi que eu soube, na verdade essa policial ela passou tudo isso para mim, nada do que foi feito foi sem o acompanhamento policial, e sempre isso foi me relatado primeiro pelos policiais. Ela disse para mim que crianças estavam sequestradas em série e que a delegacia dela não tinha condição de investigar isso, mas eles foram investigar se a Michele estava na Praça Seca, e não estava, era outra menina. Eu acompanhei esse caso junto com a mãe da Michele, inclusive ela me relatou que o irmão da Michele teria reconhecido o sequestrador da sua irmã através de uma matéria de jornal, porque ele foi apontado como sequestrador de outra menina, e a polícia não fez esse reconhecimento porque julgou o menino muito pequeno — ele tinha 6 anos na época — para fazer o reconhecimento. E dali eu comecei, eu fui entrevistar todos os policiais que cuidaram desse caso. Eu descobri mais meninas, todas elas apontavam para o mesmo sequestrador, que era o Sr. Fernando Marinho de Melo. Eu nunca conheci o Sr. Fernando de Melo, eu vi quando ele foi preso e no julgamento quando eu fui depor. Eu não tenho a mínima, o mínimo interesse, até porque aprendi o verdadeiro sentido do que é fazer direitos humanos, em apontar uma pessoa, porque, aliás, não fui eu que apontei, foram os policiais, porque nós somos muito técnicos e todo esse processo de investigação foi acompanhado pelo Departamento de Ciências Sociais da UERJ. Todos os policiais já foram na instituição, eles conhecem as mães profundamente, porque a gente fez essa aproximação, porque nós também, gostei muito do depoimento da senhora, da policial porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Míriam. Marisa.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Marisa, desculpa, eu não prestei atenção, mas prestei atenção em cada coisa que a senhora falou.

No ano de 2006, a Secretaria de Direitos Humanos em Brasília ficou impressionada com o trabalho que a gente fazia, veio aqui para o Rio de Janeiro, ofereceu os maiores peritos de Brasília para fazer o DNA das ossadas que foram encontradas pela equipe da DCAV, do Dr. Leonardo Tumiaty. Eles ofereceram verba



para criar a Delegacia de Desaparecidos aqui. É importante que a Jovita preste atenção nisso, eu já falei para ela, mas agora estou fazendo publicamente aqui: o dinheiro não era para a nossa instituição, era para criar um setor de desaparecidos dentro da UERJ, onde mães trabalhariam com policiais, essas mães que a gente vem acolhendo, ajudando, treinando. Eu digo que a minha instituição não é uma instituição, é uma família.

A Deputada Liliam sabe, ontem eu estava no hospital, saí do hospital com uma crise de coluna, mas vim, porque considero cada mãe dessas uma família minha. Todos que acompanham o nosso trabalho sabem que a gente não tem dinheiro nenhum para fazer esse trabalho. Fazemos de forma voluntária. É um trabalho muito difícil.

Eu acompanhei, nesses 15 anos, o sofrimento de cada uma dessas mães. Hoje, ao ver a Silvânia falar aqui... Eu espero que ela não fique zangada comigo, mas quando ela entrou no Portal Kids, ela entrou igual a um zumbi, ela se arrastava pelas paredes. E, hoje, ver a Silvânia aqui, falando e sendo citada, citando a polícia inteligente... Porque essa polícia inteligente, nós encontramos, sim, dentro de cada policial que nos ajudou dentro da Polícia Civil. E a recompensa deles foi serem afastados. Um policial sofreu até um infarto, ele ficou todo torto. Por quê? Cada vez que a gente chegava e se aproximava desse caso, os policiais eram punidos, caíam. Eu até brincava que eu era conhecida como a viúva dos policiais.

Por que essa delegacia não foi criada? Essa delegacia tinha verba. A UERJ estava disponibilizando um espaço. Seria uma delegacia que trabalharia profundamente com direitos humanos. E o que aconteceu com o delegado? Nós recebemos, dois dias antes, uma denúncia de que ele iria cair, porque vazou a história do tráfico de órgãos.

O tráfico de órgãos não é uma lenda urbana. Nós recebemos uma denúncia de uma clínica que funcionaria de forma clandestina e estaria fazendo essas operações. Um homem, hoje, inclusive, está preso, não por causa disso, mas porque o nome dele foi apontado como comandante do tráfico de órgãos. E ninguém nunca investigou isso. Por quê? Os delegados caíam, a gente tinha que começar tudo de novo. Os delegados caíam, a gente tinha que começar tudo de novo. Esse caso só chegou a sua conclusão porque nós ficamos firmes, apoiando as mães, e,



principalmente, por causa da Raquel Gonçalves. Eu digo que ela é uma mãe em dobro. Eu ainda vou escrever um livro sobre a vida das Mães do Brasil e ela vai figurar. Ela foi enxovalhada! A família dela, com medo, num dado momento, queria que ela parasse. Teve gente, vizinho, que nunca olhou para a cara da Larissa e posou de madrinha em reportagem. Ela foi vítima de tanta falta de respeito! Eu não sei como ela sobreviveu.

Teve um momento que eu precisei dizer para ela: *“Você vai ter que ir sozinha ao Ministério Público, porque eu vou lá e as pessoas acham que eu estou incentivando você, ao contrário de te apoiar”*. E ela foi. Ela levou três dias para conseguir entrar, porque ela tinha medo de ser presa. E eu dizia para ela: *“Preso por quê?”*. A Raquel foi, porque a irmã dela, mãe da Larissa... A Raquel criou a Larissa desde bebê, mas quando a irmã dela morreu com câncer, morreu segurando a mão dela e dizendo: *“Cuida da minha filha”*. E o último registro do diário da Larissa — pena que ela não o trouxe hoje, porque se não eu mostraria aos senhores, porque eu conheço isso — foi a seguinte frase, porque a Raquel convive com ela até hoje: *“Tia Raquel, a mãe que me cura de todos os perigos, que me livra de todos os perigos”*. Pode ser que a Larissa nunca mais apareça, mas a Raquel foi mãe e está sendo até o fim. Graças à coragem da Raquel... Todo mundo me pergunta: *“Como uma mãe tem medo de entrar no Ministério Público?”* Tem, porque elas não têm respeito dentro da delegacia. A Beth conseguiu indiciamento pelo caso da Thaís, mas ela não queria ir. Eu disse para ela: *“Você tem que ir”*. E eu fui com ela, acompanhando-a, e a juíza perguntou para ela: *“Por que você não procurou o Ministério Público?”* E ela disse: *“Porque eu não acredito”*. Então, as vítimas são... O Tiago falou uma coisa muito importante aqui, e eu também peço a mesma coisa que ele pediu: *“Não vejam as mães como criminosas, porque essas crianças não fugiram por maus tratos”*. É preciso tipificar o crime de desaparecimento. Essas crianças foram subtraídas, existe uma máfia que está subtraindo essas crianças.

Recentemente, eu recebi uma denúncia de que ossadas tinham sido achadas no fundão, num cemitério clandestino, e que a polícia pediu à família da menina para ficar quieta para investigar e até hoje não foi dada essa resposta para ela. Eu gostaria também de saber por que essa delegacia não foi criada.



As Mães do Brasil, hoje, se tornaram mães multiplicadoras, porque nós ficamos juntas, nós as apoiamos, mostramos a elas a necessidade da importância de elas falarem. Hoje, todas elas, inclusive a Jovita, não queriam falar, e eu disse: *“Vocês têm que falar. Vocês têm que dar o depoimento de vocês”*. E vejam como foi importante. A Silvânia hoje cresceu 100%, porque a Silvânia não acredita mais, ela não foi ao Ministério Público.

O caso da Larissa ainda não foi para julgamento. E é preciso! Eu gostaria de pedir a esta CPI que designe uma promotora — a Dra. Márcia Colonese se mostrou disposta a fazer isso —, para cuidar de todos esses casos. Por quê? Eu tenho uma mãe, que é a mãe da Michele, que está cega de um olho, com obesidade mórbida, com problema na coluna que a impede de andar.

Ontem ela disse pra mim que tentaria vir, mas ela não consegue nem mais subir no ônibus. Ela está se arrastando, porque ela passa os dias na casa dela agora com a mão em cima da televisão pedindo a Deus para a Michele voltar. Talvez a Michele... A gente tem consciência de que é muito difícil uma menina dessas sobreviver ao horror que é ser retirada de casa e ser levada para a prostituição. Nós fizemos manifestação na porta do Coronel Beltrami. Ele me chamou lá e disse para mim, na frente das mães: *“Se eu não resolver, você volta aqui para me cobrar.”* E eu voltei. Todas as vezes eu voltei, liguei e realmente perturbei a vida do Dr. Beltrami, mas foi ele que conseguiu, com a polícia dele, porque não existia mais... Nós percorremos todas as delegacias e não existia mais quem investigasse. Foi a polícia de segurança que conseguiu derrubar o álibi do sequestrador, segundo nos foi informado. Então, por que é preciso um olhar atento para o sofrimento dessas famílias? Hoje eu consegui apoio da Áustria, porque do Brasil não consigo nenhum, para realizar um projeto para os irmãos de desaparecidos. Ele foi criado por um menino que cresceu na minha instituição, hoje tem 23 anos, é o coordenador e idealizador desse projeto, atende a familiares e irmãos de desaparecidos e às crianças que a gente localizou. A gente localiza muita criança e sabe Deus como elas voltam. Esse projeto está sendo apoiado por uma instituição chamada DKA Áustria. Hoje eu trouxe aqui a Profa. Socorro Calhau, da UERJ, voluntária desse projeto, que tem uma verba pequena, para ela entender o universo dos meninos com os quais ela lida. Essas crianças eram prisioneiras, não



saíam de casa, porque as mães não deixavam, tinham medo. Elas tinham horror de dizer que tinham irmãos desaparecidos, porque elas achavam que as mães tinham que desistir, porque elas estavam ali crescendo como sombras, enquanto as mães estavam implorando pelas delegacias ou então internadas em hospitais.

Hoje esse projeto conseguiu resgatar todas as crianças da dor. Elas estão aí: uma é estudante de Direito e a outra está fazendo Pedagogia. O próprio Nicolas, cuja irmã foi... Hoje a mãe dela não está aqui porque ela foi ameaçada de perder o emprego se viesse. Então, ela não pôde vir, porque ela tem que sustentar a família dela. Até essas idas constantes... A mãe precisa sobreviver. Então, o Nicolas tinha pavor de que se falasse na irmã dele. Hoje ele é músico e faz até música para ela. E ele hoje... Essa menina foi sequestrada e assassinada com requintes de crueldade. Ela teve o pescoço quebrado e o corpo incendiado. E nós conseguimos localizar o sequestrador, pedimos que fosse feita uma acareação entre os outros suspeitos e o que a polícia fez foi transferir o delegado. Eu disse para ele que ele ia cair e acabou caindo mesmo. O sequestrador foi posto em liberdade depois da prisão preventiva e deve estar aí estuprando mais Amandas, porque a polícia nunca mais o caçou de volta. Nós estamos com o chapéu na mão. Há quantos anos, a Deputada Lilian pode comprovar, estamos aí implorando? E eu acredito que hoje, se esse caso conseguiu essa vitória monumental, porque as pessoas só fazem nos criticar... Muita mãe chega e diz: *"Nossa! Eu corri o mundo para achar vocês!"*, porque nós não temos telefone porque não temos dinheiro, mas as mães acabam nos achando. E elas dizem: *"Por que vocês sofrem preconceito de outras instituições?"* Porque falamos a verdade e damos voz às mães?

A minha instituição não é bonita. A minha instituição não tem a mínima estrutura, não tem nem telefone, mas a gente procura fazer o máximo que a gente pode. Eu tenho um psicólogo trabalhando comigo desde o ano de 2005, que foi quando a gente conseguiu, por 2 anos, no Projeto Criança Esperança. Depois a defesa do sequestrador acusou que a gente inventou isso, que nunca tivemos o Projeto Criança Esperança. Onde já se viu? Eu poderia até processá-lo, porque eu tenho o contrato assinado, e as mães que estão ali foram atendidas pelo projeto e hoje estão, graças a Deus, em pé por causa do projeto.



Então, esse psicólogo, que aliás é um policial que eu conheci dentro da delegacia, continua trabalhando gratuitamente. As mães são apaixonadas por ele.

Hoje eu digo para ele que elas gostam tanto dele que às vezes até sinto um ciuquinho. O Gilberto é tudo! Eu digo: *“Se ele ganhasse, poderia demitir, mas como ele não ganha, vou deixando ele lá.”*

Então, assim, existem muitos profissionais de boa vontade. A Deputada Liliam até se surpreendeu. Um policial é o psicólogo das Mães do Brasil? É, é um policial civil que quis trabalhar e trabalha até hoje como voluntário nosso. Ele adora esse trabalho que ele faz. E graças a ele... Ele é o psicólogo das crianças também. Ele... Eu tenho até medo de falar o nome dele, porque eu tenho medo de o botarem para a Seropédica. Não que a Seropédica seja ruim, mas ele faz um trabalho muito bom aqui.

Nós estamos à disposição, porque, hoje, as mães se tornaram mães multiplicadoras. Estamos à disposição para fazer um trabalho junto com a polícia. Nós não temos verba, mas, se tivermos um apoio, todas as mães irão, porque nós nunca fomos contra o bom policial. Nunca fomos contra o bom político.

Em relação ao Sr. Fernando Marinho de Melo, assim... Todas as testemunhas... Primeiro os policiais. Quem me passou o nome dele foi um policial, depois eu cheguei às mães. E eu descobri diversas testemunhas. Tudo isto está em depoimento na delegacia: o caso da Andréia Ferreira da Mota, o caso da Taís Bernardino. Tudo está em depoimento legal. Então, assim, nós não inventamos nada!

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Fala do Fernando desde o começo...

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - No caso da Michele. Começou com o caso da Michele. A policial Deise Simão Gomes falou para mim que existia um sequestrador, que esse menino tinha visto um sequestrador que era o mesmo da Thaís, da Lima Barros. A Beth já estava no movimento, mas ela nem tinha comentado isso comigo. Eu liguei para ela e perguntei: *“Existe sequestrador?”* E aí ela: *“Existe”*.

Então, nós começamos a investigar. Por quê? O que aconteceu? No ano de 2005, a testemunha que viu a Thaís andando de mão dada, na rua, muito assustada, com esse sequestrador, ela foi fazer o reconhecimento na delegacia. Quando



chegou à delegacia, ele foi colocado atrás do vidro. O menino ficou com medo, porque ele disse que olhou com... Segundo o menino, pelo que me passaram os policiais, o Sr. Fernando teria olhado para ele de cara feia. Só que ele não sabia que ali tinha um vidro. O menino foi mal preparado. E ele disse que não. Mas ao sair da delegacia, ele disse: *“Pai, era ele, mas eu fiquei com medo porque ele estava olhando para mim”*. E ele: *“Menino!”* Ele voltou lá, mas a delegada não aceitou o depoimento dele. Tudo isso foi passado para o Cel. Mariano Beltrame. Tudo isso está em dossiê.

Depois, nós fomos... Veio o caso da... Eu fui atrás do testemunho... O que eu resolvi fazer? Como jornalista, eu liguei para todas as mães que estavam no movimento e perguntei: *“Como foi o sequestro da sua filha? Teve testemunha?”* E achei outra menina dentro de uma comunidade. Eu fui a essa comunidade com um Policial Civil. Eu nunca fiz nada sozinha.

Essa mãe e essa menina relataram que ela estava passando em uma rua... A mãe dela acordou passando mal, com asma, ela foi levar o irmãozinho ao colégio. Quando ela estava passando, a mãe levantou e ficou com medo — porque a menina tinha 12 anos e o irmão era um pouquinho menor — e foi atrás, mesmo passando mal. Ela percebeu um carro preto circulando a rua que ficava bem perto da escola. Quando a menina botou o menino na escola e voltou, ela disse para a menina: *“Vá na frente, porque tem um carro estranho rondando aqui a rua e eu quero ver o que é”*. E a menina foi. Aí o carro... Na hora em que a menina estava sozinha, o carro parou. A menina pegou o... Depois eu levei essa menina à delegacia e ela prestou depoimento, fez reconhecimento, fez tudo. Uma pessoa perguntou para ela onde era determinada rua. Tinham duas pessoas no carro. Ela disse: *“É ali”*. Aí ele falou: *“Você pode me ajudar?”* Aí a menina disse: *“Posso”*. A menina já ia entrando no carro, mas a mãe correu e segurou o braço dela. E falou: *“Aonde o Sr. vai levar a minha filha? A minha filha... É... A minha filha... Eu estou prestando atenção que o senhor está circulando a minha filha”*. E ele: *“Não. É ali, é ali”*. E ele ficou puxando a menina. Ela começou a gritar. Ela disse para mim: *“Wal, eu a arrastaria. Eu arrancaria o braço dela se fosse necessário, mas eu não ia deixá-lo levar a minha filha”*. E ela o reconheceu como...



Hoje, essa menina está com 23 anos. Ou 22 anos? Ela diz que hoje já não lembra mais. Mas, nessa época, a mãe dela foi à polícia, tentou fazer o registro de ocorrência por tentativa de sequestro e ouviu do policial: *“Dê graças a Deus porque sua filha está com você. Se manda!”* Nunca foi feito o registro de... Na época, não foi feito o registro de ocorrência dessa tentativa de sequestro, mas ela é uma testemunha que nunca foi chamada.

Tirando naquela investigação do ano de 2006, que a delegacia toda caiu, e depois, o delegado que assumiu, mesmo com a gente tendo conseguido a melhor perícia de Brasília para vir fazer o exame de DNA e, depois, uma instituição italiana se propôs a oferecer os melhores peritos do mundo, eles queriam fazer em uma clínica particular, e as mães se recusaram.

Depois disso, veio o sequestro da Larissa. Quem me passou o caso da Larissa... Foi véspera de carnaval... Foi a *TV Record*, porque as emissoras de televisão recorrem muito à nossa ajuda. É... Eles me mandaram o retrato falado. Eu recebi na minha casa. Quando eu recebi o retrato falado do sequestrador da Larissa, que foi feito pelo taxista que a levou, eu achei parecido, mas eu... É... Mandei... Liguei para a 17ª DP e falei: *“Olha, eu achei parecido com outro suspeito, que é suspeito aqui do caso de algumas meninas, mas o senhor é que tem que ver. Eu posso mandar por e-mail o retrato falado que eu tenho aqui? O antigo?”* Ele: *“Pode”*.

Na mesma hora o policial me ligou: *“É a mesma pessoa. Eu vou emitir um pedido... Vou pedir a ajuda do Disque-Denúncia para a gente poder prendê-lo”*. Eu falei: *“Não, a polícia tem os endereços dele. Ele já prestou depoimento”*. E assim ele foi preso e foi reconhecido por essas sete testemunhas, inclusive o Gabriel.

É... Depois, a própria polícia... Isso me foi passado pela própria polícia, porque eu não... Eu trabalho... Eu sou jornalista. Eu cumpro 8 horas de trabalho por dia, além de trabalhar na minha instituição. Eu não fico por aí correndo atrás. *(Riso.)* A polícia ligou para mim e disse que mais pessoas o reconheceram, além da Michele — que foi a da Andréia Ferreira da Mota, de que eu participei, de que eu tive conhecimento; da Thaís Bernardino, que a mãe dela acredita... A irmã reconheceu, mas a mãe dela acredita que ela está fugida; da Andréia, da Thaís e da Larissa. A testemunha da Larissa, de Honório Gurgel, também o teria reconhecido. Então, são



coisas... E tem muito mais coisa nesse caso que a polícia nunca investigou. Então, é por isso que é preciso que essa investigação seja feita.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - É, um policial da 17ª DP, logo após o que aconteceu com a... Porque... V.Exas. devem estar se perguntando e os Srs. também: *“Por que contam tanta coisa para ela?”* Porque a polícia me conhece. Eu, desde a primeira vez que entrei dentro da delegacia, eu entrei com um olhar imparcial. Eu olho para um policial da mesma maneira como eu olho para a mãe. A polícia... O bom policial conhece o meu trabalho e o respeita. Ele sabe da maneira séria com que nós trabalhamos. É... Se não fosse assim, eu nem teria um funcionário policial dentro da minha instituição. Ele conhece, absolutamente, tudo o que acontece.

E esse policial da 17ª DP virou para mim e falou assim: *“Houve outra tentativa de sequestro aqui, de um menino. Eu o botei para reconhecimento, e ele reconheceu o Fernando Marinho de Melo”*. Então, foi a própria polícia que me passou isso. Passou todas essas... Esse menino eu nem conheço.

Todas as evidências apontam para um suspeito. Se as evidências apontam para um suspeito, o que é que eu posso fazer a não ser levar as testemunhas para relatarem o que elas sabem? Nunca eu as mandei falar absolutamente nada. As mães estão aqui e eu quero que elas digam se houve alguma vez em que eu disse fale isso ou fale aquilo. A Raquel chegou à minha instituição muda. Eu só vou encerrar... Ela... Só 15 dias depois é que ela foi me falar que não tinham feito a coleta da impressão digital.

Então, eu queria agradecer aos senhores. E eu que queria deixar, como último pedido, porque é a última vez que a CPI se reúne aqui, para que seja designado um promotor único para cuidar desses casos, principalmente das mães, que estão sem saúde para correr atrás, porque, realmente, elas estão numa situação de saúde precária. A Dra. Márcia Colonese disse que viria. Não veio, eu acho! Ela se comprometeu a pegar todos esses casos, porque ela cuidou do caso da Larissa e ela entende bem. Mas eu acho que teria que ter um promotor único, para que esses casos sejam fechados, e a gente descubra o que realmente aconteceu.



Hoje, daqui para a frente, eu acho que o Portal Kids fez tudo o que podia ter feito em termos de colaborar com as investigações. Hoje, o que eu quero é uma vida decente, uma vida digna para as mães, porque eu amo essas mulheres como se fossem da minha família. Quero continuar apoiando as crianças e fazer com que a vida delas seja mais... Este, hoje, é só o meu objetivo: fazer com que a vida delas... É... que todo esse sofrimento tenha valido a pena para alguém.

Boa tarde e muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Sra. Waltéa Ribeiro, pelo seu depoimento. Quero parabenizá-la pela sua luta e a luta de todos aqueles que são conduzidos pela entidade, pelo Portal Kids e pelo Movimento Mães do Brasil. A CPI está à disposição para ajudar naquilo que for possível — até o impossível, às vezes, a gente tenta, quando acreditamos que é necessário fazer alguma coisa.

A Dra. Márcia Colonese já está aí? (*Pausa.*) Não, a última informação é que ela estava muito distante, na Barra da Tijuca, e estava tentando se deslocar, mas até agora não chegou.

Eu queria convidar o Sr. Ebenézer Oliveira, Coordenador do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Rio de Janeiro. Eu queria pedir um pouco de brevidade, porque nós temos ainda uma longa e extensa pauta a cumprir hoje.

Informo a todos que esta CPI já conhece boa parte dos casos, porque nós já os ouvimos numa outra audiência pública que foi realizada no final de 2011 — de 2012, perdão — na Câmara Municipal, uma audiência bastante concorrida. Já estivemos, depois disso, numa outra oportunidade, também completando as informações que ainda eram, em alguns casos, frágeis para nós. Já voltamos aqui.

Portanto, esta é a terceira vinda oficial da CPI aqui ao Rio de Janeiro, e a gente já compreende boa parte do cenário. É claro que todo depoimento é muito rico de detalhes, e a gente está aqui para ouvir, mas a gente só pede isso para dosar um pouquinho o nosso cronograma de trabalho, para a gente poder dar conta de cumpri-lo com êxito.



Confiro a palavra agora ao Dr. Ebenézer Oliveira, Coordenador do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Rio de Janeiro. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. EBENÉZER MARCELO MARQUES DE OLIVEIRA - Boa tarde a todas e a todos! Eu queria cumprimentar o Deputado Arnaldo Jordy, Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas; o Deputado Luiz Couto; o Deputado Jânio Mendes e a Deputada Liliam Sá por esse trabalho que tem sido feito já há alguns anos.

A gente participou de uma audiência pública — não sei se foi a primeira — aqui no Rio de Janeiro, no ano de 2012. A Graziela, que era a outra coordenadora, fez o depoimento e falou da atividade do Núcleo. Eu queria parabenizá-los pelo trabalho e dizer da importância de a gente ter uma CPI do Tráfico de Pessoas, um tema bastante complexo, que envolve uma série de fatores. Não é à toa que toda audiência pública — não só da CPI, mas outras audiências — abarca vários cenários, como o fenômeno do desaparecimento, um fenômeno supercomplexo e difícil de lidar; a questão da migração interna e da migração internacional regular e irregular; o trabalho escravo, um dos fenômenos mais significativos na questão do tráfico de pessoas no Brasil, o trabalho escravo rural, o trabalho escravo urbano; enfim, fenômenos que são muito complexos em si e que se reúnem em torno de uma violação grave, que é a violação do tráfico de pessoas.

Eu vou tentar ser o mais breve possível. De fato, a gente tem um depoimento superimportante para ouvir, que tem uma relevância para se compreenderem um pouco mais esses casos que estão sendo investigados.

Eu queria só apresentar um pouco o trabalho do Núcleo para quem não conhece e para que isso fique registrado também nesta CPI. O Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é um equipamento do Executivo estadual, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e tem a prerrogativa de ser o órgão exclusivo dentro do Executivo estadual para lidar com a temática do tráfico de pessoas em suas diversas modalidades.

No Rio de Janeiro, o Núcleo fica alocado na Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, na Central do Brasil especificamente. Ele tem duas funções principais que eu acho importante serem destacadas. A gente trabalha muito no eixo da assistência à vítima. Então, o equipamento em si tem uma



metodologia de atendimento a vítimas de tráfico de pessoas em suas diversas modalidades. A gente atende *in loco* pessoas que são vítimas dessa violação, mas, principalmente, a gente encaminha todos os casos que nos chegam através dos diversos canais que existem de denúncia de tráfico de pessoas nas suas diversas modalidades, incluído aí o trabalho escravo. Então, é uma porta de entrada no Governo Estadual, no Executivo Estadual, para a sociedade civil que queira fazer denúncia sobre os casos de tráfico de pessoas. Recebemos também dos Disque-Denúncias que existem, tanto estadual, quanto nacional, Disque 100, Disque 180, para casos de tráfico de pessoas. A gente então recebe essas pessoas e tem a tarefa de articular e coordenar uma rede de atendimento a essas vítimas. É claro que, sozinhos, como já foi dito diversas vezes aqui, nós não somos capazes de realizar nenhuma atividade com eficiência, mas em conjunto e coordenando e articulando uma rede de atendimento a essas pessoas, a gente consegue de fato realizar um trabalho mais importante.

Então, o nosso Núcleo tem esse papel de articular e coordenar essa rede. Aí a gente está falando, por exemplo, das políticas para as mulheres. Em si, tem toda uma rede de atendimento à mulher em situação de violência. A gente trabalha em parceria com essa rede para também tentar incluir as mulheres vítimas de tráfico nesse tipo de atendimento. As polícias também trabalham em conjunto com o Núcleo. A gente encaminha casos, faz denúncias, vai às delegacias e registra casos para que possam ser mais céleres, para que a gente possa adiantar esses processos. A gente também desenvolve atividade com organizações da sociedade civil que têm *expertise*, como já foi colocado aqui, de lidar muito diretamente com as pessoas e com as famílias. Interessa-nos muito esse tipo de parceria, porque essas organizações conseguem ter um tipo de atendimento que às vezes o Estado não consegue dar. Há uma burocracia mais dura. É aí que a família, a própria vítima precisa não de alguém, mas de instituições que sejam mais próximas e mais no chão e possam lidar com essas pessoas. Então, para a gente, trabalhar em parceria com a sociedade civil, com as organizações é muito importante. Nós temos esse tipo de orientação também.

Também realizamos trabalhos de prevenção. A gente vê a importância de realizar a prevenção ao tráfico de pessoas. O Núcleo então realiza campanhas,



participa de debates e discussões para a prevenção ao tráfico de pessoas. É importante que a gente faça esse tipo de atividade para que se vislumbre a erradicação de fato, o final dessa violação. É claro que é sempre um desafio nosso conseguir erradicar uma violação como essa, como eu disse, complexa, com vários fenômenos envolvidos, mas esse é o nosso objetivo. A nossa intenção é perseguir esse alvo da erradicação. Então, nós nos envolvemos com atividades de prevenção, lançamos campanhas, participamos de outras campanhas estaduais e nacionais para a prevenção ao tráfico de pessoas.

Eu queria também destacar, porque acho que é importante aqui, que temos as diversas modalidades do tráfico de pessoas aqui expostas no Rio de Janeiro, mas temos um fenômeno também bastante comum, bastante concreto, que é o do trabalho escravo. A maior parte dos casos que a nossa instituição recebe é de pessoas que foram vítimas do tráfico interno para o trabalho escravo: pessoas que vieram do Nordeste e de outros Estados, ou mesmo do próprio Estado do Rio de Janeiro, migraram, sobretudo para a cidade do Rio de Janeiro, e foram vítimas de exploração do trabalho escravo. A maior quantidade de pessoas é para esse tipo de violação, é para esse tipo de exploração. E hoje, no Brasil — o Rio de Janeiro acompanha esse índice —, nós temos o trabalho escravo urbano prevalente em relação ao trabalho escravo rural. O Rio de Janeiro, por ser uma cidade mais de 95% urbanizada, acompanha essa dinâmica. Encontramos, então, na cidade do Rio de Janeiro, a maior parte dos nossos casos de vítimas de tráfico de pessoas para o trabalho escravo.

Eu peço que a CPI tenha um olhar também especial para essa modalidade. Eu acompanho o trabalho da CPI e sei que ela está aberta para todas as modalidades. É muito importante ter um olhar especial para a questão da exploração sexual, sobretudo de crianças e adolescentes. É inadmissível que nós tenhamos uma sociedade que permita que crianças e adolescentes sejam explorados sexualmente. Isso é absolutamente inaceitável. Eu venho do Nordeste, lá a gente encontrava com muita frequência meninas que eram exploradas sexualmente nas praias e nos lugares turísticos da cidade. Isso é absolutamente inaceitável. Existe todo um debate em relação à prostituição e exploração sexual. Acho que é um debate riquíssimo. A gente tem que fazê-lo. A Davida tem esse mandato de trazer



esse tipo de discussão — é importante —, mas a gente não deve ter nenhum tipo de negociação, nenhum tipo de aceitação de que criança e adolescente sejam explorados sexualmente no nosso País. Acho que o trabalho da Polícia Rodoviária Federal é importantíssimo nesse caso, mapeando os locais onde esse tipo de coisa acontece, as rodovias, onde de fato isso ocorre com muita frequência.

Reforço que a CPI tenha esse olhar prioritário em relação às crianças e adolescentes, mas também observe os casos de trabalho escravo, que é a maior incidência hoje de casos de tráfico de pessoas internamente no País. É claro que pessoas são traficadas para fora do Brasil para exploração sexual, mas aqui dentro do País a gente sabe que o resgate maior é mesmo de trabalhadores brasileiros e, no caso do Estado de São Paulo, em que o fenômeno é conhecido, de estrangeiros, de imigrantes latinos para o trabalho escravo urbano nas oficinas de costura e também na construção civil. Então, faço esse pedido para que a CPI continue enfatizando a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, sem dúvida nenhuma — a Deputada Liliam Sá se esforça muitíssimo nessa direção, e eu louvo isso —, mas também olhe com atenção o caso do trabalho escravo urbano, que é hoje o fenômeno do tráfico de pessoas com maior incidência no Brasil e também no Rio de Janeiro.

Eu vou me ater a essas palavras. Quero mais uma vez parabenizar a CPI. Estou à disposição. Não coloquei aqui o meu número, mas estarei ali sentado. Quero disponibilizar os nossos contatos, da Secretaria e do nosso Núcleo. Estamos abertos, à disposição, para o atendimento das vítimas e das famílias vítimas de tráfico de pessoas em suas diversas modalidades.

Muito obrigado. E bom trabalho para a CPI. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Ebenézer de Oliveira. Parabéns pelo seu trabalho. Em seu nome, eu quero parabenizar a todos os que militam no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Rio de Janeiro. Da mesma forma, colocamos a Comissão à disposição, para ajudar no que for possível.

Eu queria convidar o último inscrito, Sr. Luiz Henrique Oliveira, Gerente do SOS Crianças Desaparecidas, para fazer as suas considerações.



O SR. LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA - Primeiro, quero agradecer o convite ao Deputado Federal Arnaldo, Presidente desta CPI, ao Deputado Federal Luiz Couto, ao Deputado Estadual Jânio Mendes e à nossa querida Deputada Federal Liliam Sá, que deve estar ali fora, mas está sempre lutando junto não só da FIA, mas também das mães dos desaparecidos.

O Presidente da FIA, Dr. Clovis, não pôde comparecer e designou-me, como Gerente do SOS Crianças Desaparecidas aqui do Rio de Janeiro, para fazer uma explanação a respeito do desaparecimento de crianças e adolescentes aqui no nosso Estado.

Deputado, eu fiz uma apresentação, mas não vou me ater a ela. Tenho um vídeo também, que eu gostaria de passar, um vídeo de 6 minutos. Vou tentar inverter a minha pauta aqui, porque sempre coloco a apresentação e faço as propostas. Eu acho interessante, pelos 18 anos de trabalho que eu tenho à frente desse programa, também mencionar a Dra. Cristina Cicarelli, de Minas Gerais, uma boa delegada. É uma boa prática pro Brasil. Eu já penso o seguinte. Eu gostaria que a CPI levasse a indicação de uma ideia que pudesse ser um projeto de lei sobre desaparecimento civil no Brasil e que essa lei pudesse abraçar a questão penal. Eu acho que o nosso Código Penal ainda não tem um artigo que defina bem esse conceito de desaparecimento.

Outra questão que eu trago também é que dentro desse PL pudesse estar a identificação de crianças já no nascimento; há o teste do pezinho, e que se pudesse também colher a impressão digital logo no nascimento, para que os hospitais públicos, privados, federais pudessem ter a identificação civil.

Outra coisa que eu vejo como necessária também, pela angústia, pelo trabalho que a gente já executa: um fluxo definido por lei, na questão do desaparecimento — um fluxo. Que esse fluxo pudesse ser determinado por lei — ML, meios de comunicação. Eu também gostaria que pudesse obrigar os parceiros, meios de comunicação, que sempre estão presentes com a gente... Que nesse PL pudesse também haver um espaço igualzinho ao processo eleitoral no Brasil, que pudesse haver também as fotos das crianças divulgadas, pelo menos no rodapé, em horário nobre.



Outra coisa: que a gente pudesse também pensar — com essa angústia apresentada aqui de todas as mães, bem colocada pela Wal, pelas mães — na questão da licença. Eu acho que a gente tem que pensar em alguma coisa que valha durante esse período de desaparecimento, até porque algumas delas já vieram a falecer, algumas delas sofrem depressão, e muitas vezes o patrão, o dono lá da empresa manda embora, não quer saber. A gente teria que ver alguma forma dentro desse projeto de haver uma licença que fosse indeterminada até o processo de localização, ou até pensar em uma indenização pelo Estado brasileiro que essas famílias pudessem ter. Que, nesse período de localização, elas pudessem se ausentar do seu trabalho. Alguma forma para que a gente pudesse estar engajado, porque eu não vejo outra forma de localizar essas crianças que não com o empenho das famílias junto com o poder público.

A gente já vem falando há alguns anos na questão da Delegacia. A Delegacia é importante, mas o profissional da segurança pública tem que ter esse processo de uma lei federal que possa conduzir o Código Penal, senão fica sempre na questão da VPI, depois no inquérito. Muitas vezes não chega o inquérito nem o processo penal, a não ser quando há a habilidade de alguns delegados, de alguns profissionais que possam ter informações. É muito difícil localizar uma criança, um adolescente, um adulto. É muito difícil. As pessoas pensam que é muito fácil, mas não é.

Eu gostaria de fazer esta apresentação, resumindo o que a gente vem fazendo lá no Programa S.O.S. Crianças Desaparecidas, nos últimos 18 anos. Pode colocar o vídeo. Da minha apresentação eu vou me furtar; o vídeo é importante.

(Exibição de vídeo.)

(Palmas.)

O SR. LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA - Para concluir, gostaria de dizer que há 6 meses a gente colocou no ar um *site* de consulta pública, o www.soscriancasdesaparecidas.rj.gov.br, que tem como diferencial o cadastro nacional, no sentido de que a gente pode visualizar todas as fotos. As fotos foram bem tratadas. Clicando-se na foto, aparecem alguns dados selecionados pelo programa — o nome do pai e da mãe —, mais ainda a estatística, e também ações de caráter preventivo, tanto para os pais quanto para as crianças.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado pelas suas informações, Dr. Luiz Henrique. Parabéns pelo seu trabalho e de todos que fazem o Projeto SOS Criança. Disponha do que a gente puder ajudar aqui, na nossa CPI.

Quero registrar a presença da Deputada Estadual Inês Pandeló, que participa da nossa audiência.

Bem-vinda, Deputada, em nossa reunião.

Rapidamente, antes de passarmos para o segundo momento da audiência — e eu falo seguramente em nome de todos os membros, inclusive dos que não puderam estar hoje aqui por conta de outras atividades, não só da CPI, mas também das relativas aos mandatos de Deputado —, quero dizer que, depois de quase 1 ano e meio de trabalho da CPI, talvez estejamos chegando ao seu final. Nós vamos editar o relatório da CPI, que estará disponível a todos os interessados, vamos produzir um DVD e, possivelmente depois de concluída a CPI, faremos atos. Essa é uma ideia que está sendo trabalhada nos vários Estados em que a CPI esteve divulgando em audiências públicas seu trabalho.

Muita coisa já foi conquistada neste 1 ano e meio de trabalho. A CPI percorreu praticamente todo o Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Em alguns Estados esteve diversas vezes, como aqui, no Rio de Janeiro — acho que esta é a terceira visita oficial da CPI a este Estado.

O caso do Sr. Fernando Marinho já havia sido trazido àquela época. Nós estivemos em diligência na Polícia Federal, passando todo um dossiê específico do que ouvimos naquela audiência do dia 30 de novembro de 2012, quando estivemos aqui pela primeira vez, e a Polícia Federal e outros órgãos já trouxeram informações. A CPI, juntamente com a CPI do Tráfico da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, sem dúvida alguma tem tido participação na apuração desse e de tantos outros casos. Voltamos hoje aqui para ouvirmos o depoimento e podermos concluir o Relatório com nossa avaliação sobre o caso dessas crianças desaparecidas.

A CPI, como foi dito aqui, está com seu prazo se encerrando no final de abril, mas a ideia é constituir, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, uma Subcomissão do Tráfico de Pessoas, para que isso possa continuar sendo



acompanhado. A CPI é uma Comissão provisória, todos sabem, ela não pode durar eternamente, ela não é Comissão Permanente, como outras Comissões da Câmara dos Deputados, mas ela pode continuar, digamos assim, o seu trabalho, ainda que não sob a condição de CPI e, portanto, sem as prerrogativas que uma Comissão Parlamentar de Inquérito tem. O acompanhamento desses casos poderá ser feito na Comissão de Direitos Humanos por meio de uma Subcomissão de Tráfico de Pessoas.

Aproveito para lembrar que ouvimos muito dizerem que os direitos humanos protegem mais os bandidos do que as vítimas. Nós estamos tentando construir uma outra história conceitual para isso.

A Comissão do Tráfico de Pessoas e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados estão aqui para apurar a responsabilidade dos criminosos. Nós vamos pedir o indiciamento de todos aqueles que, na convicção da CPI, sejam considerados culpados ou de cuja culpa haja indícios seguros. Evidentemente que nós não vamos correr o risco de fazer ilações, suposições irresponsáveis sobre quem quer que seja, mas, se a investigação da CPI indicar que houve participação criminosa dos investigados, nós vamos pedir seu indiciamento — não tenham dúvida disso.

Esse crime é talvez dos mais hediondos, porque vítima seres absolutamente indefesos. É um tipo de crime disfarçado, cometido por pessoas que geralmente chegam para prestar uma boa ação: alguém vê uma menina num concurso de misse da escola, o que é muito comum, e lhe vende a ideia sedutora de que ela pode vir a ser uma grande modelo, com contratos milionários, com muita fama, sucesso e páginas de revistas. Muitas vezes isso significa um bilhete premiado para uma família pobre, vulnerável, desejosa de superar essas angústias. Crianças assim acabam muitas vezes na prostituição de luxo ou em coisas muito piores.

Da mesma forma, olheiros acenam para garotos bons de bola do interior do Maranhão, do Pará, do Amazonas ou de qualquer lugar deste País do futebol com a ideia sedutora, irresistível de se transformarem em grandes craques da pelota, também com contratos milionários, fama, empoderamento. Isso cai como uma graça divina. E muitas vezes esses meninos, como foi o caso de 12 meninos do Pará, meu Estado, que foram parar em São Paulo, vítimas de pedofilia, de abuso sexual,



acabam deslocados da relação com a escola e com a família, vivendo em condições subumanas — casos assim geraram um processo e uma condenação pelos Tribunais de São Paulo à Portuguesa Santista.

Da mesma forma, as crianças vítimas de tráfico para adoção ilegal, como vimos no caso de Belo Monte, e as pessoas vítimas de tráfico de órgãos, como vimos nos casos ocorridos em Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco — alguns desses jovens são sacrificados para a obtenção dos seus órgãos por esse mercado poderoso que é o de tráfico de órgãos.

Então, é um crime hediondo, sob todos os aspectos, e, em geral, apresenta-se de forma disfarçada, sob o pretexto da prática de uma boa ação. Daí a dificuldade de ser investigado, daí a dificuldade de o Estado ter o olhar imediato sobre a identificação do crime praticado.

Por isso, é absolutamente fundamental o que estas organizações aqui, estas instituições, estas entidades e estas pessoas, individualmente, estão fazendo no sentido de romper esse pacto criminoso do silêncio. O maior inimigo do tráfico de pessoas e das listas de desaparecidos é o silêncio, a comodidade e, muitas vezes, a covardia, a cumplicidade que eu não diria dolosa, mas ingênua: *“Não, não vale a pena mexer com isso, isso não vai dá em nada”*.

As pessoas estão muito decepcionadas com a resolutividade do Estado, do poder público em qualquer dimensão. Eu não estou aqui falando deste ou daquele Governo, eu estou falando de todos, num sentido mais amplo. O Estado é omissivo, na melhor das hipóteses, diante de tudo isso.

Uma mãe desesperada resolve denunciar um sujeito — e, às vezes, esse sujeito é o seu companheiro — por violação da dignidade sexual da sua filha de 10, 11, 12, 13 anos. Indignada, busca a Justiça, e ouve de um delegado: *“Não mexa com isso, vá pra casa, converse com esse homem. Pode ser que ele lhe ajude de alguma forma”*. Isso é o Estado brasileiro falando a uma mulher sedenta de justiça, e com razão. Ou seja, quando essa mulher, numa decisão difícil, resolve denunciar o canalha e sofrer as consequências disso, porque às vezes ela é triplamente dependente dele — afetiva, social e financeiramente —, ela recorre ao Estado pedindo socorro, e o Estado lhe diz: *“Se vire, que nós não temos nada a ver com*



isso”. Não há uma casa de abrigo, não há uma casa de passagem, não há uma assistente social, não há um psicólogo, não há ninguém que lhe estenda a mão.

Por isso, Deputada Liliam, não é fácil, numa sociedade machista, colher o depoimento corajoso de uma mulher, de uma mãe, de uma companheira, de uma esposa, até porque o crime de violação dos direitos e da dignidade sexual de crianças e adolescentes no Brasil, em quase 80% dos casos, é praticado dentro da família: por pai, padrasto, tio, avô, parente de uma maneira geral, pessoas insuspeitas. Isso dificulta a abordagem e a denúncia do crime, pelo constrangimento e pela desestruturação, e por todas as consequências derivadas dela, que uma denúncia assim causa daquilo que é o valor mais sagrado de qualquer cidadão: a família.

Eu quero dizer que nós estamos aqui para valorizar os direitos humanos do ponto de vista da dignidade da pessoa humana, dos seus valores, que lamentavelmente, no Brasil, perdem espaço para o crime patrimonial. A Justiça, o Estado brasileiro e a sociedade em grande parte valorizam muito mais o crime contra o patrimônio do que o crime contra a vida. É muito mais fácil mobilizar a autoridade do Estado para recuperar o carro importado de um bacana qualquer — principalmente se se molhar o pé da planta, como se diz na gíria e falando português claro — do que apurar o desaparecimento de uma criança, como vimos em farto número de depoimentos, não só do Rio de Janeiro — nós ouvimos isso com recorrência por onde andamos, do Acre a Porto Alegre. Isso é uma radiografia que nós precisamos superar urgentemente.

O cidadão que nós vamos ouvir foi liberado — alguém disse — em 2008, porque a lei era antiga. Nós já mudamos muita coisa na lei, e ela ainda precisa melhorar muito mais. Mas, apesar dessa tragédia, nós estamos avançando. Por nós não digo o Parlamento, porque eu não acredito no Parlamento, apesar de ser Parlamentar; não acredito na mobilidade endógena do Parlamento ou de qualquer outra instituição. Eu acho que o Parlamento só se mobiliza quando a sociedade pressiona, quando a sociedade cobra, quando a sociedade empurra as instituições. E, com todo o respeito aos meus pares, companheiros Deputados Estaduais e Federais, eu acho que as instituições no Brasil se movem muitíssimo lentamente.



Elas só se movem de forma um pouco mais rápida quando a sociedade as empurra para essa mobilidade.

E dou um exemplo para mim muito emblemático. Eu estou no meu primeiro mandato, Deputado Luiz Couto, e passei o primeiro semestre do meu mandato, em 2011, sem votar na Câmara dos Deputados um único projeto de autoria do Legislativo — eram só medidas provisórias. Seis meses, de janeiro a julho, nós passamos sem votar uma única matéria de origem do Legislativo. O último semestre do ano passado foi talvez o semestre em que a Câmara produziu mais. Para mim, valeu por todo o resto. Votamos a PEC da Empregada Doméstica e o segundo turno da PEC do trabalho escravo. Votamos o orçamento impositivo e a conclusão do processo de apreciação de vetos no Legislativo, o que não existia. Criamos Comissões Especiais para apreciar as medidas provisórias...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Votamos a PEC 37.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Votamos a PEC 37, que valoriza o Ministério Público.

Votamos muita coisa. Qual foi a mágica? O que fez a diferença? O movimento dos jovens nas ruas em julho exigindo mudanças neste País. O Congresso se viu na obrigação de responder, de alguma forma, à agenda daqueles 6, 7 ou 8 milhões de jovens que se organizaram de forma para muitos surpreendente, porque não houve nenhuma assembleia geral que anunciasse aquilo. Foi uma mobilização nas mídias sociais.

Esses jovens tomaram as ruas exigindo o fim da corrupção, mobilidade, saúde de qualidade, padrão FIFA nas políticas públicas e tudo o mais. Inclusive, aqui no Rio de Janeiro foi uma bela demonstração. Evidentemente, eu faço aqui a ressalva dos excessos cometidos pelos *black blocs*, que não têm nada a ver com isso. Eu falo da manifestação legítima que levou muitos jovens às ruas espontaneamente, ou quase isso, para reivindicar mudanças no Brasil, levando o Congresso a aprovar tudo isso.

Então, nós estamos na CPI à disposição e vamos continuar mesmo quando ela terminar. Tivemos a felicidade de a Igreja Católica abraçar, na Campanha da Fraternidade, o tema do tráfico de pessoas, assim como a novela o fez. E eu quero dizer mais uma vez — não perco a oportunidade — que a criação da CPI foi anterior



à novela. Ela veio depois. A CPI, inclusive, ajudou a pautar a novela. Fomos nós que sugerimos a Gloria Perez abordar, através de Dira Paes e de outros que têm compromisso com isso, o caso dos bebês. A CNBB, na Campanha da Fraternidade, abraçou o tema do tráfico de pessoas, o que nos ajudará enormemente. Por quê? Porque a Igreja muitas vezes chega a lugares a que o poder público não chega. A alguns lugares ela chega com muito mais autoridade do que o poder público, do que o Estado, Deputado. Isso nos ajuda a fertilizar essa consciência, absolutamente importante para prevenir.

Nós precisamos punir os culpados, nós precisamos quebrar o campo da impunidade, muito grande no Brasil. Mas o mais importante é evitar que haja mais vítimas. E como fazê-lo no caso de um crime que é disfarçado, que está muito mais presente na sociedade do que as pessoas imaginam? Aqui já foi dito: o tráfico de pessoas só perde, do ponto de vista do poder econômico, para o tráfico de armas e para o tráfico de drogas. Esse crime movimentava mais de 30 bilhões de dólares e vitima mais de 9 milhões de pessoas por ano no mundo. E o Brasil está entre os 10 países em que mais se pratica esse atentado contra o bem jurídico mais importante da sociedade: a vida humana.

Portanto, nós aqui estamos felizes neste momento porque existe uma rede. Nós só temos chance se atuarmos em rede: sociedade civil, instituições, Polícia Federal, Promotoria, Juizado, Deputados Estaduais, Vereadores. É claro que, quando eu digo isso, eu falo mais das pessoas que têm compromisso dentro dessas instituições do que das instituições propriamente ditas, porque há gente no Parlamento que não tem compromisso nenhum com isso; há gente na Polícia Rodoviária Federal que não tem compromisso nenhum com isso; há gente no Poder Executivo que não tem compromisso nenhum com isso. É preciso comunhão, simbiose, integração. Os agentes individuais ou institucionais que estão sensibilizados com este problema precisam estar juntos, precisam dialogar em rede para que haja o máximo de eficácia. É o que a gente está tentando fazer.

Então, eu queria pedir que a nossa... Está tudo o.k. aí? Podemos chamar o Sr. Fernando Marinho de Melo? Eu queria saber onde ele vai ficar, antes de chamá-lo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Ele tem que ficar aqui em cima.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Ele fica aqui em cima. Há um microfone sem fio. Ele fica aqui em cima. *(Pausa.)*

Eu queria anunciar o nome dos advogados do Sr. Fernando, que são os seus defensores: Sr. José Luiz Soares da Silva, que está ali — OAB aqui do Rio de Janeiro; Sr. Felipe Amorim Moreira, que está ali atrás, e Sr. Antonio Gregorio de Souza Pereira. Muito obrigado pela presença dos senhores.

Eu imagino, Alber e Manoel, que os advogados já conversaram com o seu cliente, que os defensores já deram as orientações devidas. Nós vamos ouvi-lo. Aqui, só os Deputados Federais — isso não é uma discriminação nossa, é uma questão regimental da Câmara dos Deputados —, eu, a Deputada Liliam e o Deputado Luiz Couto, podem dirigir perguntas. A gente pede que a plateia compreenda isso, que é uma questão meramente regimental, até porque qualquer interferência pode prejudicar esta audiência. Está certo? Os advogados podem, a tempo e a hora e quando quiserem, orientar o seu cliente, só não podem induzir as respostas. Eu estou aqui até chovendo no molhado, como se diz, porque os senhores sabem disso melhor do que eu.

Então, eu gostaria de convidar o Sr. Fernando para...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, está sendo trazido do outro prédio! Pois não. E está autorizado, se ele estiver algemado, a tirar as algemas. *(Pausa.)* Pode tirar as algemas. *(Pausa.)*

Sr. Fernando Marinho de Melo, eu sou o Deputado Arnaldo Jordy, Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, Comissão da Câmara dos Deputados que tem como objetivo investigar o tráfico de pessoas no Brasil. Nós estamos aqui nesta oitava, e eu presumo que o senhor tenha consciência da razão de ter sido chamado aqui.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim, até tenho consciência da razão por que eu estou sendo chamado. Só que não fui avisado, tomei conhecimento hoje pela manhã, assim como... Meus advogados também não foram



avisados. Então, isso aí... Eu acho que teria que ser avisado com um pouco de antecedência, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós aprovamos a vinda aqui com alguma antecedência. Cumprimos todos os rituais legais. O senhor pode ter certeza disso.

Inclusive, eu já anunciei, antes de o senhor chegar, que o senhor está acompanhado de três defensores, que estão aqui. O senhor precisaria de um, mas está com três defensores aqui, que estão à disposição, que já devem ter se reunido com o senhor, passado as suas orientações. Portanto, o senhor não está aqui desprotegido do ponto de vista da lei.

O senhor está aqui prestando um depoimento. O senhor já prestou outros depoimentos no âmbito do inquérito policial e do juízo, porque o senhor já responde a um processo judicial que está correndo no 2º Ofício, na 2ª Vara Criminal. Portanto, é mais um depoimento o que o senhor está prestando agora no âmbito da CPI, que é, repito, uma Comissão Parlamentar que tem por objetivo — ela não foi criada em função do seu caso — apurar o tráfico de pessoas no Brasil.

Nós já estivemos aqui e temos conhecimento das acusações que pesam sobre o senhor desde novembro de 2012, quando fizemos uma audiência pública. Agora, temos a oportunidade de interrogá-lo, de fazer esta oitiva com o senhor, em função da sua prisão, como acusado daquilo que nós ouvimos em 2012.

Só o estou situando para dizer que nós aqui não somos Polícia, nem Justiça, nem Promotoria. Nós estamos aqui na condição de Deputados — eu, o Deputado Luiz Couto e a Deputada Liliam Sá —, para ouvi-lo, no sentido de concluir uma avaliação acerca deste crime, que é hediondo, tipificado como tal: o crime de tráfico contra pessoas.

Nesse sentido, eu queria, já que o senhor sabe da razão de estar aqui, ainda que tenha feito o registro de que foi avisado na véspera, por uma questão regimental, facultar-lhe a palavra para as suas considerações iniciais, se o senhor tem alguma coisa a nos dizer acerca de tudo aquilo que pesa sobre os seus ombros. Quem vai julgá-lo é a Justiça. Quem vai absolvê-lo ou condená-lo é a Justiça. O senhor já respondeu a algum processo, mas nós estamos aqui para ouvi-lo, ouvir a sua versão.



O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Correto. Eu sou oficial superior de máquinas da Marinha Mercante. Tenho 32 anos e 7 meses de serviços prestados ao meu País. Eu sou oriundo de uma família pobre, mas de homens de bem. Sinceramente me envolveram nessa sujeira toda, no sequestro dessa menina Larissa, no dia 31 de janeiro de 2008. Nessa ocasião, eu cheguei ao Porto do Rio de Janeiro por volta das 11h30. Nessa época, eu era subchefe da embarcação LAB 150. Queria frisar que o subchefe de máquinas tem atribuições às quais ele não pode se afastar da embarcação, tendo em vista que esse homem é importante para auxiliar o oficial de máquinas — no caso, está de serviço — até o término da atracação na Poliporto do Rio de Janeiro. Eu tomei conhecimento de que essa menina sumiu por volta das 12h às 12h30. É humanamente impossível eu ter sido acusado de uma coisa dessas, porque a embarcação em que eu trabalhava, como eu já frisei, chegou às 11h30 no Porto do Rio de Janeiro — no porto, não; no fundeado ali debaixo da Ponte Rio-Niterói — e eu saí de serviço às 12 horas. Às 12 horas eu tomei um banho, almocei e fiquei conversando com amigos no convés da embarcação. Nesse intervalo, eu fiz várias ligações pra familiares meus, minha esposa, meu amigo Anderson, que se encontra ali, pro meu primo em Cabo Frio — porque meu tio estava enfermo; por sinal, veio a falecer —, pra um amigo meu também, o Edinho, e pra minha irmã, o que é uma coisa muito importante, porque a minha irmã fazia aniversário no dia 30 de janeiro, e no dia 30 de janeiro eu estava fora. Então, quando eu retornei, eu fiz essas ligações, todas no período em que essa menina foi sequestrada. Por volta das 14h30, nós viramos os motores da embarcação; eu estava descansando, tinha saído de serviço às 12 horas e estava descansando, depois de ter feito essas ligações. Acordei às 14 horas com o oficial virando os motores pra atracação. Essa atracação ocorreu na Poliporto do Rio de Janeiro e finalizou às 15h35min. De forma que o comandante da embarcação nos informou que nós tínhamos uma carga rápida para a Bacia de Santos. Então, a embarcação descarregou o *backload* que nós trouxemos e carregou as cargas, e nós retornamos para a Bacia de Santos. E eu retornei ao Porto do Rio de Janeiro, chegando aqui na Baía de Guanabara, porque a gente nunca vinha direto para o porto, em função de ter muitas embarcações; então todas elas tinham que aguardar a sua vez para poder atracar. Nós retornamos no dia 4 de janeiro, e no dia 5 eu... No



dia 4, liguei pro meu tio, pro meu primo lá em Cabo Frio, pra minha esposa novamente — isso já era 4 de fevereiro —, e tomei conhecimento de que meu tio estava muito mal. Então eu pedi pra desembarcar e fui até Cabo Frio. Desembarquei no dia 5 de fevereiro. Fui até Cabo Frio e falei com meu tio. Foi onde eu tomei conhecimento, no período em que a minha irmã me pegou aqui junto com meu amigo Anderson, dessas acusações infundadas, levianas, que estão fazendo contra um pai de família, entendeu? E respondi. Soube que houve interferências agora, por esse processo aí, do qual eu estou recorrendo, entendeu? E infelizmente é isso que eu tenho a declarar. Estou pronto pra qualquer pergunta que eventualmente vocês queiram me fazer, mas a história real é essa aí, entendeu? Eu tenho 32 anos, tenho uma família linda e maravilhosa, nunca me envolvi com nada de errado na minha vida, sempre procurei fazer da minha vida uma coisa muito agradável, proporcionar à minha família momentos que agora eu poderia proporcionar, porque falta pouco tempo pra eu me aposentar. Aí veio justamente essa calúnia infundada que levantaram contra mim. Mas eu tenho muita fé em Deus, porque... Tem uma passagem na Bíblia que diz que Nabucodonosor botou aqueles três homens dentro da fornalha dele e mandou o cara aquecer ao máximo aquela fornalha, e quando ele mandou abrir aquela... Quando eles jogaram Mesaque, Sadraque e Abednego lá dentro, só os guardas, quando os jogaram, morreram. Então é o que está acontecendo comigo. Aí o Nabucodonosor levantou e foi ver lá dentro da fornalha — isso é uma passagem bíblica —, e estavam os três, Mesaque, Sadraque e Abednego, andando lá dentro, e tinha um quarto homem. E Nabucodonosor falou: *“Eu joguei três, por que tem quatro?”* Então, era o anjo do Senhor, e nele eu acredito que isso tudo vai se reverter a meu favor, porque eu sou inocente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor disse que tem 32 anos, é isso?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Trinta e dois anos e sete meses de serviços prestados ao meu País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A sua idade é essa? Não. O senhor tem... Qual é a sua idade?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu tenho 57 anos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Cinquenta e sete anos. E 32 anos de serviço na...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu me formei na Marinha Mercante... Eu tinha 20 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor é casado, não é, Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sou casado, muito bem casado, graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor tem filhos?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Tenho dois, que são da minha esposa, que eu considero como meus filhos, porque um, inclusive, eu eduquei, vesti, alimentei, e ele me tem hoje como referência de pai. Ele falou para o próprio pai dele: *"Referência de pai pra mim é o meu padrasto, que me educou, me vestiu, me calçou"*. E hoje ele é um homem de bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dois filhos meninos?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Homens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Homens. Muito bem.

Eu queria, antes de passar a palavra aos nossos Deputados e Deputada, saber o seguinte: o senhor disse que o navio — se eu estiver errado, o senhor me corrija —, a embarcação em que o senhor prestava serviço chegou por volta das 11h30min do dia...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Do dia 31 de janeiro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Do dia 31 de janeiro. E o senhor disse que o senhor saiu do serviço por volta de 12 horas.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Afirmativo. Eu saí às 12 horas, tomei um banho, almocei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor saiu... O senhor tomou banho no navio ou já em casa?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, no navio, porque eu trabalho no período de 28 por... Era de 30 na época, se eu não me engano.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É só para eu entender essa parte. Então, o senhor disse que o navio chegou às 11h30min. Aí o senhor saiu às 12 horas.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É. Eu trabalhei até às 12 horas, só que quando eu digo “sair” é ficar dentro da embarcação mesmo, porque o contrato que é regido com a PETROBRAS... Na época, se não me falha a memória, porque isso foi 2008, já mudou muito coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, claro.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Hoje em dia, eu estava trabalhando no regime de 28 por 28. Só que, nessa época, se eu não me engano, era de 30 ou 35 dentro da embarcação. Porque, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixe-me entender. O senhor era auxiliar de máquina, é isso?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu sou oficial superior de máquina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Oficial superior de máquina. Então, o senhor estava na atividade de oficial superior de máquina até às 11h30min. Quando o senhor disse que o senhor saiu é que o senhor saiu da atividade e ficou no navio.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aí o senhor foi lá para o seu camarote, foi descansar, tomar banho e tal, tal, tal. E aí o senhor disse que às 14 horas o senhor acordou. Foi isso?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Acordei com o colega movimentando as máquinas, que o barco iria atracar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E o barco atracou a que horas?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - O barco começou a movimentar as máquinas por volta de 14h, 14h30 e finalizou a atracação às 15h35min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Essa atracação foi onde?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Na Poliporto do Rio de Janeiro, onde era a antiga Escavagima. Hoje é outro nome, (*ininteligível*), se não me engano.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Aí o senhor atracou na Poliporto, é isso?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Positivo. Então, atracou na Poliporto, mas o senhor continuou dentro da embarcação.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Afirmativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A embarcação atracou por volta de 15h30min. Não é isso que o senhor disse?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Quinze e trinta e cinco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quinze e trinta e cinco atracou.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Finalizou a atracação, já o barco encostado no porto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é, encostado. Pronto. Finalizou a atracação às 15h30min. Aí o senhor continuou dentro da embarcação.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Afirmativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E depois? Eu não entendi o depois disso.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, depois... Aí entra a operação dos homens que trabalham no porto descarregando a carga que nós trouxemos da Bacia de Santos. Quando descarregou toda a carga que nós trouxemos da Bacia de Santos, aí começou a carga... a embarcar a carga que nós iríamos levar para a Bacia de Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E o senhor continuou dentro do navio.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Em momento algum... Eu tinha um contrato com a PETROBRAS de 35 por 35 ou 30 por 30; conforme eu falei pro senhor, eu não recordo se era de 30 por 30 ou de 35 por 35.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tudo bem. Certo.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Durante... Eu vou explicar uma coisa pro senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor me desculpe a ignorância. Eu não sou do meio.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, eu estou aqui tentando entender, dentro de certa lógica, está certo?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, até onde eu entendi, o senhor ficou; quando, às 15h30min, concluiu-se a atracação, portanto, encostou efetivamente...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Às 15h35.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Às 15h35. Aí os homens começaram a descarregar a mercadoria, etc. e tal, e o senhor continuou dentro do navio. É isso que eu...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Dentro da embarcação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dentro da embarcação. Aí só saiu a que horas?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nós saímos com a embarcação para a Bacia de Santos às 20h35min, se não me falha a memória. Isso foi em 2008. No processo, consta tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá. Então, o senhor ficou durante essa encostada — vamos dizer assim, o termo é grosseiro —, essa encostada aqui, para descarregar a mercadoria.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Atracado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Atracado. O senhor não saiu da embarcação, só foi sair depois de Santos, quando chegou lá, no dia 5 de fevereiro.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, depois de Santos, não. Deixe-me explicar uma coisa pro senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Na PETROBRAS, existe uma regra entre a contratante e a contratada, a qual, essa regra, é chamada de (*ininteligível*), que determina o seguinte: se a contratante fizer uma inspeção a bordo



da contratada e estiver faltando um tripulante, a contratada perde o contrato com a contratante, em função daquela inspeção que houve por parte da (*ininteligível*). Então, é impossível, é impossível — é o que eu estou dizendo ao senhor —, ninguém pode sair de bordo, ninguém. O comandante não autoriza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É regra.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É regra, é regra. Ninguém sai de bordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito. Isso eu já entendi. O senhor está dizendo que o senhor não saiu em momento algum: antes de atracar; concluiu-se a atracação às 15h35min, o senhor continuou no navio; foi feita a descarga da mercadoria; depois o navio saiu para Santos, o senhor continuou dentro. Só saiu, segundo o senhor mesmo disse, só desembarcou no dia 5 de fevereiro.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - No dia 5 de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo. Entendi. Deixe-me lhe perguntar: qual é o seu endereço, Sr. Fernando?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Fale ao microfone, porque nós estamos gravando.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Rua Charles Gounod, 146, Jardim América, Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É 146, Jardim América.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

Eu queria passar a palavra à Deputada Liliam para fazer as suas considerações; depois, ao Deputado Luiz Couto.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Sr. Fernando, por que o senhor acha que foi apontado nesses casos com o seu retrato falado? O senhor reconhece essa menina? O senhor já viu essa menina antes?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu nunca tinha visto. Eu vim ver quando eu tomei conhecimento de que eu estava sendo acusado de ter sequestrado.



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor nunca viu essa menina antes?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nunca, nunca, nunca.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E essa menina aqui?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Também nunca vi.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Nunca viu?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - A Thaís?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nunca.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E essa?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nunca vi.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Nunca viu. Por que o senhor acha que foi envolvido nessa história?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu acho que por trás disso tudo, por trás disso tudo, tem uma ONG, aquela senhora ali, ó, Waltéa Ferrão Ribeiro. Essa mulher, ela diz que a ONG dela — entendeu? —, a sede era em Jacarepaguá, nunca foi encontrada; na Barra, nunca foi encontrada; depois, mudou pra Araruama. E, em juízo, o juiz não pediu, porque o meu advogado não explorou isso.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas o senhor foi condenado duas vezes. O senhor foi condenado, na primeira vez — se eu estiver errada, o senhor me corrija, os seus advogados estão aí —, a 4 anos de prisão: 2 anos por furto qualificado...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - ...e 2 anos por sequestro em regime semiaberto.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Tá, agora eu pergunto...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E o senhor não conseguiu se defender para provar a sua inocência.

Depois, através da CPI...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - ... nós pedimos a reabertura do caso, e o senhor foi condenado a 7 anos em regime fechado.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Por influência da senhora, não é? Porque a senhora postou no seu Facebook que a senhora... que a minha pena só



tinha sido aumentada por influência da senhora junto ao Desembargador Paulo Rangel. Se eu estiver mentindo, a senhora me corrige.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu não tenho influência sobre o Desembargador. Nós fomos...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - A senhora postou no seu Facebook isso.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Com licença. Dá para o senhor deixar eu falar? Nós somos da CPI, nós temos que fazer o nosso trabalho! O senhor estava sendo acusado. O senhor é condenado! O senhor é condenado num caso em que foi sequestrada uma menina e até hoje ninguém sabe, ninguém viu onde estava essa menina, e nós fomos até o Desembargador.

Agora, quem condena é o Desembargador que leu todos os autos e viu que realmente ele teria que dar uma pena maior para o senhor.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Aí não tem nada a ver influência, porque nós não temos influência nenhuma sobre a Justiça.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Olha... Eu, na realidade, na realidade, eu confio na justiça divina, porque na justiça dos homens, nesta eu não confio mesmo, entendeu? Não confio porque dentro do...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Como é que o taxista conheceu o senhor? O senhor só se limite a falar, a responder o que nós estamos perguntando ao senhor!

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim, tá legal.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor só está aqui para isso!

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor vai responder só isso! Está bom?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Então, eu quero dizer para o senhor o seguinte: por que o taxista ele reconheceu o senhor e fez um retrato falado?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Olha, no inquérito policial, não foi isso que ele disse. Pode pegar o inquérito policial e ler o inquérito policial onde ele



diz que o sequestrador dessa menina era baixo, gordo, mancava de uma perna e tinha um forte sotaque nordestino. Característica estas que eu possuo?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor, então, não foi reconhecido por ele? O senhor só responde isso, não adianta o senhor ficar nervoso.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Chegou lá, ele disse que era eu, não é? Mas, antes, ele fez...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas ele olhou o senhor lá naquele vidro e disse que era o senhor, reconheceu o senhor através do vidro?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu não sei! Eu tô por dentro, eu não sei as pessoas que me apontaram. Eu só sei que aquela senhora ali, ela estava com a minha foto na mão que vazou de dentro da delegacia.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas como foi acontecer isso? É isso que eu quero saber. Eu quero que o senhor me explique isso.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Ô, doutora, isso está... está no processo. Se a senhora pegar o meu processo...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu vi o processo.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - A senhora viu?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Vi, vi.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Então. Ela...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Estava a sua foto lá, o senhor até mais gordinho. Até estava mais forte. O senhor estava até mais forte.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É, eu emagreci porque...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor emagreceu bastante.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É, muito. Isso é de sofrimento.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor vê que eu conheço o processo.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso é de sofrimento, de eu ter emagrecido. Realmente eu emagreci bastante mesmo, mas é sofrimento. Agora, que a minha foto vazou de dentro da delegacia, da 17ª DP, para a mão daquela senhora, que a minha cunhada pegou a foto da mão dela, eu não diria nem orientando, eu diria induzindo as pessoas: *“Este aqui é o sequestrador. Mesmo que não seja ele, diga que é ele”*. Ela: Waltéa Ferrão Ribeiro. A minha cunhada tomou a foto da mão dela e entregou à delegada-adjunta da 17ª DP.



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Agora, o senhor me diz uma coisa. E nos outros casos em que o senhor foi apontado também, que reconheceram a sua foto, no caso da Thaís de Lima Barros, em 2002, e também da Andreia Ferreira da Mota, que foi sequestrada em 2006, da Taís Bernardino, em 2006, também?

Como que o senhor explica isso? Como é que se faz uma trama tão grande para pegar uma pessoa do bem, como o senhor, um oficial de Marinha, uma pessoa que tem uma carreira brilhante, tinha uma carreira brilhante, não é?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sem dúvida.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Um pai de família, como o senhor disse. E também tem um depoimento de uma namorada que foi do senhor, que diz, nesse depoimento, se eu não estiver enganada, eu tive acesso a isso, ela disse que o senhor nunca teve filho e que o senhor... Em alguns momentos, ela terminou o namoro, porque o senhor falava com voz de criança e queria que ela imitasse criança, alguma coisa assim. Isso estava lá. Isso é verdade?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu desconheço sinceramente.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Então tá. Outra coisa. Por que, nesse caso, teve tantas evidências contra o senhor? Onde fica a atracação do navio, o endereço, o endereço?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É no Caju. Agora...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É no Caju. Para São Cristóvão, são quantos minutos de São Cristóvão, da Barreira do Vasco para lá?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Olha, deixa eu explicar uma coisa pra senhora.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não, é no Caju, ali. No Caju? Quantos minutos?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não. Vou explicar...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Só quero que o senhor me responda. Depois o senhor pode explicar. Eu quero saber os minutos. Eu quero que o senhor me responda.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu não sei quantos minutos dão. Eu estou dizendo pra senhora que eu vou dar uma posição pra senhora a respeito da onde a embarcação...



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Atracou. No caso...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - ...atracou. Da onde a embarcação atracou na Poliporto, onde era a Escavagima, até a saída da Poliporto, a senhora anda cerca de 2 quilômetros a pé e até o centro do Caju, mais 1.000, 1.500 metros a pé, dá um total de três quilômetros e meio, andando a pé, porque não tem...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não, isso dá mais ou menos 10 a 15 minutos, até a casa da menina.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Até a casa, não.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Dez, 15 minutos, não é?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso. Três quilômetros e meio.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não, aí não dá.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - E uma outra coisa, e uma outra coisa, quando essa garota foi sequestrada...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - A pé, não, mas de carro, que eu estou falando.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Deixa eu frisar pra senhora.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Hã, hã.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Quando essa garota foi sequestrada, eu não estava... O barco não estava atracado, o barco estava fundeado. O barco estava lá debaixo da Ponte Rio-Niterói, parado. Quer dizer, é humanamente impossível. Só se eu fosse The Flash para poder estar no Caju e sequestrar essa garota.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas o senhor falou que estava atracado, não é?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não. Atracado...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor desembarcou...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Ele atracou às 15:35 horas. Finalizou conforme eu falei para o Deputado, não é?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Hã, hã.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Às onze e meia da manhã, nós chegamos...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Aonde?



O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Debaixo da Ponte Rio-Niterói, onde permanecemos até as 14 horas. Foi quando eu estava já descansando, e o colega virou os motores da embarcação pra atracação. Essa atracação, ela finalizou às 15:35 horas do dia 31 de janeiro de 2008. Quer dizer, o barco, durante o período em que essa menina foi sequestrada, o barco estava fundeado, lá. O barco estava debaixo da Ponte Rio-Niterói.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Se o senhor estava dentro do barco, cadê a prova que o senhor estava lá? Teve uma pessoa só que falou que viu o senhor lá, e depois teve outras que disseram que o senhor não estava, naquele dia, dentro do barco.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Olha, se a senhora pegar o processo, a senhora vai ver que tem o depoimento do chefe de máquina, tem o depoimento de mais três tripulantes, os quais afirmam que eu estava a bordo. Primeiro, eu, naquela posição, era subchefe de máquinas, e, mediante esse órgão, que eu falei para a senhora...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Quem era o seu chefe?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Era Salomão Eustáquio.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E ele fez depoimento...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Tem. Tem o depoimento dele.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - ...favorável ao senhor?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Tem, tem.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Ele estava nesse dia no barco?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Estava. Estava. Estavam todos a bordo. Então, é onde eu digo pra senhora. Se o barco estava fundeado, como é que eu ia sair pra sequestrar uma garota dessa? Não tem nem como. E uma outra coisa que eu vou contar pra senhora: eu tenho não só essa documentação que comprova a minha inocência, não. Eu tenho o diário de bordo, o qual era o responsável pelo preenchimento desse diário. Eu tenho a cópia do diário de bordo. Eu era responsável pelo preenchimento do diário de bordo. Eu tenho uma... tinha, tenho, no processo, uma declaração da empresa, atestando que eu estava a bordo. Tenho a minha caderneta marítima, e inclusive estão com o meu advogado algumas cópias, ali, que a senhora pode apreciar. Tenho o Rol de Equipagem, tenho a quebra do



sigilo telefônico, com posições de latitude e longitude. Tenho os horários fornecidos pela PETROBRAS, pela BRICLOG, que fazia esse trabalho. Então, são uma série de documentos...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Se o senhor tem tanta prova assim desses documentos, como é que o senhor foi condenado novamente?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Pois é. É isso que eu não estou entendendo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Como é que o senhor foi condenado novamente?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É a explicação, Excelência, que eu também estou buscando.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E como é que o senhor foi apontado? É isso que eu quero saber. Uma pessoa, que tem uma função como essa, vai ser apontada...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Olha, eu vou, vou dizer, vou...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor acha que tem alguém parecido com o senhor, que tem a mesma cara, a mesma pinta, tudo? Porque lá no retrato falado tem tudo.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Deixa eu falar, deixa eu falar uma coisa pra senhora. No processo, quando essa menina, ela desapareceu, e chegou à parte das alegações finais, eu tomei conhecimento das alegações finais e soube, através das alegações, que ela apareceu em Valença, Paracambi, que o conselheiro tutelar de Paracambi pegou essa menina levou para Valença e a entregou para o conselheiro tutelar de Valença, o qual o nome era Carlos Eduardo. Inclusive a Dra. Michele, uma das minhas advogadas também, que está aqui atrás, ela foi comigo e com a minha esposa à Valença. Porque qual era a minha intenção? A minha intenção era provar a minha inocência e saber realmente se a garota estava lá. Então, nós fomos lá. Chegamos lá, o conselheiro tutelar, o Carlos Eduardo, falou que entrou várias em contato... várias vezes em contato com a família dela, só que a família dela se recusou a ir lá em Valença. Essa menina foi entregue a uma senhora, chamada Suzi, que inclusive tem um documento feito em cartório, uma declaração pública feita em cartório, e que essa garota foi entregue a essa senhora Suzi, que se



passou por avó dela mediante... Sem apresentar nenhuma documentação que comprovasse o grau de parentesco, mesmo assim esse conselheiro, Carlos Eduardo, ele entregou essa menina...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Carlos Eduardo da onde, o senhor tem o nome dele todo?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Valença. Ele era do Conselho Tutelar de Valença.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Em que ano?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - O ano que nós fomos lá foi quando feitas as alegações finais.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Depois a sua advogada passa, por favor, para a gente, para a CPI.

A SRA. MICHELE - *(Fora do microfone.)* Doutora, a senhora permite...?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Querida, depois. Neste momento, só os Deputados e a oitiva, está certo?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Então, isso em 2008, pode ser a data...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Ah, depois, ela vai me dar, vai passar para a gente.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Essa data, essa data não sei precisar direto à senhora. Mas, enfim, nós tivemos lá e essa garota foi entregue a essa senhora chamada Suzi, que se passou por avó dela. Mediante tudo isso, aí a minha advogada ali, a Dra. Michele, começou a falar com ele. Olha só, ele nos levou ao Conselho Tutelar e, quando ela pediu para poder averiguar toda essa documentação, ficou... ele impossibilitou ela, porque veio um outro amigo dele e disse a ele que "*Olha, você... Essa garota é advogada dele, você entregou essa criança a essa Suzi e isso daí pode vir a comprometer a você*". Então, esse Carlos Eduardo, ele se fechou como uma ostra, ele não abriu mais nada tanto é que precisou a interferência da Dra. Michele, que falou: "*Olha, se você não nos levar... não deixar eu ter acesso a essa documentação da Larissa e... se você não deixar eu ter acesso a essa documentação da Larissa, eu vou ter que procurar o juiz da Vara da Infância e do Adolescente e pedir uma autorização pra ele pra eu poder ter*



acesso a essa documentação”. Mas aí ele falou “*Mas aí você vai me prejudicar*”. Aí ele falou assim “*Mas eu entreguei ela pra Suzi*”. “*Então nos leva à casa da Suzi*”. Levou. Quando nós chegamos a casa dessa senhora, essa menina não estava mais lá. Ela não estava mais lá, e a Dona Suzi começou a xingar esse conselheiro dizendo que a garota tinha sido estuprada e que o filho dela, dessa senhora Suzi, estava preso em função desse estupro e aí a Dra. Michele falou: “*Calma, vamos resolver, mas por que a senhora está xingando tanto o conselheiro assim?*” Aí, ela falou, porque em função do estupro, que o filho dela estava preso...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas por que ela pegou a menina e a levou para a casa? O senhor não perguntou?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não. Ela se passou como avó, eu não estava. Quem estava com ela foi... Eu fiquei no carro esperando. Quem estava com ela foi a Dra. Michele. A Dra. Michele que fez as perguntas a ela. Só que, quando a Dra. Michele retornou, a Dra. Michele retornou já com a Dona Suzi e o conselheiro. Nós fomos ao cartório de Valença, onde ela fez uma declaração pública dizendo que essa menina sumia da casa dela, passava semanas fora, que, quando voltava, voltava com dinheiro no bolso, com droga e só faltava bater na Dona Suzi. Isso está na declaração pública feita em Valença.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas não tem foto da menina para dizer se realmente aquilo ali...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, ele... ele... Ele viu essa foto que a senhora acabou de me mostrar e disse que era ela! O Carlos Eduardo disse que era ela, o conselheiro de Valença, tanto é que ...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E por que ele não foi arrolado como testemunha no seu caso?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Porque, porque já tinham feito as alegações finais e ela conseguiu anexar ainda essa declaração pública, mas não deu mais tempo para arrolar a Dona Suzi e, no caso, o conselheiro tutelar de lá. Só que tem uma outra coisa também com relação à... com relação à senhora ter dito: “*Como alguém pode ter feito... Você, um oficial superior da Marinha e tal, futuro brilhante pela frente — que eu tinha mesmo — está numa situação dessas?*” Eu gostaria de falar para a senhora: segundo a minha... Quando a minha esposa foi



depor na Homicídio, a minha esposa falou isso pro investigador Robson: “Robson, eu não sei o por que o meu marido está passando por uma situação dessas, porque o meu marido, se ele embarca, eu vou levá-lo; se o meu marido desembarca, eu vou buscá-lo. O meu marido só sai comigo”. Aí, ele virou para a minha esposa e falou assim: “A senhora não vai ficar com raiva, não?” A minha esposa: “Não”. Ele falou: “Olha, quem fez tudo isso com ele foi uma mulher que ele teve no passado” e botou ela de testa de ferro. Ela deve saber quem é essa mulher, ela sabe quem é, mas ela é juíza, ela não quis dizer. Mas ela sabe quem é essa mulher que fez isso.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Quem é essa mulher? Fala.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu não sei, eu desconfio, mas eu não posso...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Desconfia. Quem é?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - ...eu não vou levantar um falso testemunho com uma pessoa...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Entendi, entendi.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - ...a qual eu não posso chegar e dizer: foi ela. Porque o que está acontecendo comigo eu não quero para os outros. Eu não vou acusar uma pessoa, se eu não tenho certeza; e eu queria deixar claro para a senhora: se a senhora... pegue... Se a senhora quiser, pode pegar todo o processo, a senhora vê as minhas provas que eu tenho, analise elas com clareza.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É, mas é muito...Eu analisei, eu vi, eu vi aqui o senhor sendo apontado por pessoas reconhecendo o senhor. É nesse quesito que a gente fica sem saber o porquê o senhor foi apontado nesses casos da Michele; a mãe da Michele o reconheceu; teve gente que foi na rua que reconheceu; teve criança que reconheceu, do menino que foi lá na casa, que é o irmão da Larissa.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu posso falar para a senhora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho, deixa só a Deputada concluir a pergunta dela e o senhor responde, depois, eu queria passar a palavra ao Deputado Luiz Couto.



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E aí eu quero saber do senhor isto: por que o senhor foi apontado em tantos casos? E é o mesmo retrato falado, o mesmo retrato falado. O senhor disse assim *“Ah, porque a senhora interferiu”*.

Olha só, eu estou fazendo o meu papel. Eu sou uma Deputada que luta pelos direitos de crianças e adolescentes, e tinha um caso emblemático que eu acompanho desde que eu comecei na Record procurando as crianças desaparecidas em 1988, depois veio o caso da Thaís de Lima Barros para as minhas mãos; e eu, como Vereadora, eu venho acompanhando esses casos há muitos e muitos anos, de todas essas meninas que desapareceram. Aí vejo o senhor apontado em vários casos. Não conheço o senhor, não conheço a sua família, não conheço o senhor, não sei quem é o senhor, é a primeira vez que eu vejo o senhor na minha frente! É a primeira vez! Vejo isso tudo, isso causa uma indignação muito grande da gente: uma menina que desaparece, não se sabe como, um cara que é condenado a roubo qualificado e a sequestro, sem dizer onde está a menina, e ainda em regime aberto. A gente tem que recorrer. Eu estou fazendo o meu trabalho. O senhor poderia estar no lugar dessas mães! O senhor poderia ser um pai que tem um filho desaparecido e tem uma Deputada que está procurando! Então, o senhor não pode me julgar dentro do trabalho que eu faço, entendeu? Se o senhor se sentiu injustiçado, se o senhor se sentiu injustiçado, se se sente injustiçado, a Justiça, ela pode tardar, mas ela não falha, ela não falha! Porque a Justiça vai esclarecer. Aqui o senhor está tendo uma oportunidade ímpar de falar para a tia — ó lá —, tia da menina, a Larissa está ali, com depoimento, a mãe da Thaís, a outra, mãe da Larissa, tem mães aqui, entendeu, que não dormem, não comem, há mais de 10 anos procurando suas filhas. Um pedófilo as pegou, as sequestrou! A gente não sabe quem foi, se é o senhor ou não. Aqui ninguém está acusando o senhor, nós queremos esclarecer, queremos esclarecer. Quero que o senhor coloque isto na cabeça do senhor: a CPI está fazendo o trabalho dela. Nós queremos esclarecer, não estamos acusando o senhor de nada aqui. Nós queremos esclarecer os fatos, certo? O senhor está tendo uma oportunidade ímpar de o senhor esclarecer as dúvidas que nós temos em relação a esse caso. Eu quero saber: o senhor, nesse período de 11:30 da manhã até às 2 horas da manhã quem estava com o senhor? É, de 11:30, quando o senhor atracou lá até o senhor estar dormindo, tomar banho,



falar com todos, quem viu o senhor telefonando, quem viu o senhor dentro da embarcação, quem estava com o senhor nesse dia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho, só para a gente organizar aqui. Eu pedi...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E aí, ele responde, e o senhor pode fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, Deputada Liliam, a senhora já fez a pergunta. Tem mais alguma pergunta para fazer logo?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Então, por favor, senhor.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Os tripulantes que foram depor a meu favor, principalmente o chefe de máquinas, o chefe de máquinas é uma pessoa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, não, em juízo foram depor três.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Quantas pessoas tinham dentro da tripulação?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É, quatro.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Só tinha o senhor e três pessoas só que depuseram a favor do senhor? Não teve mais pessoas para depor?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, foram depor na polícia do comandante ao moço de máquinas. Todo mundo foi depor. Agora, em juízo, foi depor o chefe de máquina, o marinheiro de máquina, o outro marinheiro de máquina, e o marinheiro de convés, foram os que depuseram em favor em juízo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não convenceu o juiz, não é?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, é... Aí, é, é uma... Conforme a senhora falou, eu acho que eu estou sendo injustiçado porque eu não pratiquei crime e nunca me omiti a comparecer a nenhuma audiência que foi designada a mim, entendeu? Tanto é que agora mesmo, depois de condenado — para a senhora ver a minha índole —, eu compareci à 39ª DP me entregando, porque eu não devo nada, eu não devo nada. Eu sou um cidadão, eu sou um homem de bem. Eu tenho



certeza que amanhã essas pessoas que estão me acusando, eu tenho... Eu fico muito triste com isso, porque... Eu sei que é muito dolorido, eu estou falando para senhoras e senhores que perderam seus filhos, suas filhas, eu sei que é muito dolorido, eu não sou pai, não, mas eu eduquei um, que veio morar comigo adolescente, e esse garoto hoje é um homem de bem, ele hoje trabalha e eu sou uma referência de pai pra ele. Então, eu gostaria que realmente vocês agissem, acusassem realmente a pessoa... Acusem, mas que realmente aquela pessoa que fez! Não ajam pela dor da emoção, entenderam? Acusem as pessoas que fizeram, porque eu sei que muitas das vezes cai em uma pessoa inocente e vocês que estão com aquela dor, aí vocês começam a castigar aquela pessoa agindo pela emoção. Mas não ajam pela emoção, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Analisem bem: pô, será que foi ele mesmo? Porque, pô, eu mostro uma série de provas. Eu sei que cair na mão de um desembargador, como o Paulo Rangel, e que alguém vai lá e te taxa de monstro, o cara vai te condenar, o cara vai te massacrar. O cara foi mão de ferro comigo, sabe? O cara foi mão de ferro comigo. Eu sou uma pessoa... Eu sou inocente, eu vou provar que eu sou inocente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Sr. Fernando.

Eu passo a palavra ao Deputado Luiz Couto, para fazer as suas considerações.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, Sr. Fernando, nós temos as informações e é a partir das informações que nós vamos querer que o senhor responda "sim" ou "não", se o senhor é de acordo, porque, é claro que o senhor, como um já condenado e também, agora, respondendo a outros processos, o senhor não é obrigado a construir provas contra o senhor.

Eu queria perguntar o seguinte... As informações que nós temos são informações do inquérito, informações abertas, de fontes abertas e também da CPI da Exploração Sexual de Crianças de Adolescentes, nos últimos 5 anos. E a informação não é somente... O senhor acusa a Waltéa, mas não é a informação, esta informação é anterior, ou seja, de que pelo menos 17 meninas foram sequestradas em circunstâncias muito parecidas. E a informação é de que o sumiço



de cerca de 12 adolescentes estaria relacionado à sua pessoa. Aí, então, o que o senhor diz dessa acusação?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Deputado, toda a minha vida está aí, dentro destas xérox que estão aí. O que eu queria dizer a respeito dessa menina, da Thaís...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - A Thaís foi em 2002.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Em 2002. É desta menina que eu quero fazer um breve comentário. Em 2003, doutora — isso foi na segunda-feira —, eu estava arrumando a minha roupa, porque eu ia viajar pra Vitória, na terça-feira, quando chegou a Homicídios lá em casa. Foi a primeira vez que isso aconteceu comigo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Em 2002?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Em 2003, referente a essa garota aí. Então, o que aconteceu? Eu fui até a Homicídios, prestei um depoimento...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas, naquela época, a Wal não estava neste caso aqui...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, eu estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputada Liliam, deixa só ele concluir. Depois a senhora pode voltar a inquirir.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Começou aí com essa menina, em 2002. Em 2003, conforme eu estava dizendo pra senhora, a polícia chegou lá em casa, da Homicídios, e eu tive que comparecer a Homicídios para prestar o depoimento; e compareci. Fui até à Homicídios, prestei o depoimento, levei toda a minha documentação referente ao sumiço dessa garota. Não ficou nada provado contra mim. Mas tinha um policial lá, por nome de nome de Geovan da Silva e não sei o quê. Esse policial inclusive, hoje, aparece até como testemunha do caso dessa garota aí. E aquilo me incomodou. Por quê? Ele ficava ligando pra minha casa, porque já tinha aparecido um tal de Carmelito, que, em 2003, esse rapaz foi preso, foi julgado, dizem que ele confessou o crime. E a minha irmã tinha comprado esse jornal na época. E quando eu retornei de viagem, a minha irmã fez aquele comentário comigo e eu falei pra ela... Ela falou assim: *“Olha, esse crime aí já foi elucidado, entendeu? O cara foi preso”*. Mas esse Geovan ficava ligando pra minha



casa, me incomodando tarde da noite, altas horas — a mim não, à minha irmã, porque eu estava embarcado. E a minha irmã foi até descortês com ele, entendeu? E eu creio que isso aí deva ter se levantado, porque são quase 12 anos depois. Se a senhora ver aí a minha documentação no caso dessa menina, que a senhora mesma está afirmando no dia 22 de dezembro de 2002, não é isso? A senhora veja, aí na minha caderneta marítima, onde eu estava: eu estava trabalhando em Vitória, do Espírito Santo, eu estava trabalhando na área de Vitória, do Espírito Santo. E, nesse período, eu estava embarcado, tanto é que ficou provado, lá no depoimento que eu dei na Homicídios e também no reconhecimento, que não teve nada. Entendeu? Não me reconheceram porque eu não estava aí, eu não tenho...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Posso fazer uma pergunta para o senhor?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É para terminar, só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputada, só um minutinho: deixa concluir a pergunta do Deputado Couto. Depois eu volto. A senhora anota, e eu volto à senhora para perguntar, senão...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Então, Deputado, é o que eu estou dizendo com relação a isso aí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Fernando, é o seguinte: o senhor é acusado e já foi condenado pelo sequestro de Larissa Gonçalves, de 11 anos. E tem um outro processo que está sendo apurado: a tentativa de sequestro do Flávio Lucas da Silva, de 9 anos, que teria reconhecido o senhor pelo retrato falado. O que o senhor diz acerca dessa segunda denúncia que é feita?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - A respeito dessa segunda denúncia, eu gostaria de deixar bem claro que, segundo levantamento até da minha advogada ali, se o senhor for ver aqui, o complexo ali da Barreira do Vasco e Morro do Tuiuti é tudo uma coisa só, então, eles moram tudo junto. O que eu tenho a dizer com relação a isso? Quando eu fiquei preso, eu fui solto... Eu compareci na 17ª DP, no dia 7 de fevereiro de 2008 e, para minha surpresa, eu já fiquei preso — isso, pra mim explicar essa situação. Quer dizer, no dia 8, eu fui transferido para a POLINTER do Grajaú, onde eu fiquei até o dia 12. Foi quando os meus advogados reuniram todas as minhas provas e eu fui solto. O meu advogado virou pra mim e falou: “Olha,



você não fica no Rio de Janeiro, porque vão armar uma outra situação pra você". Foi quando, no dia... Eu prestei o depoimento no dia 19, na Homicídios. E eu estava muito, assim, muito decepcionado com isso tudo e eu não queria nem dormir em casa, eu queria ir direto para Cabo Frio, mas a minha esposa: "Não, vamos dormir em casa e, no outro dia de manhã, você vai, porque você está nervoso pra dirigir". Inclusive, não foi nem eu que dirigi, foi o Anderson ali, o meu amigo, que nos levou para Cabo Frio no dia seguinte. Mediante tudo isso, na caixa do correio da minha casa, quando nós chegamos e pegamos, tinha uma intimação, a qual dizia "Sequestro e cárcere privado", que eu tinha de comparecer à 17ª DP novamente. Eu compareci, falei que estava em Cabo Frio. Quer dizer, no processo, constam os tíquetes do pedágio, constam pessoas que me viram em Cabo Frio. Neste dia, inclusive, foi festejado o aniversário do filho do meu primo, embora o meu tio tivesse falecido, mas fez só um bolinho e bateu uma foto das crianças. Eu tenho essas fotos inclusive. E, além disso, compras que eu fiz em Cabo Frio, na época, porque eu fiquei na casa do meu primo, logo após eu ter sido solto. Isso daí, onde se justifica sequestro, cárcere privado? Eu não fiz nada disso, mas onde se justifica sequestro e cárcere, se a pessoa está ali, se a pessoa não foi sequestrada?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Entendeu? E onde se justifica crime? Eu não fiz, mas eu estou dizendo: oferecer biscoito a alguém, onde isso é crime? Não, eu não estava aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor é acusado da tentativa de sequestro de Flávio Lucas da Silva, de 9 anos, que teria reconhecido o senhor. O senhor confirma isso ou o senhor nega?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Ah, ele disse que era eu realmente, em juízo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em juízo. Por que o senhor falou, por que o senhor disse que a Polícia Civil esteve em sua casa em 2003? Por que a Polícia Civil foi na sua casa em 2003?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Foi justamente em função desse... Foi onde tudo isso começou, da Laís.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Veja o seguinte: nós temos aqui a Thaís em 2002; aí nós temos casos aqui de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, de desaparecimento de pessoas, Michele Santana de Araújo; Roseana...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - O senhor tem as datas aí?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só tenho o ano. Roseana Aparecida Alves, sequestrada em 2002; Thaís de Lima Barros, sequestrada em 2002; Andréia Ferreira da Mota, sequestrada em 2006; Taís Bernardino, sequestrada. Então, tem uma série de questões aqui.

O senhor continua dizendo que nenhuma dessas pessoas o senhor teve qualquer ação contra elas e que o senhor está sendo injustiçado.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi isso que o senhor disse.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, e as testemunhas como é que ficam? Tem testemunhas múltiplas.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Mas as testemunhas, o que acontece? A minha foto teve uma divulgação agora, na mídia aí, então, as pessoas — é o que eu falei para essas mães que as filhas sumiram — veem aquela pessoa ali, então elas querem descarregar aquele ódio que elas têm ali. Mas, poxa, elas estão descarregando ódio em cima de uma pessoa que não cometeu aquele crime. É por isso que eu estou dizendo: *“Não aja pela dor da emoção”*.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pergunto: o senhor já esteve lá na Barreira do Vasco, em São Januário?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, senhor, eu nunca passei ali, ali não é meu caminho. Eu moro no Jardim América, eu moro na entrada da Presidente Dutra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor foi acusado de ter...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Pois é. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...se apresentado como técnico de TV. E o senhor carregou a menina com a TV e a colocou em um táxi.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Deixa eu falar uma coisa pro senhor...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O que o senhor diz dessa acusação?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim. Como é que um cidadão de bem, um homem de bem... O senhor, por exemplo: o senhor entraria dentro da Barreira do Vasco, onde existe tráfico de drogas? Eu vou lhe citar um exemplo muito simples: no ano de 1986, eu desfilei na Mangueira e eu fui buscar minha roupa ali no Buraco Quente; eu não cheguei no meio do Buraco Quente, porque eu fui rendido por vários traficantes com pistola na minha cabeça, jurando me matar se o que eu estava dizendo a eles — que eu ia buscar roupa na costureira — fosse verdade. Então, eu falo pro senhor: como é que um homem de bem entra dentro de uma comunidade destas dominadas pelo tráfico e tira de lá um criança, subtrai uma criança, uma televisão, um videocassete, sem que os traficantes abordem essa pessoa, querendo saber onde ela mora, o que ela está fazendo ali, quem ela conhece ali? Então, é bem difícil, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, Sr. Fernando, o senhor já esteve na Vila Kennedy?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nunca. Não conheço, não conheço Vila Kennedy.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Segundo informações, o senhor, no caso da Thaís de Lima Barros, que o senhor disse que “não” quando foi apresentado, que o senhor tomou conhecimento dela por esta foto aqui. Mas o senhor falou que, quando esteve trabalhando para trazer provas para demonstrar que o senhor... o senhor disse que alguém falou dessa questão da fotografia da Thaís. Como é que se explica isto aqui, esta contradição: o senhor disse que só viu agora, quando foi mostrada, mas...?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Da Larissa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Da Larissa.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Da Larissa com o Carlos Eduardo.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Como? Não entendi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor disse que não... Quando foi apresentando pro senhor, o senhor disse: “*Olha, eu estou vendo isto agora*”.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Certo.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor falou que, nas suas buscas aí, em outro local...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, eu estou dizendo: essa foto aí, essa foto da Larissa, quando nós fomos lá, eu e a Dra. Michele, nós ampliamos essa foto, porque eu já estava relacionado a esse problema.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, o senhor já sabia desta foto.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Já.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor disse que tomou conhecimento agora...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, eu já sabia da foto, já sabia. Tanto é que foi através dessa foto que eu peguei a confirmação com o Carlos Eduardo lá, se realmente era a garota ou não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, no momento em que a Deputada Liliam Sá apresentou, o senhor disse: *"Eu estou vendo agora"*. O senhor disse isso aqui.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, não, não é isso não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está registrado aí.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, mas isso aí...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está bom. Vamos lá.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, veja bem: quando eu fiquei envolvido nesse caso, a foto, eu já tinha conhecimento da foto dela, tanto é que foi através da foto dela que nós mandamos ampliar, e levei pro Carlos Eduardo ver, onde ele disse que era a menina realmente. Eu não estou tomando conhecimento da foto dela agora não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. Desde dezembro de 2013... O senhor estava, segundo a informação, foragido quando foi expedido seu mandado de prisão. O senhor sempre se colocou como pessoa injustiçada, ou seja, esse mandado de prisão que era para ser cumprido pela delegacia da criança e do adolescente vítima, por que o senhor desapareceu?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Veja bem, quando, através do julgamento no qual fui sentenciado, eu fiquei aguardando uma posição dos meus advogados, até porque, para ver qual seria a melhor posição a ser tomada. Foi



quando meu advogado me falou que eu deveria me apresentar. Eu me apresentei no dia 13 de janeiro na 39ª DP.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E o delegado era o Marcello Braga Maia?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso aí, o delegado eu não sei quem era.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A Polícia Civil está identificando uma mulher suspeita de ser cúmplice com o senhor. O senhor tem alguma informação? Essa mulher que o senhor falou que antes o senhor conviveu e que seria ela que estaria por trás disso aqui, o senhor tem o nome dessa pessoa?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, eu estou dizendo o seguinte: eu desconfio dessa pessoa, de ela ser amiga da, da Waltéa Ferrão Ribeiro, mas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor não quer citá-la porque... O senhor pode dar...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, eu não quero citá-la porque amanhã, se ficar comprovado que foi ela, eu pretendo processá-la.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas pode apresentar para a Presidência, para que de fato se investigue isso?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, essa mulher não tem nada a ver com o sumiço. O que ela fez foi me acusar aí, mas... Creio que tenha sido ela, eu não posso afirmar que foi ela.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse tempo de convivência que o senhor teve com essa pessoa foi em que ano?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu convivi com ela 7 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quando começou isso aí?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Acho que em 87, foi até 96.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Fernando, é o seguinte, segundo a Promotora Márcia Colonese, ela diz o seguinte. Ela diz o seguinte: "*Fernando Marinho de Melo presta serviço para a Marinha e sai do navio para fazer as vítimas. Conhece seus passos, estuda as vítimas para dar o bote certo.*" E diz mais: "*Ele sabe a idade das vítimas e sabe que as mães não estão em casa.*" E termina



dizendo: “*Ele é matador, esturpador e pedófilo.*” Ou seja, o que o senhor diz dessas afirmações?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isto é uma aberração! Eu vou lhe dizer uma coisa: eu não mato nem uma galinha dentro da minha casa. Entendeu? Nem uma galinha eu mato! Tem aqui pessoas que convivem comigo — independente de ser uma das minhas advogadas, é minha amiga, e meu grande amigo ali —, e são testemunhas de tudo isso o que eu estou dizendo aqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor disse que, filho de família pobre, a sua infância foi vivida em que lugar? Onde é que o senhor...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu passei a minha infância toda em Vigário Geral.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vigário Geral. Em algum momento da infância o senhor sofreu algum tipo de violência?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, nunca. Nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O seu pai trabalhava, sua mãe também?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Meu pai era contramestre também da Marinha Mercante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Da Marinha. E sua mãe era do...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Minha mãe era do lar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do lar. O senhor tem outros irmãos e irmãs?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Tenho uma irmã, que é assistente social.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse é o juiz que... Ele é juiz, esse seu irmão?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Meu irmão?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem, não.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, eu tenho uma irmã, assistente social.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que trabalha no... Trabalha no Judiciário?



O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, não, não. Ela trabalha... Ela é assistente social, trabalha numa outra área.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E seu irmão trabalha onde?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu não tenho irmão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, para concluir, Sr. Fernando, o que nós queremos é que a verdade possa... O senhor conhece, ou seja, algum dos familiares dessas crianças que foram citadas e que o senhor seria o acusado do sequestro dessas crianças?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, nenhum, eu não conheço ninguém.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor não conhece a... O senhor já foi chamado à delegacia para responder por fatos relacionados ao desaparecimento de crianças?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Conforme eu falei para o senhor, em 2003, acho que...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só nesse tempo?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Só. E na 17ª em 2008, na qual eu fiquei preso e...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Flávio Lucas da Silva? O senhor...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Também, também na 17ª, todos os dois.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi também com isso aqui.

Sr. Presidente, estou... As perguntas que eu tinha que fazer...

O senhor se entregou lá na 39ª DP de Pavuna, no Rio de Janeiro?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim, sim. Eu gostaria de frisar uma coisa. O que acontece? Em 2003, o retrato falado que apareceu no jornal era do Carmelito. É engraçado que esse mesmo retrato falado foi usado para mim também!

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse Carmelito o senhor conhece?



O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nunca vi! É o que eu estou dizendo: esse Carmelito foi preso em 2003 e respondeu por alguns crimes de crianças que ocorreram na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Isso aí estava no jornal o qual eu li na época. Só que esse Carmelito foi preso, foi condenado, já deve estar até na rua já, mas o mesmo retrato falado usado para o Carmelito foi o mesmo retrato falado usado para mim. Está entendendo? O mesmo retrato falado! A Dra. Michele, ela, ela... A Dra. Michele sabe perfeitamente bem disso, porque inclusive ela pegou o retrato, o jornal com o retrato. O mesmo retrato falado foi usado para mim também, de um rapaz, do Carmelito, que já tinha sido condenado. Eles usaram aquele retrato falado para mim também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Terminou, Deputado Couto? (*Pausa.*)

Eu passo a palavra à Deputada Liliam para fazer ainda mais uma pergunta.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Sr. Fernando, eu não entendi bem essa questão de usar o mesmo retrato falado. Por quê? Ele é parecido com o senhor?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, não.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas como é que é isso, como é que pode? Eu só queria entender...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu só queria entender. Deixe-me concluir, aí o senhor me responde. Eu só queria entender isso. Como que a polícia, no caso da Thaís de Lima Barros, chegou até o senhor, o senhor sendo um oficial de Marinha, uma pessoa com um nome... Como eles chegaram até o senhor? Foi através de um retrato falado que na época foi solto, esse retrato falado que o senhor diz que não era o senhor, era o Carmelito... Se era o Carmelito, como a Polícia chegou até o senhor? É isso o que nós queremos entender. Como é que a Polícia chegou até o senhor? Como esse menino reconheceu o senhor? Como é que as outras testemunhas reconheceram o senhor no caso da Larissa? É isso o que o senhor tem que deixar bem claro, que esta CPI não está entendendo e que, talvez, o Judiciário também não tenha entendido. Não é?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Deputada, de eles terem chegado a mim, foi conforme eu disse à senhora. Em 2003, esse mesmo Inspetor, o Robson,



falou a mesma coisa, que tinha sido uma mulher que tinha feito isso comigo. Só que ele falou que essa mulher, na época, quando eu frequentava muito a Ilha do Governador, era da Ilha do Governador. E agora, em 2008, ele não falou para mim, mas ele falou para a minha esposa que quem tinha feito tudo isso, quem tinha me enrolado nisso tudo foi justamente essa mulher, que, conforme eu falei à senhora, ela não quis dar o nome em juízo. Ela sabe quem é essa mulher. Waltéa Ferrão Ribeiro sabe. Ela...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu não consigo entender a sua ligação no caso da Thaís. Isso não está claro para a gente, e o senhor também não está conseguindo explicar. Como é que chegaram até o senhor? A Polícia chegou, o que a Polícia argumentou na época, quando chegou até o senhor? Mostrou a foto, a família viu? Como é que foi isso? Porque não é possível uma pessoa sumir na Vila Kennedy nessa época. O senhor estava onde no dia 21 de dezembro de 2002? O senhor estava onde no dia 22 de dezembro de 2002? Do dia 20 ao dia 22 — até perto do Natal, não é? — o senhor estava onde? O senhor estava embarcado? O senhor estava de licença, porque era perto do Natal? Onde o senhor estava nessa época? E por que a polícia chegou até o senhor?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Está aí! Dia 22 de dezembro eu estava na Baía de Vitória trabalhando. Está aqui no documento, aí está.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Ah, doutora, aí não sei o dia em que embarquei. Eu tenho que ver o dia do embarque. Eu sei que eu estava em Vitória no dia, nesse dia 22 de dezembro de 2008... de 2003, 2002. Eu estava lá em Vitória trabalhando. Está aí. Está toda aí, toda a minha vida está aí.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Doutora, pega aí para mim, por favor, onde está esse de 2002, por favor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Fernando, o senhor é oficial? No caso, aquelas pessoas que estavam com o senhor, o senhor disse que estavam na embarcação, eram subordinados ao senhor?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Positivo. Só o Chefe de Máquina que era acima de mim.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas aqueles outros que estavam lá...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Subordinados, subordinados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E alguns deles foram testemunhas do senhor.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Subordinados.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas era cargo efetivo ou...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, eram subordinados a ele, ele era o chefe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Mais alguma pergunta, Deputada Liliam? (*Pausa.*)

Deputado Luiz Couto, mais alguma pergunta? (*Pausa.*)

Sr. Fernando, eu vou repetir o que já foi dito aqui. Aqui, o nosso objetivo é um só. Nós não temos dois ou três objetivos, é um só, é a verdade das coisas. Nós não temos nenhuma animação pré-julgada a seu favor nem contra o senhor. Até porque, a Deputada Liliam já disse, ela nunca dialogou, não tem conhecimento com o senhor, o padre Luiz Couto muito menos, eu muito menos. Então, nós estamos aqui tentando elucidar, e acho que este é o seu objetivo também.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria fazer algumas...

Primeiro, o senhor está dizendo aqui com todas as letras que tanto... Em uma das acusações, que se reporta ao dia 22 de dezembro de 2002, o senhor estava em Vitória, no Espírito Santo. O senhor tem como demonstrar isso? Se tem, com que elementos materiais o senhor pode demonstrar? Fale ao microfone, por favor.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Ali, na minha caderneta da Marítima, se comprova isso. E posso comprovar através de outras provas. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom, então, o senhor... Queria só a sua confirmação aqui. O caso do dia 22 de dezembro de 2002 que o senhor diz que estava em Vitória, no Espírito Santo, aqui tem uma declaração da Astromarítima Navegação que o senhor estava... tendo embarcado no dia 21/11/2002 a 03/01/2003 e 03/01/2003 a 28/02/2003, e o seu regime de trabalho é



um por um, período embarcado, período de folga. Aqui diz um por um. É a mesma coisa, 30...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Trinta dias trabalhando e 30 tirando folga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Trinta dias de trabalho por 30 de folga.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, do dia 21/11/2002 ao dia 03/01/2003, o senhor ficou embarcado, é isto?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Embarcado, embarcado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dentro da embarcação?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Dentro da embarcação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E de 30 de janeiro de 2003 a 28/02 também. É isto? De 2003.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Só vendo aqui na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu estou lendo aqui o que está escrito: de 30/01/2003 a 28/02/2003, o senhor também estava embarcado. Ou isso aqui era folga?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Folga. Acho que era folga. Trinta do... Eu fiquei embarcado até quando aí, no caso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aqui, está aqui: *"Tendo embarcado no período de 21/11/2002..."*

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - 21/11...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Um mês depois, 30 dias depois, dá 21/12/2003. Aí o senhor diz, aqui diz: a 03/01/2003, alguns dias depois.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E 30/01/2003 a 28/02/2003. Isso aqui já foi a folga.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É isto?



O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, o senhor diz que essa declaração, as provas testemunhais que o senhor tem, de quem? Nesse caso, de 2002.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nesse caso de 2002, eu só respondi, só fui encaminhado a Homicídios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não tinha virado processo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Tanto é que eu mostrei, fui submetido ao reconhecimento, e nada ficou provado contra mim. Então, eu retornei para casa e dei continuidade à minha vida, até acontecer o que aconteceu de novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá. Então, o senhor tem como prova disso essa declaração...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... e só?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a caderneta de bordo.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Tenho mais provas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, de 2002. Quais são as outras provas que o senhor tem?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - A quebra do sigilo telefônico ali, oh, doutor? Tal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aqui é 2008.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Ali é 2002 que ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por favor, senão a gente confunde as coisas. Eu não quero... Eu estou lhe dando oportunidade de o senhor esclarecer.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Certo, correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quem está preso e condenado e sentado no banco dos réus é o senhor, não sou eu.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Certo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, eu estou lhe perguntando sobre 2002.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O que o senhor tem para evidenciar a sua alegação, é isso que eu estou lhe perguntando, além desta declaração aqui da empresa.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Tem a declaração da empresa, a caderneta marítima, tem o... Isso aí, em função, de ser quase 12 anos depois, eu creio que deva estar no arquivo morto da empresa, é o diário de bordo e o rol de equipagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Se a CPI solicitar o diário de bordo do arquivo morto, o senhor diz que isso lhe favorece?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está lá o registro do diário de bordo de que, nesse período, que envolve o dia 22...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Está no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Veja o que o senhor vai me responder porque o senhor está aqui sob juramento.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, deixe-me lhe dizer. Se a CPI, que tem prerrogativas pra isso, pedir do arquivo morto o diário de bordo deste período aqui, nesta data, o senhor diz que consta que o senhor está embarcado?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Consta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Fale no microfone, por favor.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - O senhor deixa, por favor, eu ver a minha caderneta marítima aqui, que está na mão do Deputado, para eu lhe responder com precisão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode. Perfeito.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Deputado, é o que eu estava falando pro senhor. Na data que eu embarquei, né, 21/11/2002 e desembarquei em 03/01/2003. Correto?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso é o que diz aqui também.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Aí depois eu embarquei no dia 30/01/2003 e desembarquei no dia 28/02/2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor embarcou nesse período?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Estava embarcado no dia 30/01/2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Veja bem, no dia 30/01/2003 foi que o senhor embarcou, não é isso? Até o dia 28/02/2003.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu lhe pergunto de novo: se nós solicitarmos o diário de bordo, essa confirmação...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Está no diário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está no diário. É o que o senhor está dizendo.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, o senhor está nos dizendo que, além da declaração da empresa, além da sua caderneta funcional, o diário de bordo também confirma, e eventuais depoimentos testemunhais também, da época, se forem localizados?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Agora... Se forem localizados, sim, porque isso tem quase 12 anos, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito.

Com relação ao dia 31 de janeiro de 2008, da mesma forma, eu estou vendo aqui a declaração da Laborde Serviços Marítimos, que é uma empresa, não é isso?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor diz que tem essas quatro pessoas que já testemunharam a seu favor.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E também aqui a quebra do sigilo telefônico.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Essa quebra do sigilo telefônico diz o quê, senhor...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Essa quebra do sigilo telefônico, eles alegaram que, no... Quando a menina foi sequestrada, o sequestrador ligou lá pra tia da garota, da Larissa, e... Na época prenderam o meu telefone, quando eu me apresentei à 17ª DP, e isso aí foi quebrado pelo próprio Ministério Público. Só que, nessa quebra telefônica aí, ela está com voz, e tem as posições de latitude e longitude, a qual confirma, no dia 31, os horários em que eu efetuei as ligações pra minha esposa, pro meu amigo Anderson, pro meu primo lá em Cabo Frio, que o meu tio estava enfermo, e pra minha irmã, que fazia aniversário no dia 30. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixe-me entender. Essa quebra do sigilo confirma o seguinte: primeiro, que o telefonema dado à tia, pedindo...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não existiu do meu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... não partiu do seu telefone nesse dia.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É, positivo. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E que, além disso, os telefonemas do seu telefone eram pra tia, amigo, irmã, esposa, familiares, etc. É isso que o senhor está dizendo aqui?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É, que corresponde justamente aos horários em que a garota foi, em que a Larissa foi raptada, onde eu estava, com posição de latitude e longitude.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo. Está bom. Então isso eu já entendi. E o senhor também já respondeu objetivamente. Nós vamos checar.

Segundo, o senhor falou que, quando o Deputado Luiz Couto e a Deputada Liliam perguntaram a que o senhor atribui essa conspiração satânica, vamos dizer assim, contra o senhor...



O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Satânica mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... para lhe envolver em tantas acusações, aí o senhor diz assim: que “isso aí pode ter sido uma armação de uma namorada que eu tive, de uma companheira que eu tive lá atrás” e, por alguma sequela que essa relação produziu, ela estaria se vingando do senhor com isso. O senhor poderia... Porque isso é uma... Veja bem, nós estamos aqui em busca da verdade, eu já lhe disse. Isso pra nós é muito vago. O senhor diz que não pode revelar, e eu não vou aqui constrangê-lo nisso porque o senhor não vai também fazer uma ilação hipotética, e depois essa mulher dizer que o senhor está... Eu entendo a sua posição. Eu não estou aqui lhe cobrando que o senhor revele nada. Mas o senhor vir aqui dizer, depois de tantas acusações, de tantas testemunhas, pessoas que o viram, do retrato falado, que o senhor tem explicação pra cada... Por que o senhor acha que tanta coisa construída contra o senhor... Aí o senhor chega aqui e diz: “Não, pode ter sido um relacionamento que eu tive, e a mulher, alguém lá disse que a mulher ia falar a verdade, que a mulher está por trás disso”.

Veja bem, isso é muito pouco pra nós, pro senhor nos convencer, porque isso seria fácil ser alegado por qualquer cidadão, qualquer criminoso, qualquer bandido. Não estou lhe dizendo que o senhor é, o senhor está se defendendo, mas estou dizendo que qualquer um podia dizer o seguinte: “Olha, eu não sei, um desafeto que eu tive no passado resolveu armar contra mim”. É preciso que o senhor nos dê elementos de convencimento disso. O senhor não quer revelar o nome dela, eu entendo as suas razões, porque o senhor não tem certeza de nada, mas a que o senhor atribui isso? É a pergunta, em resumo, que eu quero lhe fazer, porque o senhor está aí sentado, vai sair daqui algemado, voltar pra cumprir a sua pena de uma condenação de que o senhor está recorrendo, salvo engano — está certo? —, pra provar a sua inocência.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas a que o senhor deve isso tudo, um cidadão de bem...

O senhor já teve algum processo na polícia anteriormente?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nunca, nunca.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nunca respondeu a nada, a nenhum inquérito, a nenhuma acusação?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nada, nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, quer dizer, um cidadão de bem, réu primário, como a gente fala na linguagem jurídica. O senhor é réu primário. Nunca matou uma galinha, segundo o senhor; nunca fez mal a ninguém, criou os seus filhos, mesmo adotados, como padrasto, de forma... O senhor se orgulha disso...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dá pra gente perceber. Então, por que o mundo desabou? A que o senhor atribui isso? Aí o senhor diz assim: "Não, aquela senhora ali sabe, a D. Waltéa sabe dessa coisa toda, porque ela é isso..." Que razões a Sra. Waltéa teria para conspirar contra o senhor? São algumas inquietações aqui que eu tenho.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim. O senhor veja bem: quando eu me refiro a que ela sabe quem foi, é porque, em juízo, ela foi... Ela foi... O juiz perguntou isso a ela. Só que ela, pô, ela conseguiu sair, ela conseguiu ludibriar de alguma forma e saiu fora, não respondeu a essa pergunta ao juiz, e o meu advogado também foi fraco porque não insistiu em muitas coisas — não foi só nessa. Agora, com relação a isso tudo estar ocorrendo, foi uma mulher que fez isso, porque isso não sou eu que estou dizendo; isso quem disse foi o Inspetor de Polícia Robson, da Homicídios. Esse inspetor, ele sabe realmente quem é essa mulher. Essa mulher é a chave de todo esse mistério. Agora, se o senhor perguntar pra mim como isso... Foi uma mulher. Isso aí o próprio inspetor de polícia falou pra minha esposa: "Foi uma mulher que fez isso com ele". Só que essa mulher não aparece, meu Deus do céu! Eu queria que ela aparecesse, porque eu não sei, sinceramente... Se o senhor me perguntar, eu não sei! Eu desconfio, porque eu tive um relacionamento com uma pessoa, como eu falei pro senhor, de 87 a 96; não fui eu que terminei esse relacionamento, foi ela; e quando eu conheci minha esposa atual — já estou há 10 anos com ela, e sou casado no papel, tudo bonitinho, entendeu? Então, esse inspetor falou isso pra minha esposa. Essa mulher é a chave de todo esse mistério.



Se o senhor perguntar pra mim, poxa, que fica vago, eu não, eu não... Sinceramente, eu não sei o que dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas, Sr. Fernando, o senhor me permita... Me permita o seguinte: quer dizer que o senhor está me dizendo, então, que qualquer pessoa que tenha um desafeto — e o seu caso não é único... Mulheres com desafetos com homens e vice-versa, homens com desafetos com mulheres, estão aí às toneladas. O senhor imagine se cada mulher, fazendo, manifestando, uma vindita contra quem quer que seja, para se vingar, ou vice versa, botasse o cidadão na cadeia? Esses 500 mil encarcerados do Brasil, nós íamos ter que alugar um planeta para poder resolver uma outra situação.

Então, veja bem, quando eu digo que é pouco é por que imagine que poder tem uma pessoa que está contrariada porque se separou, ou ficou com uma mágoa qualquer de quem quer que seja, ela resolve botar o sujeito, armar uma situação de tal forma a botar várias famílias com suspeição contra essa pessoa e influenciar juízes, e polícia, e promotores, e entidades, e Deputados, e Vereadores, e todo mundo, para botar uma pessoa na cadeia. Será que isso é uma coisa razoável? Eu queria só entender.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Olha, o senhor veja bem, o senhor falou que mulheres, não é? Eu vou lhe dar um exemplo, agora. Eu, preso... Está aqui o advogado, o meu advogado; foi ele que tirou ele da cadeia. A mulher dele, uma das mulheres, a mulher dele chegou, botou fogo na oficina dele. Ele não estava em casa, ele não estava na oficina. Ligaram para ele. O rapaz foi lá pra tirar a mulher. A mulher começou a jogar as coisas nele. Ele puxou ela. Ela, sem querer, sem querer, por parte dele, ela caiu em cima da cadeira de plástico e se queimou. Sabe o que é que ela falou na polícia? Que foi ele que jogou ela em cima da cadeira. O advogado está aqui, o Dr. Jose Luiz, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Então, existem mulheres e mulheres. Eu vou lhe dizer uma coisa, doutor: eu sempre fui um homem que sempre ganhei muito bem na minha vida, mediante a profissão que eu exerço. Então, não foi uma nem duas mulheres que queriam ficar comigo, não. Eu tive muitas mulheres que queriam ficar. E essa eu desconfio mais, porque eu fiquei com ela durante 7



anos. Então, quem perde um padrão de vida bom, ela vai chiar, ela vai chiar, e ela vai fazer tudo pra te prejudicar. Porque existem mulheres e mulheres. Agora, só concluindo, agora, se o senhor quiser realmente achar a chave desse mistério, pede o interrogatório do Robson da Homicídios. Ele vai ter que dar cabo dessa mulher, porque ele não quis dar. Eu pedi pra ele em juízo falar isso, ele falou que não ia. Então, ele é a chave desse mistério, esse inspetor de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.K.

O Deputado Luiz Couto ainda tem mais duas perguntas; a Deputada Liliam Sá tem mais uma pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Fernando, na caderneta de inscrição, de registro, onde tem sempre a data de embarque e também de desembarque, por exemplo, tem, algumas vezes, a espécie de contrato, se é por tempo indeterminado, ou outros... O senhor saiu do Rio de Janeiro no dia 2 de julho de 1999 e no dia... Aqui tem o número do mês, está correto. Agora, no outro, o dia está apagado, aqui, como se fosse, como se estivesse...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Está 21/10/99.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, mas está meio apagado aqui, apagado, 21/10/1999. Ou seja, saiu do Rio de Janeiro e desembarcou em Paranaguá, no Paraná, nessa data. E normalmente tem também colocada a conduta do senhor; algumas vezes está boa, outras vezes não aparece a identificação da conduta.

O prazo é o seguinte: o senhor sai de Santos no dia 7 de dezembro de 1999 e chega a Santos, desembarque, em 03/02/2000. Tudo aqui. Na outra, o senhor sai de... Aqui não diz... Sai de Santos no dia 13 de dezembro de 2000 e desembarca em Santos no dia 14/12/2012, de Santos para Santos, o desembarque. Se o senhor embarcou em Santos, como é que o senhor faz um desembarque também lá em Santos, no dia 14/12/2000, saindo 13 de dezembro e, já no dia 14 de dezembro, o senhor está desembarcando em Santos. Como é que se explica isso aí?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Depois o senhor me explica, viu?

Agora, o senhor saiu do Rio Grande no dia 14/12/2000, e aí, em Suape, Pernambuco, o senhor desembarcou no dia 06/01/2001. Aqui o tempo também é claro. O senhor embarcou em Sepetiba no dia 24/03/2001 e, em Santos, o senhor



desembarcou no dia 06/04/2001. Com relação a esse negócio do tempo, foi 14/03, quase 1 mês para chegar lá.

Agora, o que me preocupa é esta data de 2003. Veja o seguinte. Diz “Vitória, embarque, 21/11/2002”. Aí diz: “Vitória, 03/01/2003”. E as canetas são diferentes.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, Vitória, Espírito Santo. Então, é o seguinte: Vitória, 21/11/2002, está certo agora; 03/01/2003, ou seja, a conduta não é colocada e também a marcação tem “Vitória, Espírito Santo”.

Esse Sr. Mélcio Vitório da Silva era o comandante da embarcação?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Mélcio?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nélcio? Hécio.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Esse aí deve ser alguém da Capitania dos Portos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não: C.L.G., Comandante.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É. Então, é.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, tem explicação, porque, na realidade aqui, veja: Vitória, Espírito Santo, está aqui, aí botaram um “3”, marcando aqui nessa questão.

Agora, outro fato que chamou a atenção é: o senhor saiu de Vitória e desembarcou em Vitória... Como é isso aí?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - *(Fora do microfone.)* Mas é porque é outra história. É outra história *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vitória, Espírito Santo, 30/01/2003, e desembarca em Vitória, 28/02/2003. Tem uma explicação? Você sai de uma cidade e desembarca na mesma cidade? Como é isso?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Olha só, o *offshore* é o seguinte: você trabalha aqui, faz a área da Baía de Santos. Então, você vai à Baía de Santos, mas o porto é Rio de Janeiro. Então, você chega, descarrega o que você está levando para a unidade marítima na Baía de Santos, e retorna ao Rio de Janeiro, e carrega e volta. É Baía de Santos, Rio de Janeiro; Baía... Então, o único lugar em que se pode desembarcar é no Rio de Janeiro. Da mesma forma é aí: Vitória, tem que desembarcar em Vitória.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, essa aqui, Sr. Fernando, me deixa... Porque é a primeira... A figura desse — e a assinatura dele aqui tem que ser verificada, tem um bota cá para lá que ninguém entende... Aqui parece...

Esse Hércio Vitório da Silva, é preciso identificar aqui, porque é ele quem assina como C.L.G., Comandante, ou seja, comandante da embarcação. Precisamos verificar o comandante da embarcação, Deputado Jordy, na data em que foi o embarque, no dia 21/11/2002, e o desembarque em 03/01/2003, inclusive porque aqui está com canetas diferentes.

Essa outra — também é Vitória... Lá, o senhor... Aqui foi Vitória e Vitória. Parece que o Porto de Vitória não é tão assim... Era 30/01/2003 e 28/02/2003, ou seja, foi quase 1 mês para desembarcar de lá de um... Embarca em um e desembarca na mesma... Não está explicado isso aqui, não. E aqui a assinatura do Comandante...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - *(Fora do microfone)* O senhor, por favor, deixa eu olhar...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu vou lhe mostrar. Deixa eu só terminar de ler para...

Aqui, Macaé, para Niterói, 16/04/2013, 22/04... Aqui é pertinho, não tem... De Niterói para o Rio de Janeiro também. Agora, essa de Niterói, de 22/04, que o senhor embarcou, e Rio de Janeiro no dia 03/06, quase 2 meses aqui do embarque.

Então, é preciso identificar essa situação, porque algumas vezes a identificação é completa, até com a conduta do senhor durante toda essa ida, e outra sequer a conduta é colocada...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Essa conduta não é opcional você colocar. Por que o que acontece?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ela é opcional ou é obrigatória?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, ela não é obrigatória. Geralmente, os comandantes preenchem, e fica a critério do comandante preencher ou não preencher. Por que o que acontece? Quando o tripulante tem má conduta, o comandante desembarca logo ele, ele não fica a bordo, entendeu? Tanto o comandante como o chefe de máquina. Se os comandados do chefe de máquina, um deles tem má conduta, o chefe pede logo o substituto dele. Então, a embarcação



está chegando no porto, o substituto dele já está vindo. Da mesma forma, o comandante. Se você for ver, todas essas condutas aí, mesmo o cara sendo preguiçoso, não gosta de trabalho, não cumpre as ordens, mesmo assim é difícil que alguém dê uma má conduta nessa pessoa, entendeu, porque quando não interessa, o cara não presta, já tira logo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu só queria... Só nesta oportunidade, e outros comandantes que estão lá, estão lá as assinaturas, mas apenas... Ou seja, nesse dia 23/01/2013, que o senhor disse que estava em Vitória num desembarque — porque o senhor embarcou no dia 21/11/2012, no dia 03/01/2013 o senhor estaria também desembarcando em Vitória —, só nesse momento é que aparece essa figura do Hécio Vitório da Silva, CLG Comandante; CLG ou CLC. As outras...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - CLG, não é?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - CLT. Não, aqui está um “G” aqui, não é “T”, não.

O fato é que os outros comandantes estão assinando, coloca o comando, aí bota o nome do navio, tudo o mais. Nessa aqui, não.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor solicitasse à Marinha, no caso, para saber, ou seja, essa informação, que era da empresa RB Astro Parati.

O senhor trabalhou nessa empresa?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É Astromarítima. A embarcação é Astro Parati.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É Parati, que foi... O Comandante da Astro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado, a data para pedir...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele embarcou aqui... Vitória/Espírito Santo 21/11/2002. Aí tem RB Astro Parati. Está aqui a assinatura do comandante da embarcação. Aí, no dia 03/01/2003, que tem... Inclusive o 03/01/2003, começa com azul, depois tem uma linha... Duas de 01/2003, caneta preta. Aí, o comandante aqui, pelas assinaturas, não correspondente ao comandante do embarque. Ou seja, é



outro comandante, porque esse Hércio é a única vez em que ele aparece. É a única vez em que o Sr. Hércio Vitório da Silva...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Deixa eu dar uma olhada...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu vou entregar para o senhor.

Agora, outra coisa eu queria perguntar ao senhor, antes de o senhor responder também: alguma vez o senhor usou barba completa?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Usei, por pouco tempo, barba...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tá. Só isso.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Em que ano?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bigode também?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Foi antes de dois mil e... Antes de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só o bigode?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Depois, em 2000, eu fiz o curso para chefe no CIAGA. Então eu usava bigode e cavanhaque. Então, eu tirei tudo, porque não podia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bigode com cavanhaque?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, essa aí é a foto inteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor podia responder às perguntas do *(ininteligível)* que constam na caderneta?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputada, só para passar a caderneta a ele, para ele poder... Por favor.

(Pausa prolongada.)

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Esse comandante aqui, geralmente... Às vezes, o cara está despachando de comandante e outro pode ter assinado por ele. Agora...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor falou "frequentemente" e disse "às vezes". É às vezes ou frequentemente?



O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, não. Ele pode... Essa parte aqui já fica difícil de eu informar ao senhor, porque o que acontece?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro, é por isso que nós vamos querer saber dessa informação...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...através da autoridade, para que explique...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É, isso aqui...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... se, de fato, essa pessoa assinou no nome do comandante, que seja investigada a situação, porque isso... E depois reconheça se essa assinatura é mesmo desse Hércio Vitório, que assinou como comandante do desembarque.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Está aqui. A assinatura do comandante está aqui. Se a senhora vê e me permite, aqui está a assinatura do comandante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá embaixo.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Mas esse daqui já deve ser outro...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, mas no desembarque...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Então, mas, aí, esse aqui desembarcou. Isso aqui foi logo no início — eu devo ter ficado mais um tempo embarcado —, e entrou esse outro comandante, porque esse comandante aqui rende o de cima.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas ele nunca aparece depois, é uma coisa que... Ele não aparece em outro momento. Ele aparece só nessa data, e usando duas tonalidades de caneta: uma caneta azul, para o dia 3, e para as outras datas, do mês e do ano, preta. Então, novamente é algo que é estranho para nós.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso daí o senhor pode comprovar junto às autoridades da empresa, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, é isso aí. É fácil de comprovar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É isso que nós estamos pedindo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputada Liliam, por favor.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Só para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Para encerrar.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Por que o senhor embarcou em Vitória do Espírito Santo e não embarcou no Rio de Janeiro? Como é que o senhor foi para Vitória? Como são feitos esses embarques? O senhor estava morando em Vitória?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, senhora. Eu sempre...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Porque antes o senhor estava em Santos, não é? O senhor desembarcou em Santos no dia 6 de abril de 2001. Quer dizer, o senhor ficou quase um ano sem embarcar. Olhe aqui: o último embarque do senhor foi o desembarque em Santos no dia 6 de abril de 2001. Aí, depois, o senhor embarca novamente em Vitória no dia 21 de novembro de 2002.

Como é que o senhor fez? O que o senhor estava fazendo em Vitória? O senhor mora em Vitória? Por que o senhor embarcou em Vitória e não embarcou no Rio de Janeiro? E, aí, o senhor desembarca no dia 3 de janeiro de 2003, em Vitória também.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Posso explicar aqui?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E aqui aparece de novo. Olhe, espécie de contrato, carga, tudo, aí vem 30/01, de janeiro...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Foi o dia que eu embarquei.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - No dia 30 de janeiro de 2003, o senhor embarca novamente, certo?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso. Desembarco.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Aí o senhor volta de novo quase um mês depois.

Mas, e aqui, por que o senhor embarcou em Vitória? E essa "DET" o que quer dizer?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Determinado.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Determinado?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É. Contrato.



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Está com a mesma caneta daqui de baixo, da assinatura, e não estava com a caneta azul que estava aqui “Vitória, Espírito Santo”, e aqui, em 2002.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso aqui, essa caneta aqui...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É. Por que ele botou essa informação depois?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Isso aqui é o comandante, entendeu? O comandante que fez isso.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É só para o senhor responder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sr. Fernando, a Deputada Liliam conclui a sua pergunta, e depois o senhor responde. Senão vai ficar numa...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu só quero do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Espere aí, senão o senhor está... Nós vamos prejudicar a oitiva. A Deputada Liliam pergunta e o senhor, entendendo ou não, responde, diz: “*Ah, não entendi*”. Por favor, senão vai ficar uma discussão pouco clara, depois, para a gente compreender.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Certo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu só quero do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu vou permitir à Deputada Liliam que ela ratifique a sua pergunta e, depois, o senhor responde. Se o senhor não entender o senhor diz: “*Olhe, eu não entendi*” e ela corrige, mas cada coisa a seu tempo. Está certo?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Pois não.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Então, eu vou perguntar novamente ao senhor: Por que o senhor embarcou em Vitória? O senhor não embarcou no Rio de Janeiro. O senhor estava em Vitória, embarcou em Vitória e desembarcou em Vitória. O senhor não embarcou no Rio de Janeiro nessa data.

Outra coisa: se aí está o seu registro de ponto, por que o comandante não foi chamado nesse dia para depor a seu favor? E, se foi feito, os seus advogados não pediram um exame de caligrafia para saber se se era verdadeira ou não a assinatura e se o senhor estava lá ou não?



O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Com relação ao embarque em Vitória, é porque eu trabalhava na Bacia de Vitória. Então, eu ia daqui, de avião ou de ônibus, e lá eu ia para um hotel, para, no outro dia, embarcar. Está respondida a pergunta? Vitória é porque o barco trabalhava na área de Vitória. Com relação à essa caligrafia aqui do comandante — entendeu? —, conforme está dizendo, esse aqui foi um comandante, que eu embarquei e ele desembarcou no final de 30 dias deles, e eu continuei.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - E por que o senhor não arrolou ele como testemunha do senhor no caso da Thaís de Lima Barros?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Porque isso daí foi inquérito que eu fui na delegacia, entendeu? Lá na delegacia, eles só me colocaram no reconhecimento, onde não ficou nada provado contra mim e, mediante a documentação que foi apresentada, a empresa ter mandado *fax*, então, me dispensaram. Foi o que eu falei: *“Vai tocar a sua vida”*.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas o Ministério Público e seus advogados poderiam ter arrolado esse comandante para a sua defesa. Era outra pessoa, o que não fez...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, mas não, não...

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não fez.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Foi só inquérito. Não foi processo. Isso virou processo agora.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas isso pesou agora.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Pois é.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Mas por que não arrolaram?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu vou pedir mais uma vez que haja perguntas e respostas.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E quantas vezes forem necessárias. Mas nesta ordem: pergunta, resposta. Está certo? Porque, senão...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Está respondida a pergunta da senhora?



A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu gostaria de saber por que o senhor não chamou essas pessoas, no caso, porque o senhor está apontado no caso da Thaís e da Larissa, para poder também... Porque, o que pesou no caso da Larissa contra o senhor foi também o senhor ter sido apontado no caso da Thaís. Por que os seus advogados não arrolaram essa testemunha, o comandante que assinou, que vai comprovar que o senhor estava naquele dia embarcado?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim, porque, nesse caso aqui da Thaís, para mim nem existia processo agora. Eu vim tomar conhecimento desse processo preso. Foi quando eu tomei conhecimento. O que me disseram lá? A própria delegada: "Sr. Fernando, você vai para casa, toca sua vida normal, porque isso acabou aqui." Só que, 12 anos depois, isso virou processo. Eu não sabia disso. Eu vim tomar conhecimento desse fato agora, preso. Em fevereiro, eu tomei conhecimento desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Pois não, Deputada. Última pergunta.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - A minha última pergunta.

Esta foto aqui, foi a foto que apresentaram para o senhor em 2002 ou tinha outra foto?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - A mesma foto.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É a mesma foto?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É a mesma foto. É a mesma foto.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Esse retrato falado aqui da Thaís foi a mesma foto ou foi da Larissa?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É a mesma foto apresentada... A mesma foto apresentada em 2002.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Foi a mesma foto?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - A mesma foto.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor confirma que foi essa foto?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Confirmando, confirmando.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Foi a mesma foto?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Foi a mesma foto.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor se reconhece nessa foto?



O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - O senhor acha que tem algum traço do senhor, alguma semelhança?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputada.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Eu acho que é bem parecido.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Conclua, Deputada Liliam Sá.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Então, eu quero dizer para o senhor: o senhor acha que o senhor foi arrolado nesse processo todo, que o senhor está sendo injustiçado? O senhor nega todas as acusações contra o senhor?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Nego tudo. Nego tudo.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Olha, eu quero dizer para o senhor que, se o senhor for inocente, vai ser comprovado que o senhor é inocente; se o senhor for culpado, vai aparecer a culpa em algum local. O senhor já foi condenado, já está aí, né?

Eu quero dizer para o senhor: nesta CPI, o que nós queremos? É esclarecer os fatos. O senhor teve aqui uma oportunidade ímpar. Talvez, o senhor não tenha tido esta oportunidade em lugar nenhum de poder se explicar, de poder rebater as denúncias contra o senhor. Entende? E eu quero dizer para o senhor mais uma vez: eu não tenho nada contra o senhor. Não conheço o senhor, não conheço essa mulher, não conheço ninguém. O que chegou para a minha mão foi a sua condenação dos 4 anos, isso chegou à CPI, à Câmara dos Vereadores, que eu entreguei para o Presidente desta Comissão, os 4 anos, e nós começamos a investigar, vendo todas essas provas contra o senhor, entendeu? Nós pedimos um novo julgamento porque achamos que aquela pena era muito pequena em relação ao desaparecimento da Larissa, e também o senhor sendo apontado em outros casos, da menina desaparecida, como da Thaís Lima Barros. Só quero esclarecer isso para o senhor.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputada. Muito obrigado.

Sr. Fernando, eu queria, por fim, facultar-lhe a palavra para o senhor, se quiser, dizer mais alguma coisa a esta CPI, se quiser alguma consideração, alguma coisa que possa ajudar na sua defesa. O senhor tem a palavra franqueada para as suas considerações finais.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu gostaria muito de agradecer, em primeiro lugar, por estarem me dando esta oportunidade de me defender, e de pedir aos senhores que realmente apurem isso com transparência e com honestidade, porque, vejam bem, eu não estou me negando a nada. Eu estou me colocando à disposição dos senhores, entendeu? Eu vou provar a minha inocência, com fé em Deus, porque Deus não vai condenar uma pessoa inocente. Eu tenho certeza de que a justiça dos homens, sim; mas a de Deus, não. Eu estou limpo, limpo, limpo em todas essas acusações que estão me fazendo. Eu me deito todos os dias e durmo. Boto a minha cabeça no travesseiro e durmo tranquilo. Nunca me neguei a comparecer a nenhuma audiência, a nenhuma CPI. Tanto é que onde uma pessoa inocente procede da forma que eu estou procedendo, que eu procedi? Eu compareci à polícia. Eu compareci. Onde... Se eu tivesse culpa realmente, se eu tivesse praticado esses crimes, eu ia comparecer à polícia? Eu estava solto. Enfim, é isso que eu tenho a dizer. Só peço que os senhores... Está aí tudo o que eu pude colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixe-me só perguntar: o senhor já tinha visto este retrato falado aqui? Dá para o senhor ver?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Não, não. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor nunca tinha visto este retrato falado?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Esse aí, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. O.k.

Pois não...

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Então, conforme eu falei, eu só quero que os senhores apurem realmente com transparência, com honestidade, porque todas as minhas provas estão aí. A da Astromarítima, que a Deputada falou,



o Deputado, pode-se entrar em contato com a empresa. Qualquer dúvida eu tenho certeza de que a empresa vai estar pronta a esclarecer. No fim, é isso que eu tenho a dizer. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu é que agradeço pela suas informações aqui. Tenha certeza de que a CPI vai consumir essas investigações naquilo que estiver gerando dúvidas para os membros da CPI, no sentido de buscar a verdade. Essa verdade pode ser a seu favor, provando a sua inocência, como o senhor alega — e eu lhe desejo boa sorte nessa sua missão, como também a verdade pode ser contra o senhor, em favor dessas vítimas. Foram vítimas. Podem não ter sido vítimas do senhor, mas foram vítimas de alguém. O que a gente está discutindo aqui é qual a relação que o senhor tem com esses desaparecimentos e com esses supostos crimes.

Então, o nosso objetivo aqui é buscar a verdade, independentemente de lhe doer ou não. Eu espero que o senhor possa prosseguir perseguindo a comprovação da sua inocência. Eu agradeço ao senhor.

Eu queria agradecer a presença a todos, agradecer a presença à Deputada Liliam Sá, ao Deputado Luiz Couto, agradecer a presença aos defensores do Sr. Fernando, agradecer aos policiais que vieram aqui o acompanhando na sua condução, aos funcionários aqui da Assembleia Legislativa, ao Presidente da Assembleia Legislativa, à Deputada, ao Deputado Jânio, e agradecer ao Presidente, mais uma vez, pela hospitaleira acolhida aqui.

Dou por encerrada a presente reunião, dizendo que todos esses depoimentos serão disponibilizados nos autos, serão disponibilizados à Promotoria e ao Poder Judiciário, se assim for do seu interesse, para fazer o cotejamento das informações e dos depoimentos prestados aqui.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu queria colocar mais uma coisa com relação a esse filho da Dona Suzi, mediante esses dois processos em que ele era acusado. Ele estava solto na época em que a Larissa foi sequestrada. Esse rapaz morava aqui em São Cristóvão. Se vocês observarem o retrato, o rosto meio fino, igual ao meu... Eu creio que esse rapaz aqui seja...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Como é o nome dele?



O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É Luciano. *(Pausa.)* Está dentro dos autos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Filho da Suzi?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É, filho da Suzi. É Luciano. É que eu não sei... Olhando assim, ele tem uma certa semelhança comigo, entendeu? Pelo processo que tinha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Luciano?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É, Luciano. Tem o outro nome dele... Está depois das alegações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, mas Luciano é um dos nomes?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor está sugerindo que se faça a análise do retrato falado com a fisionomia desse Luciano? *(Pausa.)* Pois não. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - A semelhança. É porque, para mim, isso tudo indica que foi ele que tirou a garota de dentro da Barreira do Vasco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, mas essa é a sua opinião. A CPI não está obrigada a seguir a sua opinião.

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Sim, eu estou dizendo apenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor está fazendo uma ponderação, dizendo uma informação, que eu reputo importante, de que este Luciano, que tem todo o envolvimento que o senhor já disse e nós vamos analisar, tem alguma semelhança com o retrato falado. É uma observação que o senhor está fazendo. Agora, o senhor achar que pode ter alguma relação de causa e efeito com ele já faz parte da sua estratégia de tentar tirar a sua responsabilidade e colocar em alguém. Eu compreendo. Agora, nós vamos acolher, vamos verificar, mas apenas isso. Está certo, Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Deputado, eu jamais fujo das minhas responsabilidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu não estou duvidando disso.



O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Eu só estou colocando um fato que eu considero novo, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Já está registrado: o Sr. Luciano, filho da Dona Suzi. Nós vamos observar isso para investigar. Está certo?

O SR. FERNANDO MARINHO DE MELO - Está o.k. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Agora, quem está sendo acusado aqui é o senhor, não é o Sr. Luciano, por enquanto.

Muito obrigado. Nós damos por encerrada a presente sessão. Infelizmente ninguém pode falar, a não ser os Deputados e o acusado.

Obrigado a todos.